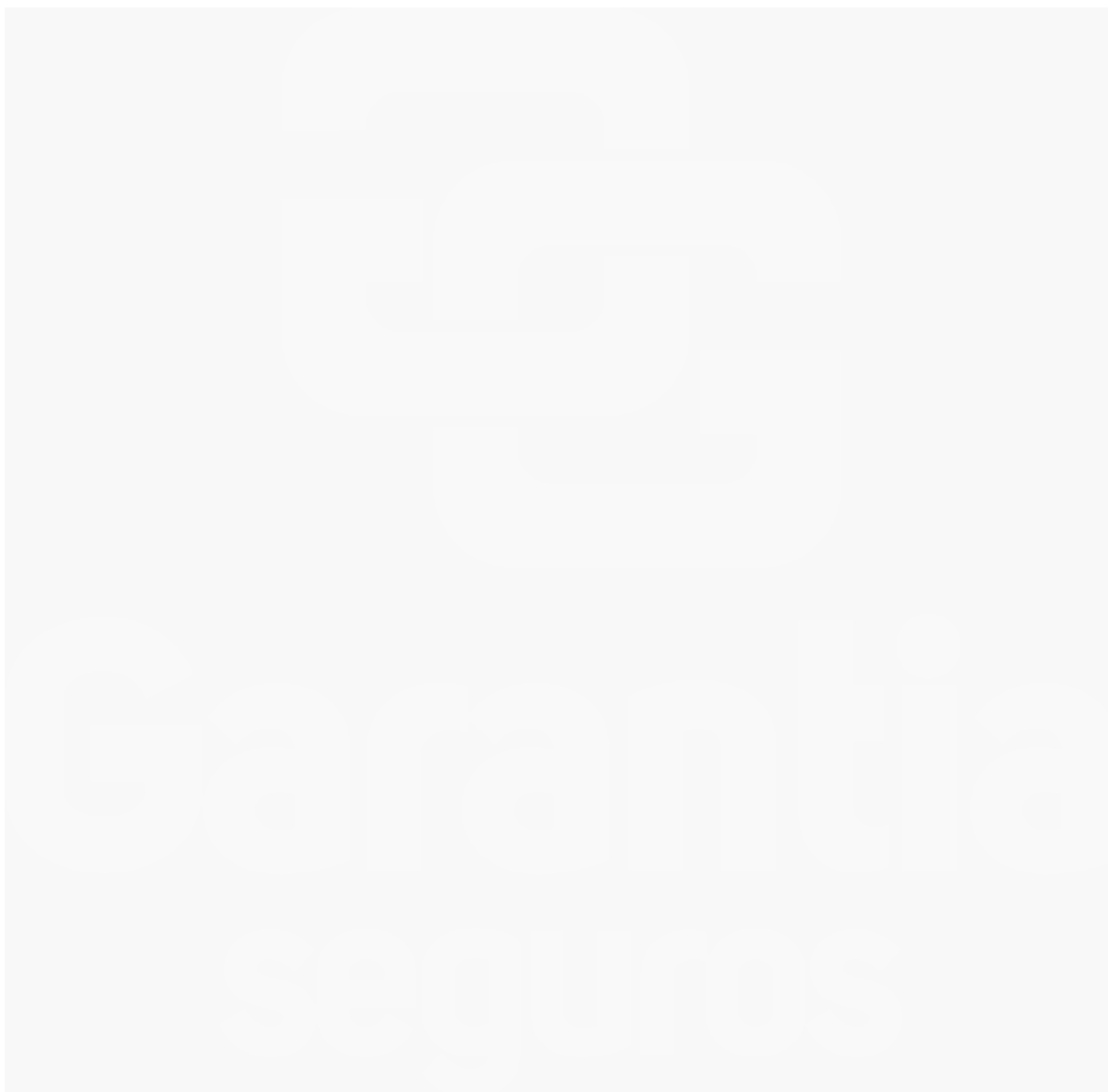


# RELATÓRIO & CONTAS 2011





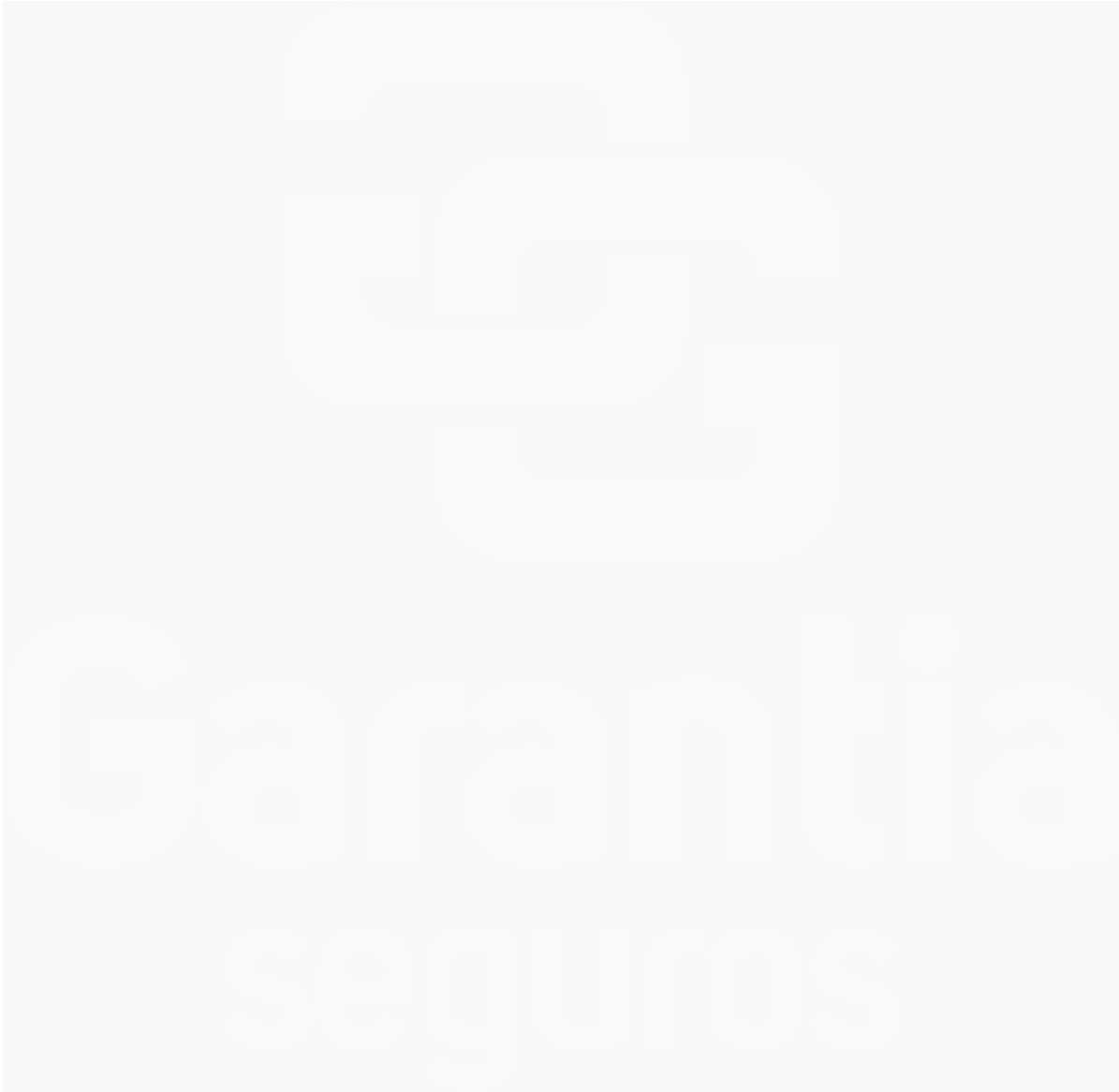
RELATÓRIO & CONTAS  
2011



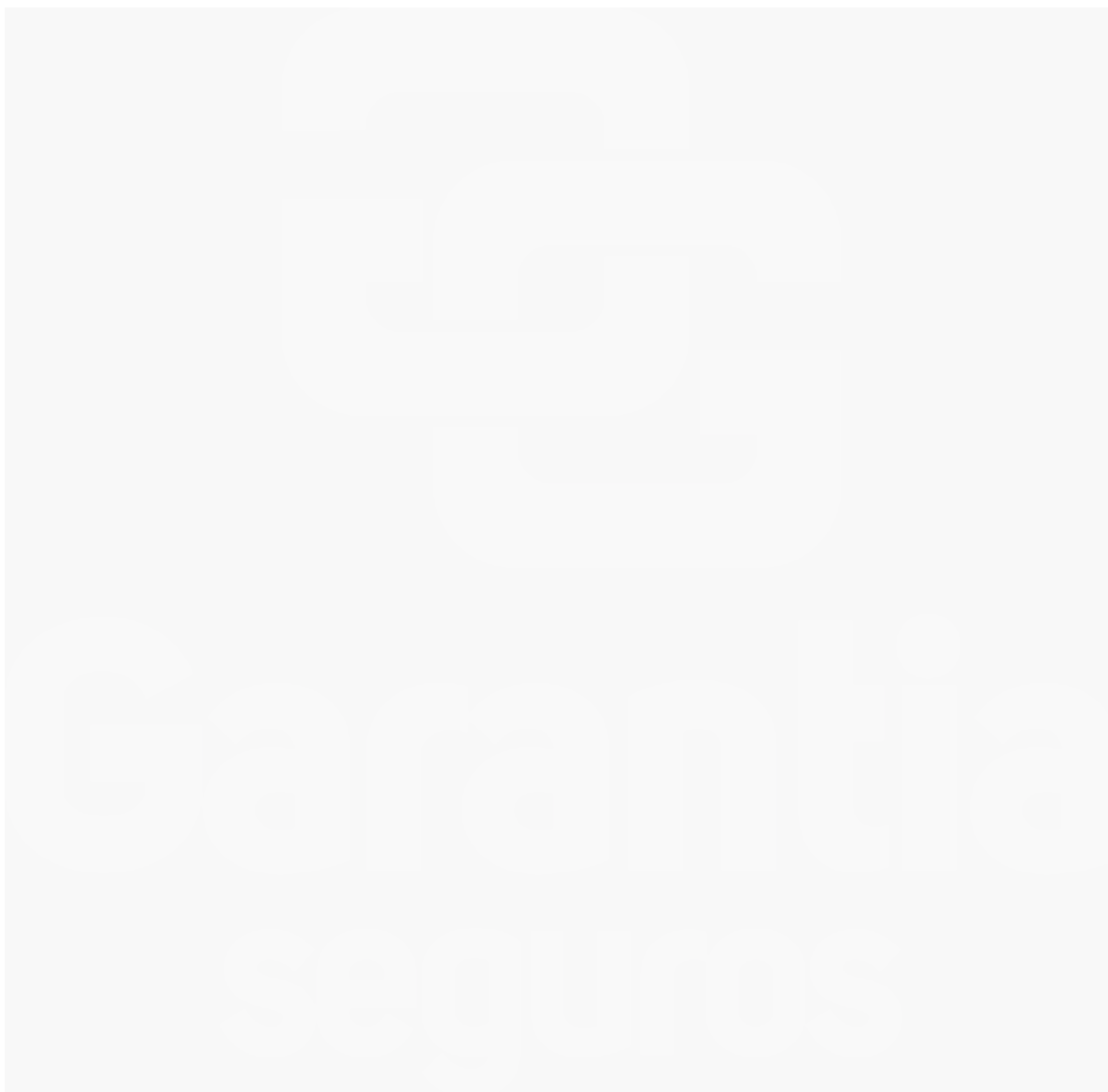
Senhores Accionistas,

No cumprimento dos preceitos legais e estatutários instituídos, vem o Conselho de Administração da Garantia, Companhia de Seguros de Cabo Verde, apresentar o Relatório e Contas relativo ao exercício de 2011.

O Conselho de Administração



1. Órgãos Sociais.....	7
2. Enquadramento Macroeconómico.....	9
3. Evolução do Sector Segurador em Cabo Verde.....	9
4- Actividade da Companhia .....	10
4.1 – Seguro Directo e Resseguro .....	11
4.2 - Sinistralidade.....	13
4.3 - Comissões e despesas de aquisição de Seguro Directo .....	15
4.4 - Custos por Natureza a Imputar .....	15
4.5 - Recursos Humanos .....	16
4.6 – Responsabilidade Social.....	18
4.7 - Análise Financeira .....	19
4.8 - Garantias Financeiras .....	21
5. Resultados e Capital Próprio.....	23
5.1 – Resultados da Companhia.....	23
5.2 - Capital Próprio.....	24
6. Perspectivas de Evolução .....	25
7. Proposta de Aplicação de Resultados .....	25
8. Considerações Finais .....	26
9. Relatório do Actuário .....	27
10. Demonstrações Financeiras .....	29
11. Relatório e Parecer do fiscal Único.....	35





## 1. Órgãos Sociais

### **Assembleia-Geral**

Presidente: Dr. David Hopffer Almada  
Vice-Presidente: Dr. Amaro Alexandre da Luz  
Secretário: Dr. Salomão Jorge Barbosa Ribeiro

### **Conselho de Administração**

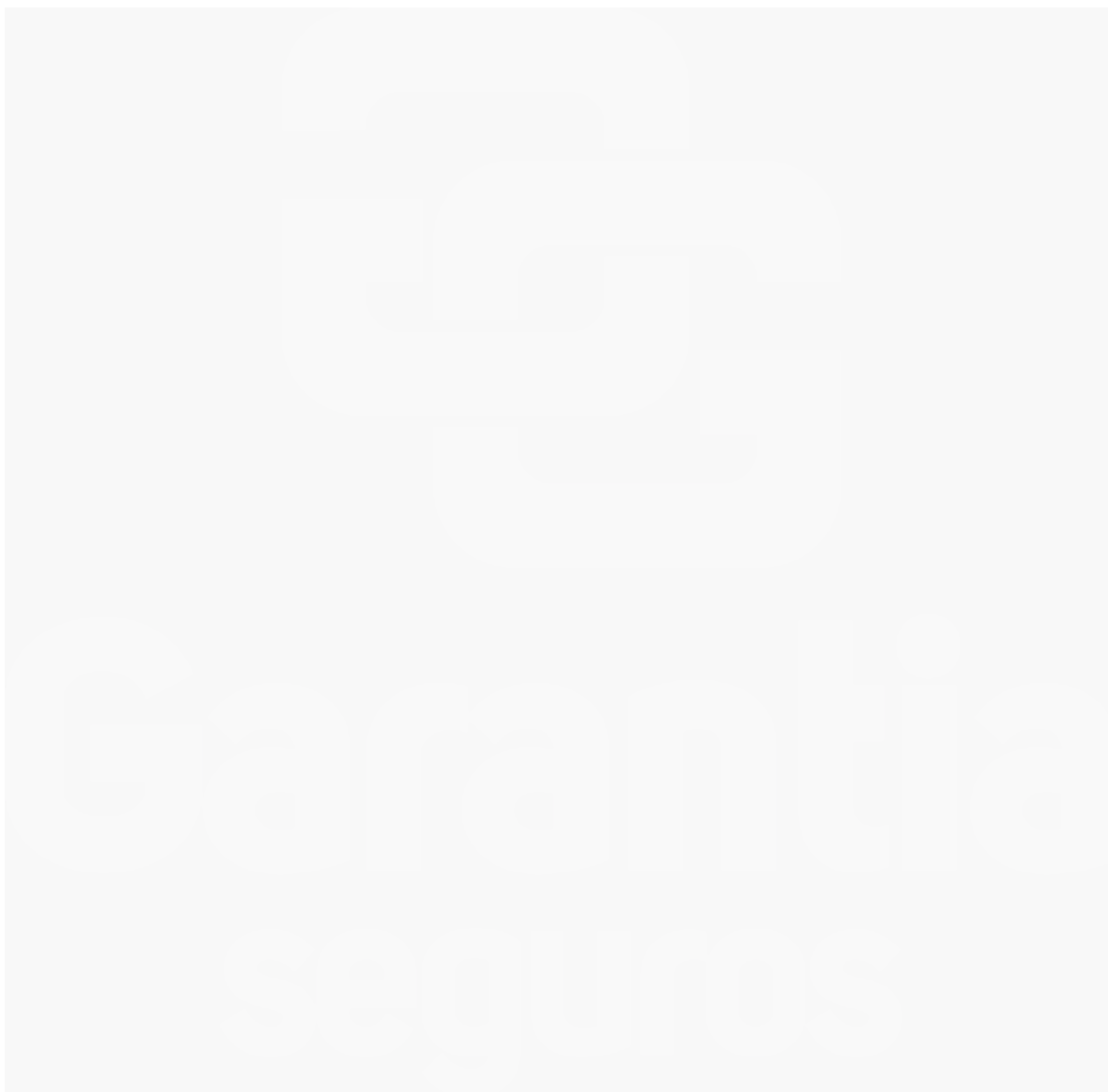
Presidente: Dr. António Joaquim de Sousa a partir de 11 de Janeiro de 2010  
Administrador: Dr. Jorge Fernando Gonçalves Alves  
Administrador: Dr. Adérito Tavares Fernandes  
Administrador: Dr. Paulo António Arsénio Lopes  
Administrador: Dr. Fernando Jorge do Livramento Santos da Moeda

### **Fiscal Único**

Deloitte & Associados, SROC, SA

A **Comissão Executiva** é nomeada pelo Conselho de Administração e composta por três elementos da Administração:

Presidente: Dr. Jorge Fernando Gonçalves Alves  
Administrador: Dr. Adérito Tavares Fernandes  
Administrador: Dr. Paulo António Arsénio Lopes



### 2. Enquadramento Macroeconómico

Segundo dados publicados pelo FMI, em 2011, a economia mundial enfraqueceu significativamente devido a vários factores, como a incerteza quanto à resolução dos problemas dos países excessivamente endividados (Portugal, Grécia e Irlanda), à instabilidade no Norte de África e Médio Oriente, ao aumento do preço do petróleo e das matérias-primas, ao sismo e tsunami no Japão, etc. Estes afectam, principalmente, a Zona Euro, principal parceira de Cabo Verde. Tanto para 2011 como para 2012, o FMI aponta um crescimento da actividade económica global de, sensivelmente, 4% (1,1 pontos percentuais abaixo de 2010).

A economia de Cabo Verde é bastante dependente da economia mundial, principalmente a da Zona Euro, a nível de procura turística, exportações de mercadorias, remessa dos emigrantes, etc. Assim, e apesar da performance positiva do sector do turismo, o Banco de Cabo Verde informa que o efeito de contágio na nossa economia é inevitável.

A subida dos preços no mercado internacional está a reflectir-se na inflação média anual cabo-verdiana, que continua com tendência ascendente, estando a 4,2% no mês de Setembro.

O PIB deverá crescer 4%-5% em 2011.

### 3. Evolução do Sector Segurador em Cabo Verde

A actividade seguradora representa importante componente da economia por causa do volume de prémios cobrados, dos investimentos realizados e acima de tudo pelo importante papel económico-social que desempenha ao cobrir riscos pessoais, comerciais e industriais.

No exercício de 2011, o volume total de prémios de seguro directo atingiu o valor de 2.258.759 contos, isto é, 5% superior ao ano anterior (em 2010 havia subido 4% e em 2009 subiu 3%).

Os seguros Não Vida continuam a dominar o volume de negócios, tendo apresentado, em 2011, um peso de 95% no total de prémios vendidos. Dentro do conjunto dos seguros Não-Vida, o

## RELATORIO & CONTAS 2011

ramo Automóvel continua o mais expressivo, com 41% de peso no total de prémios de seguro directo, seguido pelo ramo de incêndio e outros danos com 19% e pelo ramo transportes com 16%.

O rácio Prémio/PIB situou-se em 1,74%. O índice de densidade, medido pelo rácio Prémio/População, foi estimado, em 51,45 dólares, o que significa uma diminuição de 0,19 USD em relação ao ano anterior.

Embora os seguros Vida continuem a apresentar um peso muito baixo no total de prémios (5% em 2011 e 4% em 2010 e 2009), estes prosseguem com elevadas taxas de crescimento, tendo aumentado 15% em 2011 face a 2010.

Produção do Mercado								* Em contos
	2009		2010		2011			Quota de mercado da Garantia
	Prémio*	Prémio*	$\Delta_{\text{Anual}}$	Peso	Prémio*	$\Delta_{\text{Anual}}$	Peso	
Vida	76.568	87.979	15%	4%	101.998	16%	5%	50%
Não Vida	1.996.964	2.070.151	4%	96%	2.156.761	4%	95%	65%
Acid. e Doenças	222.723	254.534	14%	12%	279.180	10%	12%	59%
Inc. e Out. Danos	300.051	354.050	18%	16%	421.305	19%	19%	70%
Automóvel	966.963	950.195	-2%	44%	932.988	-2%	41%	64%
Transportes	337.890	334.406	-1%	15%	365.263	9%	16%	71%
Resp. Civil Geral	136.509	138.599	2%	6%	118.706	-14%	5%	60%
Diversos	32.828	38.368	17%	2%	39.320	2%	2%	77%
Total	2.073.532	2.158.130	4%	100%	2.258.759	5%	100%	65%

## 4- Actividade da Companhia

O actual panorama de mercado é caracterizado por um ambiente económico adverso motivado pela crise financeira mundial, pelo forte abrandamento da economia nacional e pelo aumento da concorrência.

Neste cenário, a Garantia desenvolveu a sua acção com uma forte orientação para o cliente, consolidando a sua posição no mercado, com uma aposta forte no reforço da sua política de proximidade com o cliente.

Com o intuito de fidelizar os grandes clientes e propiciar um atendimento mais personalizado a grandes clientes e corretores foi criado o Gabinete de Grandes Clientes e Corretores.

Procedeu-se à alteração da logomarca da companhia que culminou no desenvolvimento do cadernos de normas gráficas que ira regulamentar todo os estacionários da Companhia assim como os letreiros.

Continuamos com o processo de selecção de carteira, principalmente do ramo automóvel, em função do risco, tanto a nível de contratos novos através do aumento de tarifas bem como do saneamento da carteira existente.

Ao registar um montante de prémios de 1.462.821 contos, face aos 2.258.759 contos apresentados pelo mercado, a Garantia ficou com uma quota de mercado de 65% (sendo 65% nos ramos Não Vida e 50% no Ramo Vida).

Importa referir que a Garantia foi brindada pela 2ª vez consecutiva com o selo Morabeza 2011 que a qualifica como a seguradora preferida dos Cabo-verdianos, num estudo feito pela Afrosondagem.

### 4.1 – Seguro Directo e Resseguro

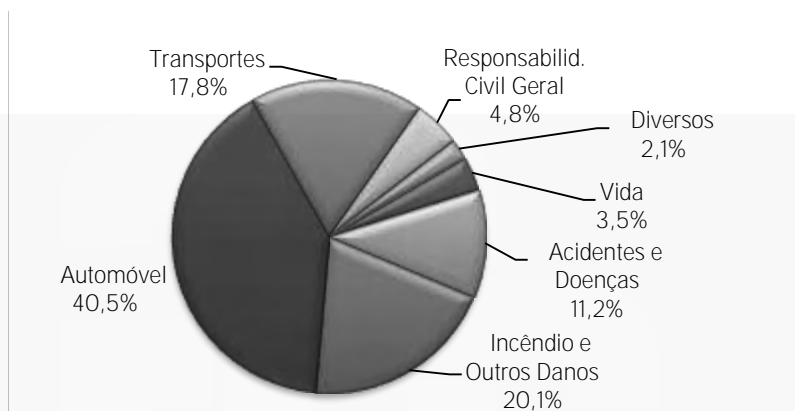
Apesar dos efeitos da crise internacional na economia de Cabo Verde e da forte concorrência (que recorre ao preço como factor de competitividade), em 2011, os Prémios de Seguro Directo da Garantia ascenderam a 1.462.821 contos, o que significa um crescimento de 6% face ao ano anterior. De realçar que o mercado subiu apenas 5%.

## RELATORIO & CONTAS 2011

Prémio de Seguro Directo	* Em contos							
	2009		2010			2011		
	Prémio*		Prémio*	$\Delta$ Anual	Peso	Prémio*	$\Delta$ Anual	Peso
Vida	41.855		44.625	7%	3,2%	50.902	14%	3,5%
Não Vida	1.336.624		1.336.507	0%	96,8%	1.411.919	6%	96,5%
Acidentes e Doenças	127.106		141.737	12%	10,3%	163.472	15%	11,2%
Incêndio e Out. Danos	224.959		274.877	22%	19,9%	293.547	7%	20,1%
Automóvel	624.516		600.125	-4%	43,5%	592.760	-1%	40,5%
Transportes	259.998		254.620	-2%	18,4%	260.793	2%	17,8%
Respons. Civil Geral	76.362		37.031	-52%	2,7%	70.888	91%	4,8%
Diversos	23.683		28.116	19%	2,0%	30.459	8%	2,1%
Total	1.378.479		1.381.132	0%	100%	1.462.821	6%	100,0%

Numa análise aos principais ramos, destaca-se:

- No agregado Acidentes e Doença, de realçar o crescimento do seguro de acidentes de trabalho obrigatório e do seguro de assistência em viagem.
- Positiva foi também a evolução nos ramos de incêndio e outros danos com especial destaque do ramo Construção e Montagem, o segundo ramo mais representativo da carteira. Sofreu um crescimento de 10%, devido a contratação de seguros relativos às empreitadas de reformulação dos portos.
- O ramo Automóvel, o de maior peso na carteira, continuou a ser penalizado pelo contexto fortemente concorrencial (que faz cair o prémio médio) e pelo trabalho de saneamento da carteira. Registou uma quebra de 1%, no entanto, inferior ao registado no mercado (2%).
- Uma referência para o ramo Responsabilidade Civil, que sofreu um crescimento de 91%, motivado, principalmente, pela subscrição dos seguros de responsabilidade civil dos aeroportos e controlo de tráfego aéreo.
- No segmento Vida registaram um crescimento de 14% devido a um crescimento generalizado em todos os produtos: o seguro Vida Individual cresceu 62%, Vida Grupo cresceu 8% e Vida Crédito Hipotecário cresceu 22%. O peso dos ramos Vida na carteira de negócios da Garantia, que em 2010 era de 3,2%, subiu para 3,5%.



A taxa de cedência foi de 65% contra 68% do ano anterior.

A taxa média de Comissionamento de Resseguro Cedido foi de 17%.

### 4. 2 - Sinistralidade

Em 2011, notou-se a tendência decrescente nos Custos com Sinistros de Seguro Directo.

Os Custos com Sinistros de Seguro Directo atingiram um total de 468.856 contos, o que representa uma queda de 16% face a 2010. A realçar que os Custos com Sinistros registados em 2010 foram 12% inferiores aos de 2009.

Com a introdução, em 2011, do Novo Plano de Contas, a Garantia fez pela primeira vez a imputação dos custos. Após a imputação, os custos com sinistros ascenderam a 530.987 contos.

A taxa de sinistralidade (sem considerar a imputação) caiu para 32%. De se recordar que em 2010 foi de 41% e em 2009 de 46%.

## RELATORIO & CONTAS 2011

	Custo Com Sinistro de Seguro Directo (sem imputação)				* Em contos			
	2009		2010		2011			
	Custo*		Custo*	$\Delta$ Anual	Taxa Sin.	Custo*	$\Delta$ Anual	Taxa Sin.
Vida	5.684		14.049	147%	31%	4.832	-66%	9%
Não Vida	630.088		546.041	-13%	41%	464.024	-15%	33%
Acidentes e Doenças	51.996		74.117	43%	52%	24.641	-67%	15%
Incêndio e Outros Danos	15.810		60.638	284%	22%	30.620	-50%	10%
Automóvel	538.519		382.999	-29%	64%	420.728	10%	71%
Transportes	4.989		2.257	-55%	1%	606	-73%	0%
Responsabilid. Civil Geral	4.074		5.350	31%	14%	15.160	183%	21%
Diversos	14.700		20.681	41%	74%	-27.730	-234%	-91%
<b>Total</b>	<b>635.772</b>		<b>560.090</b>	<b>-12%</b>	<b>41%</b>	<b>468.856</b>	<b>-16%</b>	<b>32%</b>

Do total dos custos com sinistros no seguro Directo, 72% são parte do ressegurador.

A taxa de sinistralidade líquida de resseguro cedido foi de 25%, 9% a menos que no ano anterior.

	Sinistro Líquido de Resseguro Cedido				* Em contos	
	2009		2010		2011	
	Custo*	Tx. Sin.	Custo*	Tx. Sin.	Custo*	Tx. Sin.
Vida	1.024	9%	1.549	12%	332	3%
Não Vida	120.746	31%	147.054	35%	129.302	26%
Acid. e Doenças	-13.898	-13%	13.663	13%	-7.645	-6%
Inc. e Out. Danos	2.653	97%	-4.306	-16%	11.428	45%
Automóvel	108.701	54%	114.784	47%	151.627	53%
Transportes	4.570	14%	-860	-5%	727	2%
Respons. Civil Geral	4.020	21%	3.093	54%	895	16%
Diversos	14.700	62%	20.681	74%	-27.730	-91%
<b>Total</b>	<b>121.770</b>	<b>31%</b>	<b>148.603</b>	<b>34%</b>	<b>129.634</b>	<b>25%</b>



### 4.3 - Comissões e despesas de aquisição de Seguro Directo

As comissões e despesas de aquisição situaram-se em 18.006 contos, 5% superior ao ano anterior e representando 1,2% do total de Prémios de Seguro Directo.

Comissões e despesas de aquisição de SD	(Em contos)				
	2009	2010	2011		
	Comissões	Comissões	Comissões	$\Delta_{\text{Anual}}$	Taxa
Vida	389	899	936	4%	2%
Não Vida	14.874	16.222	17.070	5%	1%
Acidentes e Doenças	1.009	1.571	1.818	16%	1%
Incêndio e Outros Danos	5.145	5.769	5.166	-10%	2%
Automóvel	6.285	6.535	6.452	-1%	1%
Transportes	1.429	1.556	1.317	-15%	1%
Responsabilidade Civil Geral	854	558	2.100	276%	3%
Diversos	152	232	216	-7%	1%
<b>Total</b>	<b>15.262</b>	<b>17.122</b>	<b>18.006</b>	<b>5%</b>	<b>1%</b>

### 4.4 - Custos por Natureza a Imputar

O total dos Custos por Natureza a Imputar ascendeu a 433.445 contos, traduzindo uma subida de 20% face ao ano anterior.

O crescimento nos Custos Com Pessoal deve-se, sobretudo, com a contratação de novos colaboradores.

Contribuiu fortemente para o aumento dos custos com Fornecimentos e Serviços Externos alguns projectos que exigiram a contratação de trabalhos especializados, como é o caso de auditoria aos sistemas informáticos, alteração do plano de contas, módulo do EGis e alteração do logótipo da empresa.

Por último, a partir de 2011, a Garantia começou a fazer a amortização dos edifícios de uso próprio, que fez com que os custos com Amortização sofressem um aumento de 15 mil contos face a 2010.

## RELATORIO & CONTAS 2011

O peso destes custos no montante de prémios de Seguro Directo foi de 30%, 4 pontos percentuais acima do peso registado em 2010.

Custos Por Natureza	(Em contos)				
	2009	2010	2011		
	Custo*	Custo	Custo	$\Delta$ Anual	Peso**
Custos c/ Pessoal	152.122	167.730	195.735	17%	13%
FSE	128.306	134.610	153.310	14%	10%
Impostos e Taxas	35.530	36.088	34.587	-4%	2%
Amortizações	30.283	46.341	49.814	7%	3%
Provisão P/ Crédito Cobrança Duvidosa	3.048	0	0	0%	0%
Provisão P/ Riscos e Encargos	41.993	-17.346	0	-	0%
<b>Total</b>	<b>391.283</b>	<b>367.422</b>	<b>433.445</b>	<b>18%</b>	<b>30%</b>
<b>Total sem Prov. P/ Riscos e Enc.</b>	<b>349.290</b>	<b>384.768</b>	<b>433.445</b>	<b>13%</b>	<b>30%</b>

\*\* Peso sobre prémios SD

\* De acordo com o plano antigo

### 4.5 - Recursos Humanos

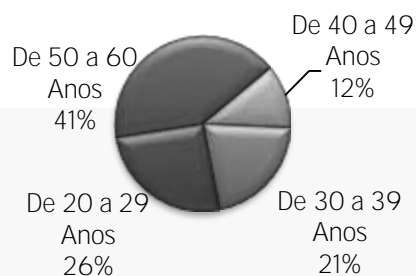
Em termos quantitativos, em 2011, registou-se um aumento de 6 colaboradores na equipa da Garantia.

Foram contratados 11 colaboradores novos: 4 para a Direcção Comercial da Região Norte, 3 para a Direcção Financeira, 2 para Direcção de Organização e Sistemas de Informação, 1 para Direcção Administrativa e dos Recursos Humanos 1 para o Gabinete de Apoio Técnico. Registaram-se 5 saídas.

	2009	2010	2011
Trabalhadores Efectivos	71	74	80
Trabalhadores com Contrato a Termo	7	13	13
Trabalhadores de Licença Sem Vencimento	1	1	1

Com estas alterações, a idade média dos colaboradores diminuiu de 43 para 42 anos.

Distribuição Por Faixa Etária

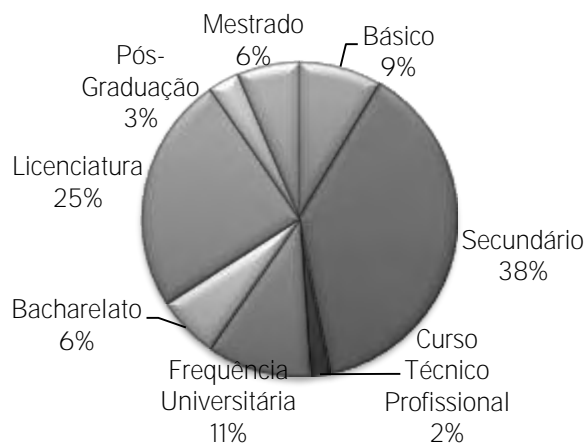


Por reconhecer no Know-how dos recursos humanos um elemento diferenciador na qualidade e produtividade da Companhia, a Garantia tem a política de apoiar os colaboradores que estejam interessados em melhorar os seus conhecimentos.

Assim, foram realizadas 31 acções de formação em diferentes áreas: avaliação de desempenho (SADDP), Gestão de Qualidade, Fiscalidade Caboverdiana, línguas (Inglês e Francês), Segurança de Informação, Gestão de Projectos, Gestão de Tesouraria, Gestão de Fundos de Investimento Imobiliário, Métodos e Técnicas de Organização, Mediação de Seguros, Excel Avançado, Contabilidade Geral, Arbitragem e Conciliação Comercial, Auditoria Financeira e Interna Operacional, Imputação de Custos, Macros em Excel 2007, Novo PCES, Mensuração do Justo Valor (IFRS 13), Fundamentals of Risk Management, entre outros. Dessas, 24 foram realizadas em Cabo Verde e 7 em Portugal.

Também, durante o ano de 2011, atribuiu-se apoio à formação de 13 colaboradores, tendo sido 3 no ensino secundário e 10 no ensino universitário.

O gráfico abaixo dá-nos a composição do quadro de pessoal por nível de formação académica:



### 4.6 – Responsabilidade Social

A GARANTIA tem desempenhado, ao longo da sua história, um papel significativo no apoio ao desenvolvimento económico e social de Cabo Verde com particular ênfase nas seguintes áreas:

#### Desporto

Actua activamente no apoio ao desenvolvimento do desporto nacional. A GARANTIA apoiou, em 2011, entre outras as seguintes actividades e/ou entidades: Federação Cabo-verdiana de Futebol, Direcção Geral dos Desportos e, de forma particular, várias modalidades desportivas tais como, o futebol, o andebol, o basquetebol, o Kitesurf, o surf e maratonas diversas.

#### Cultura

Na vertente cultural a GARANTIA apoiou artistas de diversas áreas, financiando os seus projectos e promovendo apresentações e exposições no auditório do Grupo. Apadrinhou escolas e iniciativas diversas, dos quais destacamos: Festival de Teatro Mindelact, Projectos de Lançamento de CD's, Livros e Exposições de Pintura de diversos artistas, Cabo Verde World Music e CVMA - Cabo Verde Music Awards. Ainda neste campo, importa referir que a companhia editou o seu 1º CD com intitulado "20 anos de Sucessos" composto por 20 faixas musicais retirados de alguns projectos que tem vindo a apoiar.

#### Educação

A Garantia entende que a educação é um dos maiores pilares de qualquer sociedade. Assim orgulha-se de, em 2011, ter patrocinado várias entidades, nomeadamente, Centro Educativo Miraflores, Jardim de Infancia de Mato Sanches, Polo Educativo de Chã de Tanque, Ministério da Educação (Festival de Pequenos Cantores), UNESCO – CNU (Comissão Nacional para a UNESCO) e o Polo Educativo da Ribeira da Barca.

#### Solidariedade

Nesta vertente a Companhia tem procurado apoiar instituições diversas que, através das suas actividades, tentam promover o progresso das camadas sociais menos favorecidas e ao mesmo tempo combater as desigualdades sociais.

Importa referir que a par dos seus pilares estratégicos da sua Responsabilidade Social a Companhia tem intervindo fortemente em outras áreas como a Solidariedade Social, o Ambiente, a Prevenção e a Segurança.

A política de Responsabilidade Social assumida pela Companhia tem traduzido não só em ganhos do negocio mas também no reconhecimento e empatia da população cabo-verdiana para com a Companhia, que tem merecido o selo morabeza (implementado em 2010) que a distingue, desde à 2 anos, como a Seguradora preferida dos Cabo-verdianos.

### 4.7 - Análise Financeira

#### 4.7.1 - Cobranças

Do total de prémios que a Garantia teve em cobrança, conseguiu cobrar 89%, igual ao conseguido em 2010.

A Garantia terminou o exercício de 2011 com um montante global de prémios em cobrança 199.111 contos, que corresponde a um decréscimo de 14% face ao mesmo período do ano anterior.

	2009	2010	2011
1. Cobrança Realizada	1.448.718	1.420.319	1.607.663
2. Recibos Por Cobrar	137.955	175.302	199.111
3. Prémios de Seg. Directo	1.378.479	1.381.132	1.462.821
4. Recibos Por Cobrar ÷ Prémios SD	10%	13%	14%
5. Ajust. P/ Rec. Por Cobrar	57.689	40.342	73.746
6. Ajust. P/ Rec. Por Cobrar ÷ Recibos Por Cobrar	42%	23%	37%
7. Recibos Cobrados / Máximo Cobrável	91%	89%	89%
8. Prazo Médio Cobrança (a)			
Vida (n.º de dias)	64	78	68
Não Vida (n.º de dias)	26	36	24

(a) Indicador calculado c/ base nos últimos 12 meses

A provisão para prémios em cobrança foi feita de acordo com o Aviso nº 2/2005 de 29 de Agosto do Banco de Cabo Verde.

4.7.2 – Investimentos

A carteira de investimentos da Garantia atingiu o valor de 1.809.574 contos, o que equivale a um aumento de 18% face ao ano anterior.

No entanto, o peso dos investimentos na carteira de activos foi de 61%.

Em 2009, com o novo plano de contas, a companhia registou na participação do BCA uma valorização de 333.441 contos, por contrapartida de reservas de reavaliação. No exercício de 2010, reforçou ainda um montante de 102.158 contos. Em 2011 houve uma desvalorização 17.947 contos, provocando assim uma queda de 18 mil contos na rúbrica disponíveis para venda.

Também, os depósitos em instituições de crédito sofreram uma subida relevante.

Outros empréstimos baixaram 10 mil contos, devido ao fim de vida útil de um título, que saiu da carteira de investimentos.

Carteira de Investimentos	2009	2010	$\Delta_{\text{Anual}}$	2011	$\Delta_{\text{Anual}}$
Outros Empréstimos	179.868	339.398	89%	328.947	-3%
Activos disponíveis para venda	595.158	699.333	18%	681.639	-3%
Depósitos Instituições de Crédito	296.971	121.475	-59%	205.287	69%
Terrenos e Edifícios	497.388	582.014	17%	593.701	2%
Total	1.569.385	1.742.220	11%	1.809.574	4%

Unidade: contos

Os activos disponíveis para venda e os terrenos e edifícios têm um peso de 71% na carteira de investimentos:

2011



## 4.8 - Garantias Financeiras

### 4.8.1 - Evolução das Provisões Técnicas

O total das Provisões Técnicas atingiu o montante de 1.182.202 contos, um incremento de 41 mil contos face a 2010.

A explicar este aumento está a Provisão Para Prémios Não Adquiridos, que em 2011 aumentou 51 mil contos face a 2010, devido a aumento no volume de negócios em alguns ramos, nomeadamente Construção e Montagem e Responsabilidade Civil.

A Garantia, além do acompanhamento actuarial das provisões para sinistro feito pela actuária interna da Companhia, recorre também a análises de provisões para sinistros aos ramos automóvel e acidentes de trabalho, por serem os mais significativos, feitas por actuários externos, o Professor Doutor Pedro Corte Real e Associados.

Provisões Técnicas	* Em Contos				
	2009		2010		2011
	Provisão*	Provisão*	$\Delta_{\text{Anual}}$	Provisão*	$\Delta_{\text{Anual}}$
Provisão Matemática Vida	8.536	12.004	41%	12.430	4%
Provisão Para Prémios Não Adquiridos	210.432	229.005	9%	279.574	22%
Provisão para Sinistros					
De Vida	384	9.319	2327%	9.274	0%
De Acidentes de Trabalho	154.917	192.005	24%	180.476	-6%
De Automóvel	634.816	597.035	-6%	611.166	2%
De Outros Ramos	42.691	101.447	138%	89.283	-12%
Total de Provisões Técnicas	1.051.776	1.140.816	8%	1.182.202	4%
Provisões Técnicas de Resseguro Cedido	450.727	542.209	20%	671.180	24%
Provisões Técnicas Líquidas de Resseguro	601.049	598.607	0%	511.022	-15%

### 4.8.2 - Representação das Provisões Técnicas

A Garantia, ao terminar o exercício de 2011 com um montante de activos passíveis de representação das provisões técnicas de 1.441.572 contos, atingiu um rácio de cobertura das provisões técnicas de seguro directo de 124%. Superou as responsabilidades assumidas em 259.370 contos.

## RELATORIO & CONTAS 2011

O montante da margem de solvência exigível era de 296.634 contos.

Assim, a Companhia tem inteiramente cobertas as suas responsabilidades para com os segurados e terceiros, cumpriu os limites estabelecidos em relação a aplicações financeiras, bem como os níveis de margem de solvência e do fundo de garantia, excedendo os valores mínimos legalmente fixados.

### Representação das Provisões Técnicas

	(Unidades: em contos)		
	2009	2010	2011
Depósitos em Instituiç. Crédito	296.971	121.476	205.287
Outros Empréstimos	202.090	361.360	349.609
Activos Disponíveis Para Venda	376.143	430.511	472.881
Terrenos e Edifícios	355.282	394.528	413.795
Total	1.230.485	1.307.874	1.441.572
Cobertura das Responsabilidades	120%	116%	124%

O montante total da margem de solvência ficou em 297 mil contos e os elementos constitutivos da margem em 845 mil contos. Assim, o rácio de cobertura da margem de solvência situou-se em 285% (face aos 274,1% de 2010).

O montante total de fundo a constituir ficou em 99 mil contos, pelo que o rácio de cobertura do fundo de garantia atingiu os 854% (483,8% em 2010).



## 5. Resultados e Capital Próprio

### 5.1 – Resultados da Companhia

O Resultado Técnico Líquido de Resseguro Cedido situou-se em 152.296 contos, 1% abaixo do registado em 2010.

	Resultado Técnico Líquido de Resseguro (Em contos)			
	2010	2011	2010	2011
	Processamento Líquido	Processamento Bruto	Resseguro Cedido	Processamento Líquido
Prémios	440.148	1.462.821	944.681	518.140
Prov. p/ Prémios Não Adq.	20.336	50.568	51.783	-1.215
Prémios Adquiridos	419.812	1.412.253	892.898	519.355
Provisão Matemática	2.913	426	652	-226
Rend. Invest. Afe. Prov. Téc.	50.981	83.172		83.172
Comissões Resseguradores	210.403		164.055	164.055
Comi. Despesas Aquisição	17.122	18.006		18.006
Custos com Sinistros	148.603	468.856	339.223	129.633
Montantes Pagos	179.194	463.791	262.686	201.105
Var. da Provisão Sinistros	-30.591	5.066	76.537	-71.471
Custos por natureza	371.140	433.445		433.445
Prov. p/ Prémios Cobrança	-17.346	33.403		33.403
Outro encargo Resseguro	5.329		24	24
Resultado Técnico	153.435	541.289	388.968	152.296

A Companhia obteve em 2011 um Resultado Líquido de 121.311 contos, que representa um acréscimo de 4% comparativamente ao ano de 2010.

Resultado Líquido do Exercício	(Em contos)	
	2010	2011
Resultado técnico líquido de RC	153.435	152.296
Outros proveitos e Custos	-10.364	-9.483
Resultados antes de impostos	143.071	142.813
Impostos	26.367	21.502
Resultado líquido	116.704	121.311

Consequentemente, o rendimento por acção aumentou de 584 escudos para 607 escudos.

	2009	2010	2011
Resultado por Acção	0	584	607
Dividendo por Acção	198	126	212*
Rentabilidade Capitais Próprios (ROE)	13%	13%	12%

\* De acordo com a proposta de aplicação referida no ponto 7 deste documento

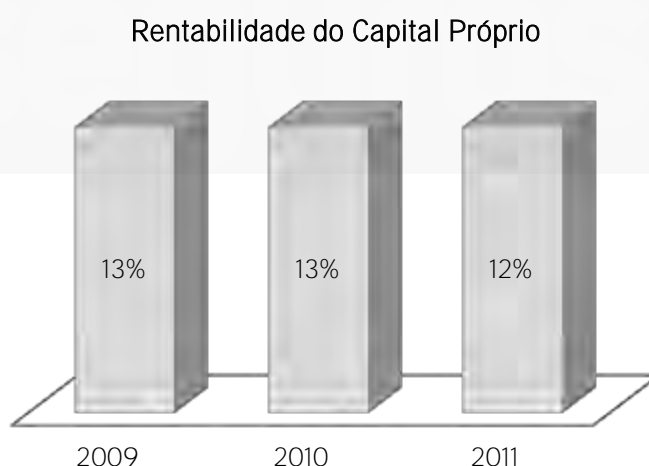
## 5.2 - Capital Próprio

No exercício de 2011, o Capital Próprio da Companhia aumentou 13% face a 2010. Esta evolução é explicada pelo aumento de Capital Social em 200 mil contos por incorporação de reservas.

	2010	2011
Capital	200.000	400.000
Reservas de reavaliação	433.787	416.092
Reserva por impostos diferidos	-110.370	-105.737
Outras reservas	244.040	119.886
Resultados transitados	0	46.019
Resultado do exercício	116.704	121.311
Capital Próprio	884.161	997.570

(Em contos)

A rentabilidade do Capital Próprio situou-se em 12%:



### 6. Perspectivas de Evolução

A conjuntura adversa, com menos rendimento, menos consumo e menos investimento, não podem ser optimistas as perspectivas para o crescimento da massa segurável, em 2012 parecendo mais realista contar com cortes na procura de seguros, sejam individuais ou empresariais, e sejam de coberturas facultativas ou mesmo obrigatórias. Estarão, sujeitos a pressões neste sentido alguns dos mais expressivos ramos Não Vida, como os de Acidentes de Trabalho, Automóvel e Construções e Montagem.

### 7. Proposta de Aplicação de Resultados

O resultado do exercício decorrente da Actividade Seguradora do Exercício de 2011 ascendeu a 121.311.062.68 CVE (cento e vinte e um milhões, trezentos e onze mil e sessenta e dois escudos e sessenta e oito centavos).

De acordo com o disposto nos Estatutos da Sociedade, o Conselho de Administração vem propor a seguinte aplicação:

- Reserva Legal: 12.131.106\$00
- Distribuição de dividendos: 42.458.872\$00
- Outras Reservas: 66.721.084\$00

### 8. Considerações Finais

Ao terminar este relatório o Conselho de Administração manifesta o seu profundo agradecimento a todas as pessoas e instituições que mais contribuíram para os resultados alcançados no exercício, e em especial:

Ao Ministério das Finanças e ao Banco de Cabo Verde pelo dialogo construtivo que sempre mantiveram com o Conselho de Administração;

À Mesa da Assembleia-Geral e ao Fiscal Único, pelo interesse, disponibilidade e empenho sempre presentes no acompanhamento e controlo da actividade da empresa;

Aos Mediadores, Corretores e Resseguradores pelo apoio prestado e pela confiança com que honram a Companhia;

À Companhia de Seguros Fidelidade – Mundial, SA por todo o apoio prestado;

A todos os colaboradores que, com profissionalismo, dedicação e competência, tornaram possível a obtenção dos resultados verificados e a contínua valorização da Garantia.

Para os nossos clientes gostaríamos de deixar aqui uma especial palavra de reconhecimento pela preferência por Garantia e pelo estímulo para uma melhoria permanente da qualidade de serviço.

Praia, 31 de Março de 2012

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO,

Dr. António Joaquim de Sousa – Presidente

Jorge Fernando Gonçalves Alves – Presidente da Comissão Executiva

Adérito Tavares Fernandes – Administrador Executivo

Paulo António Arsénio Lopes – Administrador Executivo

Fernando Jorge do Livramento Santos da Moeda – Administrador Não Executivo

### 9. Relatório do Actuário

As principais conclusões a que se chegaram na análise efectuada às Provisões Técnicas de acordo com a legislação em vigor, nomeadamente Portaria nº 110/78 de 31 de Dezembro, o Aviso nº 1/2000 e o Aviso nº 14/99 emitidas pelo Banco de Cabo Verde - BCV foram:

#### **Provisões Técnicas – Não Vida**

As provisões técnicas estão calculadas de acordo com a legislação em vigor.

O montante das provisões técnicas para sinistros e das provisões matemáticas dos ramos não-vida são globalmente suficientes.

#### **Provisões Técnicas – Vida**

As provisões matemáticas do Ramo Vida foram determinadas de acordo com as bases técnicas aprovadas pelo Banco de Cabo Verde.

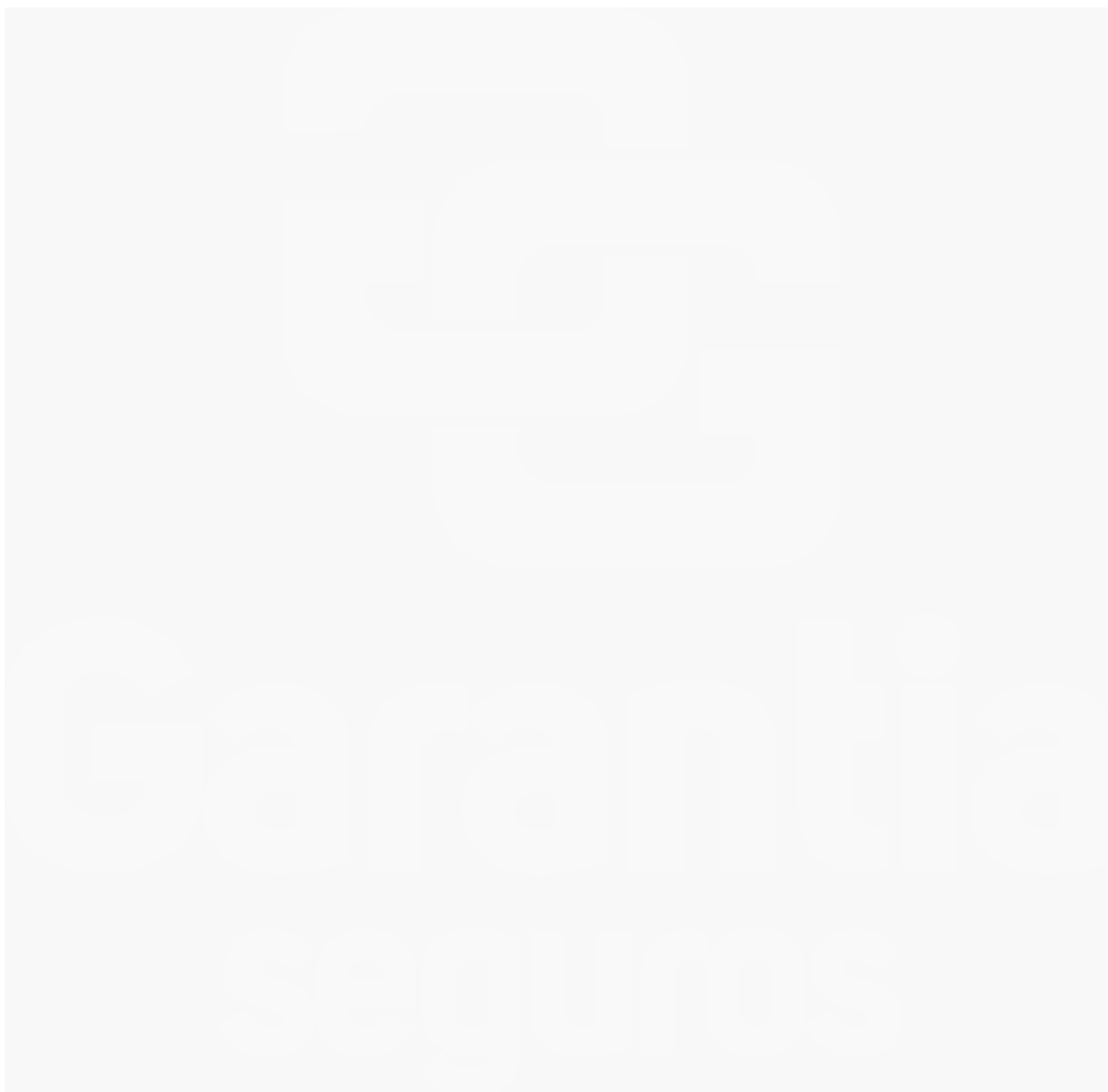
Os valores das provisões matemáticas do Ramo Vida, em 31/12/2011, obedecem aos princípios e aos métodos de cálculo estabelecidos no Aviso nº 14/99.

Considerando os factos anteriormente mencionados, têm-se por adequadas as provisões matemáticas do Ramo Vida.

Praia, 17 de Abril de 2012

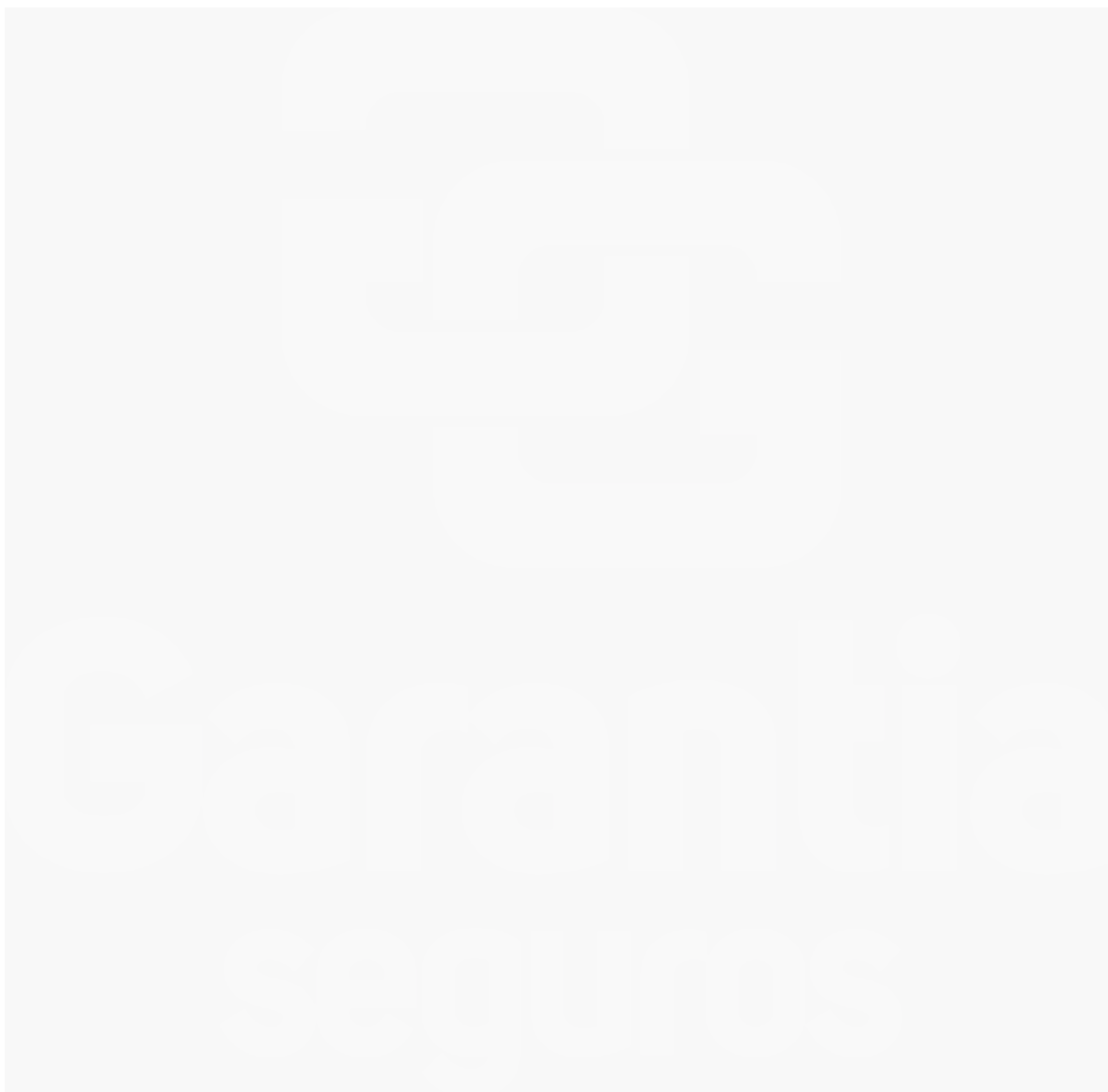
Sara Helena Pires - Actuária

Sócio nº 558 do Instituto dos Actuários Portugueses



## 10. Demonstrações Financeiras

- Demonstração do Resultado do Exercício
- Balanço do Exercício





# RELATORIO & CONTAS 2011

CUSTOS E PERDAS	2011			Total
	Técnica Vida	Técnica não Vida	Não Técnica	
Prémios adquiridos líquidos de resseguro	11.256.389,60	508.098.625,40	0,00	519.355.015,00
Prémios brutos emitidos	50.902.372,00	1.411.918.997,00		1.462.821.369,00
Prémios de resseguro cedido	-39.645.982,40	-905.034.988,20		-944.680.970,60
Provisão para prémios não adquiridos (variação)	0,00	-50.568.142,00		-50.568.142,00
Provisão para prémios não adquiridos, parte resseguradores (var.)	0,00	51.782.758,60		51.782.758,60
Montantes pagos	-500.000,00	-262.735.424,04	0,00	-263.235.424,04
Montantes brutos	-5.000.000,00	-520.921.643,44	0,00	-525.921.643,44
Parte dos resseguradores	4.500.000,00	258.186.219,40	0,00	262.686.219,40
Provisão para sinistros (variação)	0,00	71.471.316,35	0,00	71.471.316,35
Montante bruto	0,00	-5.065.508,30		-5.065.508,30
Parte dos resseguradores	0,00	76.536.824,65		76.536.824,65
Provisão matemática do ramo vida, líquida de resseguro	226.393,50	0,00	0,00	226.393,50
Montante bruto	-425.516,00			-425.516,00
Parte dos resseguradores	651.909,50	0,00		651.909,50
Custos e gastos de explorações líquidas	-8.839.478,55	-374.941.218,27	0,00	-383.780.696,82
Custos de aquisição	-6.584.763,71	-127.134.201,77		-133.718.965,48
Gastos administrativos	-2.254.714,84	-247.807.016,50		-250.061.731,34
Gastos de Investimentos	-10.855,35	-5.528.087,55		-5.538.942,90
Gastos Imputados	-10.855,35	-5.528.087,55		-5.538.942,90
Comissões e participação nos resultados de resseguro	12.411.164,10	151.643.733,22		164.054.897,32
<b>Total</b>	<b>14.543.613,30</b>	<b>88.008.945,11</b>	<b>0,00</b>	<b>102.552.558,41</b>

Chefe de Secção de Contabilidade: Sr. Estevão Rodrigues \_\_\_\_\_

Directora Financeira: Dra. Graça Lima \_\_\_\_\_

Conselho de Administração \_\_\_\_\_

# RELATORIO & CONTAS 2011

PROVEITOS E GANHOS	2011			
	Técnica Vida	Técnica não Vida	Não Técnica	Total
Rendimentos	<u>0,00</u>	<u>83.172.223,90</u>	<u>0,00</u>	<u>83.172.223,90</u>
De juros de activos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas		73.625.762,90		73.625.762,90
Outros		9.546.461,00		9.546.461,00
Gastos financeiros	<u>0,00</u>	<u>-24.316,10</u>	<u>0,00</u>	<u>-24.316,10</u>
De juros de activos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas		-24.316,10		-24.316,10
Ganhos líquidos pela venda de activos não financeiros que não estejam classificados como activos não correntes detidos para venda e unidades operacionais descontinuadas			3.985.170,00	3.985.170,00
Outros rendimentos / gastos técnicos, líquidos de resseguro			5.230.232,18	5.230.232,18
Outras provisões (variação)			<u>-33.403.401,04</u>	<u>-33.403.401,04</u>
Outros rendimentos / gastos			<u>-18.699.311,97</u>	<u>-18.699.311,97</u>
Imposto sobre o rendimento do exercício - Impostos correntes			-23.443.496,70	-23.443.496,70
Imposto sobre o rendimento do exercício - Impostos diferidos			1.941.404,00	1.941.404,00
Resultado liq. após imposto e antes de interesses minoritários	14.543.613,30	171.156.852,91	-64.389.403,53	121.311.062,68
De	0,00	83.147.907,80	-64.389.403,53	18.758.504,27
Totais ...	<u>14.543.613,30</u>	<u>171.156.852,91</u>	<u>-64.389.403,53</u>	<u>121.311.062,68</u>

Chefe de Secção de Contabilidade: Sr. Estevão Rodrigues \_\_\_\_\_

Directora Financeira: Dra. Graça Lima \_\_\_\_\_

Conselho de Administração \_\_\_\_\_

## RELATORIO & CONTAS 2011

ACTIVO	Valor Bruto	Imparidade, Depreciação E Amortização	Valor Líquido
Depósito Bancário e Caixa	24.046.374,00	0	24.046.374,00
Activos disponíveis para venda	681.638.776,26	0	681.638.776,26
Empréstimos e contas a receber	534.234.030,73	0	534.234.030,73
Outros empréstimos	328.947.000,00	0,00	328.947.000,00
Outros depósitos	205.287.030,73	0	205.287.030,73
Terrenos e edifícios	608.549.557,00	14.848.286,00	593.701.271,00
Serviço próprio	374.632.959,00	14.848.286,00	359.784.673,00
Rendimento	233.916.598,00	0	233.916.598,00
Outros activos tangíveis	283.978.320,20	173.366.637,73	110.611.682,47
Inventários	1.936.150,00	0	1.936.150,00
Outros activos intangíveis	75.099.526,00	65.892.874,70	9.206.651,30
Provisões técnicas de resseguro cedido	671.180.164,13	0	671.180.164,13
Provisão para prémios não adquiridos	190.752.251,60	0	190.752.251,60
Provisão matemática	8.875.546,00	0	8.875.546,00
Provisão para sinistros	471.552.366,53	0	471.552.366,53
Outros devedores por operações	397.360.021,97	83.913.704,40	313.446.317,57
Seguro directo	269.787.307,80	73.745.876,00	196.041.431,80
Resseguro	12.607.052,61	0	12.607.052,61
Outras operações	114.965.661,56	10.167.828,40	104.797.833,16
Activos por impostos	27.580.970,47	0	27.580.970,47
Activos por impostos correntes	21.976.847,47	0	21.976.847,47
Activos por impostos diferidos	5.604.123,00	0	5.604.123,00
Acréscimos e diferimentos	14.289.710,63	0	14.289.710,63
<b>TOTAIS</b>	<b>3.319.893.601,39</b>	<b>338.021.502,83</b>	<b>2.981.872.098,56</b>

Chefe de Secção de Contabilidade: Sr. Estevão Rodrigues \_\_\_\_\_

Directora Financeira: Dra. Graça Lima \_\_\_\_\_

Conselho de Administração \_\_\_\_\_

## RELATORIO & CONTAS 2011

PASSIVO E CAPITAL PRÓPRIO	Valor Bruto	Imparidade, Depreciação E Amortização	Valor Líquido
Capital próprio			
Capital	400.000.000,00	0	400.000.000,00
Reservas de reavaliação	416.091.715,50	0	416.091.715,50
Por ajustamentos activos financeiros	416.091.716,00	0	416.091.716,00
Por revaloriz. terrenos e edif.	-0,5	0	-0,5
Reserva por impostos diferidos	-105.737.296,00	0	-105.737.296,00
Outras reservas	119.886.176,42	0	119.886.176,42
Resultados transitados	46.018.730,00	0	46.018.730,00
Resultado do exercício	121.311.062,68	0	121.311.062,68
<b>Total de Capital próprio</b>	<b>997.570.388,60</b>	<b>0</b>	<b>997.570.388,60</b>
<b>PASSIVO</b>			
Provisões técnicas	1.182.201.863,93	0	1.182.201.863,93
Provisão para prémios não adquiridos	279.573.598,00	0	279.573.598,00
Provisão para seguros e operações do	12.429.515,00	0	12.429.515,00
Provisão para sinistros	890.198.750,93	0	890.198.750,93
De vida	9.274.137,90	0	9.274.137,90
De acidentes de trabalho	180.475.615,50	0	180.475.615,50
De automóvel	611.166.272,33	0	611.166.272,33
De outros ramos	89.282.725,20	0	89.282.725,20
Outros passivos financeiros	156.030.619,85	0	156.030.619,85
Depósitos recebidos de resseguradoras	156.030.619,85	0	156.030.619,85
Out. credores por operações de seguros	364.920.897,37	0	364.920.897,37
Contas a pagar de seguro directo	92.380.645,06	0	92.380.645,06
Contas a pagar de resseguro	191.097.011,47	0	191.097.011,47
Contas a pagar por outras operações	81.443.240,84	0	81.443.240,84
Passivos por impostos	194.158.781,49	0	194.158.781,49
Impostos correntes	76.993.150,49	0	76.993.150,49
Impostos diferidos	117.165.631,00	0	117.165.631,00
Acréscimos e diferimentos	74.377.215,62	0	74.377.215,62
Outras provisões	12.612.331,70	0	12.612.331,70
<b>Total de passivo</b>	<b>1.984.301.709,96</b>	<b>0</b>	<b>1.984.301.709,96</b>
<b>Total de passivo e capital próprio</b>	<b>2.981.872.098,56</b>	<b>0</b>	<b>2.981.872.098,56</b>

Chefe de Secção de Contabilidade: Sr. Estevão Rodrigues \_\_\_\_\_

Directora Financeira: Dra. Graça Lima \_\_\_\_\_

Conselho de Administração \_\_\_\_\_

## 11. Relatório e Parecer do Fiscal Único



## RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO

Aos Accionistas da  
Garantia – Companhia de Seguros de Cabo Verde, S.A.

Em conformidade com a legislação em vigor e o mandato que nos foi conferido, vimos submeter à vossa apreciação o nosso Relatório e Parecer que abrange a actividade por nós desenvolvida e os documentos de prestação de contas da Garantia – Companhia de Seguros de Cabo Verde, S.A. (Companhia) relativos ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2011, os quais são da responsabilidade do Conselho de Administração.

Acompanhámos a evolução da actividade e os negócios da Companhia, a regularidade dos seus registos contabilísticos e o cumprimento dos estatutos em vigor, tendo recebido do Conselho de Administração e dos diversos serviços da Companhia as informações e esclarecimentos solicitados.

No âmbito das nossas funções, examinámos o Balanço em 31 de Dezembro de 2011, a Conta de ganhos e perdas e as Demonstrações do rendimento integral, das alterações no capital próprio e dos fluxos de caixa e o respectivo anexo, bem como o Relatório de Gestão, preparado pelo Conselho de Administração, para o exercício findo naquela data. Como consequência do trabalho de auditoria, emitimos nesta data o Relatório de Auditoria, que contém um ênfase.

Face ao exposto somos de opinião que, após considerar o assunto descrito no parágrafo 5 do Relatório de Auditoria, as demonstrações financeiras supra referidas e o Relatório de Gestão, bem como a proposta nele expressa, estão de acordo com as disposições contabilísticas e estatutárias aplicáveis, para efeitos de aprovação em Assembleia Geral de Accionistas.

Desejamos ainda manifestar ao Conselho de Administração e aos serviços da Companhia o nosso apreço pela colaboração prestada.

Lisboa, 30 de Março de 2012



---

Deloitte & Associados, SROC S.A.  
Representada por João Carlos Henriques Gomes Ferreira

**GARANTIA – COMPANHIA DE  
SEGUROS DE CABO VERDE, S.A.**

**Demonstrações Financeiras em 31 de  
Dezembro de 2011 acompanhadas do  
Relatório de Auditoria**



## RELATÓRIO DE AUDITORIA

(Montantes expressos em milhares de Escudos de Cabo Verde – mCve.)

### **Introdução**

1. Examinámos as demonstrações financeiras anexas da Garantia – Companhia de Seguros de Cabo Verde, S.A. (Companhia), as quais compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 2011, que evidencia um total de mCve. 2.981.870 e capitais próprios de mCve. 997.571, incluindo um resultado líquido de mCve. 121.311, a Conta de ganhos e perdas, as Demonstrações do rendimento integral, das alterações no capital próprio e dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data e o correspondente Anexo (Notas 1 a 41).

### **Responsabilidades**

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Companhia, o resultado e o rendimento integral das suas operações, as alterações no seu capital próprio e os seus fluxos de caixa, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

### **Âmbito**

3. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as normas de auditoria geralmente aceites, as quais exigem que seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Este exame incluiu a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e informações divulgadas nas demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação. Este exame incluiu, igualmente, a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias, a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade das operações e a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

### **Opinião**

4. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras referidas no parágrafo 1 acima apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira da Garantia – Companhia de Seguros de Cabo Verde, S.A. em 31 de Dezembro de 2011, bem como o resultado e o rendimento integral das suas operações, as alterações nos seus capitais próprios e os seus fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Cabo Verde para o sector segurador.

**Ênfase**

5. Conforme divulgado na Nota 3.4 do Anexo às demonstrações financeiras, em 2011 a Companhia aplicou pela primeira vez os princípios estabelecidos no Plano de Contas para as Empresas de Seguros (PCES), aprovado pelo Aviso nº 3/2010, de 28 de Junho, do Banco de Cabo Verde (BCV). Este normativo corresponde em geral às Normas Internacionais de Relato Financeiro (NIRF), excepto no que se refere à aplicação da IFRS 4 – “Contratos de seguro”, relativamente à qual apenas foram adoptados os princípios de classificação do tipo de contrato de seguro. Até 31 de Dezembro de 2010, as demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas de acordo com os princípios contabilísticos estabelecidos no anterior Plano de Contas para as Seguradoras, aprovado pelo Aviso nº 1/1998, de 22 de Junho, do BCV. No processo de transição para o PCES, a Companhia seguiu os requisitos previstos na IFRS 1 – “Adopção pela Primeira vez das Normas Internacionais de Relato Financeiro”, tendo a data de transição sido reportada a 1 de Janeiro de 2010. Consequentemente, a informação financeira referente àquela data e ao exercício de 2010 foi reexpressa para o Novo PCES para efeitos de comparabilidade. As divulgações relativas ao impacto da transição são apresentadas na Nota 35.

Lisboa, 30 de Março de 2012



---

Deloitte & Associados, SROC S.A.  
Representada por João Carlos Henriques Gomes Ferreira

**GARANTIA - COMPANHIA DE SEGUROS DE CABO VERDE, S.A.**

BALANÇOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010

(Montantes expressos em milhares de Escudos de Cabo Verde)

ACTIVO	Notas	2011			2010	01-01-2010
		Valor bruto	Imparidade, depreciações / amortizações e ajustamentos	Valor líquido		
					(Pró-forma)	(Pró-forma)
<b>Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem</b>	8; 11; 30	24.046	-	24.046	19.590	39.105
<b>Activos disponíveis para venda</b>	Anexo 1; 6; 11	700.313	(18.675)	681.638	699.333	595.158
<b>Empréstimos e contas a receber</b>	6; 11	534.234	-	534.234	460.873	476.839
Outros depósitos		205.287	-	205.287	121.475	296.971
Outros		328.947	-	328.947	339.398	179.868
<b>Terrenos e edifícios</b>	9 e 11	608.549	(14.848)	593.701	582.014	497.388
Terrenos e edifícios de uso próprio		374.633	(14.848)	359.785	393.712	384.000
Terrenos e edifícios de rendimento		233.916	-	233.916	188.302	113.388
<b>Outros activos tangíveis</b>	10; 11	283.978	(173.367)	110.611	92.454	128.429
<b>Inventários</b>		1.936	-	1.936	2.300	1.426
<b>Outros activos intangíveis</b>	12	75.100	(65.893)	9.207	15.525	12.464
<b>Provisões técnicas de resseguro cedido</b>	4.1	671.180	-	671.180	542.210	450.726
Provisão para prémios não adquiridos		190.752	-	190.752	138.970	140.732
Provisão matemática		8.876	-	8.876	8.224	7.669
Provisão para sinistros		471.552	-	471.552	395.016	302.325
<b>Outros devedores por operações de seguros e outras operações</b>	38	397.360	(83.914)	313.446	308.113	245.639
Contas a receber por operações de seguro directo		269.787	(73.746)	196.041	190.233	112.332
Contas a receber por outras operações de resseguro		12.607	(3.678)	8.929	19.948	33.957
Contas a receber por outras operações		114.966	(6.490)	108.476	97.932	99.350
<b>Activos por impostos</b>	24	27.581	-	27.581	10.861	8.605
Activos por impostos correntes		21.977	-	21.977	3.629	3.917
Activos por impostos diferidos		5.604	-	5.604	7.232	4.688
<b>Acréscimos e diferimentos</b>	40	14.290	-	14.290	14.453	19.082
<b>TOTAL ACTIVO</b>		<b>3.338.567</b>	<b>(356.697)</b>	<b>2.981.870</b>	<b>2.747.726</b>	<b>2.474.861</b>

As notas anexas fazem parte integrante do balanço em 31 de Dezembro de 2011.

**GARANTIA - COMPANHIA DE SEGUROS DE CABO VERDE, S.A.**

**BALANÇOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010**

(Montantes expressos em milhares de Escudos de Cabo Verde)

<b>PASSIVO E CAPITAL PRÓPRIO</b>	<b>Notas</b>	<b>2011</b>	<b>2010</b>	<b>01-01-2010</b>
<b>CAPITAL PRÓPRIO</b>			<i>(Pró-forma)</i>	<i>(Pró-forma)</i>
Capital	25	400.000	200.000	200.000
Reservas de reavaliação				
Por ajustamentos no justo valor de activos financeiros	26	416.092	433.787	334.537
Reservas por impostos diferidos	26	(105.737)	(110.370)	(85.103)
Outras reservas	26	119.886	244.040	188.472
Resultados transitados		46.019	30.443	131.475
Resultado do exercício	27	121.311	116.704	-
<b>TOTAL CAPITAL PRÓPRIO</b>		<b>997.571</b>	<b>914.604</b>	<b>769.381</b>
<b>PASSIVO</b>				
<b>Provisões técnicas</b>	4.1.	1.182.203	1.140.815	1.051.776
Provisão para prémios não adquiridos		279.574	229.005	210.432
Provisão para seguros e operações do ramo vida		12.430	12.004	8.536
Provisão para sinistros				
De vida		9.274	9.319	384
De acidentes de trabalho		180.476	192.005	154.917
De automóvel		611.166	597.035	634.816
De outros ramos		89.283	101.447	42.691
<b>Outros passivos financeiros</b>	6.3.	156.031	150.411	185.600
Depósitos recebidos de resseguradores		156.031	150.411	185.600
<b>Outros credores por operações de seguros e outras operações</b>	39	364.917	253.316	178.272
Contas a pagar por operações de seguro directo		92.380	83.613	76.630
Contas a pagar por outras operações de resseguro		191.097	128.210	77.373
Contas a pagar por outras operações		81.440	41.493	24.269
<b>Passivos por impostos</b>	24	194.159	195.011	146.354
Passivos por impostos correntes		76.993	69.642	46.715
Passivos por impostos diferidos		117.166	125.369	99.639
<b>Acréscimos e diferimentos</b>	40	74.377	57.889	92.322
<b>Outras provisões</b>	13	12.612	35.680	51.156
<b>TOTAL PASSIVO</b>		<b>1.984.299</b>	<b>1.833.122</b>	<b>1.705.480</b>
<b>TOTAL PASSIVO E CAPITAL PRÓPRIO</b>		<b>2.981.870</b>	<b>2.747.726</b>	<b>2.474.861</b>

As notas anexas fazem parte integrante do balanço em 31 de Dezembro de 2011.

**GARANTIA - COMPANHIA DE SEGUROS DE CABO VERDE, S.A.**

**CONTAS DE GANHOS E PERDAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010**

(Montantes expressos em milhares de Escudos de Cabo Verde)

Conta de ganhos e perdas	Notas	2011				2010 <i>(Pró-forma)</i>
		Técnica Vida	Técnica não Vida	Não Técnica	Total	
<b>Prémios adquiridos líquidos de resseguro</b>	14; Anexo 4	<b>11.256</b>	<b>508.099</b>	-	<b>519.355</b>	<b>419.812</b>
Prémios brutos emitidos		50.902	1.411.919	-	1.462.821	1.381.132
Prémios de resseguro cedido		(39.646)	(905.035)	-	(944.681)	(940.984)
Provisão para prémios não adquiridos (variação)		-	(50.568)	-	(50.568)	(18.573)
Provisão para prémios não adquiridos, parte resseguradores (variação)		-	51.783	-	51.783	(1.763)
<b>Custos com sinistros, líquidos de resseguro</b>		<b>(500)</b>	<b>(191.265)</b>	-	<b>(191.765)</b>	<b>(203.923)</b>
<b>Montantes pagos</b>						
Montantes brutos		(5.000)	(520.922)	-	(525.922)	(553.127)
Parte dos resseguradores		4.500	258.186	-	262.686	318.613
<b>Provisão para sinistros (variação)</b>						
Montante bruto		-	(5.066)	-	(5.066)	(62.283)
Parte dos resseguradores		-	76.537	-	76.537	92.874
<b>Provisão matemática do ramo vida, líquida de resseguro</b>		<b>226</b>	-	-	<b>226</b>	<b>(2.914)</b>
Montante bruto		(426)	-	-	(426)	(3.468)
Parte dos resseguradores		652	-	-	652	554
<b>Custos e gastos de exploração líquidos</b>	21	<b>(8.851)</b>	<b>(380.469)</b>	-	<b>(389.320)</b>	<b>(346.581)</b>
Custos de aquisição		(6.585)	(127.134)	-	(133.719)	(119.014)
Custos com investimentos		(11)	(5.528)	-	(5.539)	(4.922)
Gastos administrativos		(2.255)	(247.807)	-	(250.062)	(222.645)
<b>Comissões e participação nos resultados de resseguro</b>	15	<b>12.411</b>	<b>151.644</b>	-	<b>164.055</b>	<b>210.403</b>
<b>Rendimentos</b>	16	-	<b>83.172</b>	-	<b>83.172</b>	<b>50.981</b>
De juros de activos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas		-	73.626	-	73.626	50.981
Outros		-	9.546	-	9.546	-
<b>Gastos financeiros</b>		-	<b>(24)</b>	-	<b>(24)</b>	<b>(79)</b>
De juros de activos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas		-	-	-	-	(79)
De juros de passivos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas		-	(24)	-	(24)	-
<b>Ganhos líquidos pela venda de activos não financeiros que não estejam classificados como activos não correntes detidos para venda e unidades operacionais descontinuadas</b>	18	-	-	<b>3.985</b>	<b>3.985</b>	<b>21.672</b>
<b>Outros rendimentos/gastos técnicos, líquidos de resseguro</b>	41	-	-	<b>5.230</b>	<b>5.230</b>	<b>2.444</b>
<b>Outras provisões (variação)</b>	13	-	-	<b>(33.403)</b>	<b>(33.403)</b>	<b>17.346</b>
<b>Outros rendimentos/(gastos)</b>	41	-	-	<b>(18.698)</b>	<b>(18.698)</b>	<b>(26.090)</b>
<b>RESULTADO LÍQUIDO ANTES DE IMPOSTOS</b>		<b>14.542</b>	<b>171.157</b>	<b>(42.886)</b>	<b>142.813</b>	<b>143.071</b>
Imposto sobre o rendimento do exercício - Impostos correntes	24	-	-	(23.443)	(23.443)	(28.449)
Imposto sobre o rendimento do exercício - Impostos diferidos	24	-	-	1.941	1.941	2.082
<b>RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO</b>	27	<b>14.542</b>	<b>171.157</b>	<b>(64.388)</b>	<b>121.311</b>	<b>116.704</b>

O anexo faz parte integrante da demonstração dos resultados para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2011.

GARANTIA - COMPANHIA DE SEGUROS DE CABO VERDE, S.A.

DEMONSTRAÇÕES DE VARIAÇÕES DO CAPITAL PRÓPRIO DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010

(Montantes expressos em milhares de Escudos de Cabo Verde)

Demonstração de variações do capital próprio	Notas	Capital social	Reservas de reavaliação	Reserva por impostos diferidos	Outras reservas			Resultados transitados	Resultado do exercício	TOTAL
			Por ajustamentos no justo valor de activos financeiros disponíveis para venda		Reserva legal	Outras reservas	Total			
<b>Saldos em 01 de Janeiro de 2010</b>		200.000	201.405	-	67.198	121.274	188.472	-	101.033	690.910
Adopção do PCES com referência a 1 de Janeiro de 2010	35	-	133.132	(85.103)	-	-	-	30.442	-	78.471
<b>Saldos em 01 de Janeiro de 2010 (Pró-forma)</b>		200.000	334.537	(85.103)	67.198	121.274	188.472	30.442	101.033	769.381
Ganhos líquidos por ajustamentos no justo valor de activos financeiros disponíveis para venda	26	-	99.250	-	-	-	-	-	-	99.250
Ajustamentos por reconhecimento de impostos diferidos	26	-	-	(25.267)	-	-	-	-	-	(25.267)
Aumentos de reservas por aplicação de resultados	26	-	-	-	10.104	45.465	55.569	-	(55.569)	-
Distribuição do resultado	28	-	-	-	-	(1)	(1)	1	(45.464)	(45.464)
<b>Total das variações do capital próprio</b>		-	99.250	(25.267)	10.104	45.464	55.568	1	(101.033)	28.519
Resultado líquido do exercício de 2010		-	-	-	-	-	-	-	116.704	116.704
<b>Saldos em 31 de Dezembro de 2010 (Pró-forma)</b>		200.000	433.787	(110.370)	77.302	166.738	244.040	30.443	116.704	914.604
Aumento de capital por incorporação de reservas	25	200.000	-	-	-	(200.000)	(200.000)	-	-	-
Ganhos líquidos por ajustamentos no justo valor de activos financeiros disponíveis para venda	26	-	(17.695)	-	-	-	-	-	-	(17.695)
Ajustamentos por reconhecimento de impostos diferidos	26	-	-	4.633	-	-	-	-	-	4.633
Aumentos de reservas por aplicação de resultados	26	-	-	-	10.113	65.733	75.846	15.576	(91.422)	-
Distribuição do resultado	27	-	-	-	-	-	-	-	(25.282)	(25.282)
Outros		-	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>Total das variações do capital próprio</b>		200.000	(17.695)	4.633	10.113	(134.267)	(124.154)	15.576	(116.704)	(38.344)
Resultado líquido do exercício de 2011		-	-	-	-	-	-	-	121.311	121.311
<b>Saldos em 31 de Dezembro de 2011</b>		400.000	416.092	(105.737)	87.415	32.471	119.886	46.019	121.311	997.571

As notas anexas fazem parte integrante da demonstração das alterações no capital próprio no exercício de 2011.

**GARANTIA - COMPANHIA DE SEGUROS DE CABO VERDE, S.A.**

**DEMONSTRAÇÕES DO RENDIMENTO INTEGRAL**  
**PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010.**

(Montantes expressos em milhares de Escudos de Cabo Verde)

	<b>2011</b>	<b>2010</b>
		<i>(Pró-forma)</i>
<b>RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO</b>	121.311	101.113
<b>RENDIMENTO INTEGRAL NÃO RECONHECIDO NOS RESULTADOS</b>		
Variação de justo valor de activos disponíveis para venda	(17.695)	99.250
Variação das reservas para impostos diferidos	4.633	(25.267)
<b>TOTAL</b>	<b>(13.062)</b>	<b>73.983</b>
<b>RENDIMENTO INTEGRAL DO EXERCÍCIO</b>	<b>108.249</b>	<b>175.096</b>

O Anexo faz parte integrante da demonstração do rendimento integral para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2011.

**GARANTIA - COMPANHIA DE SEGUROS DE CABO VERDE, S.A.**

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010

(Montantes expressos em milhares de Escudos de Cabo Verde)

	2011	2010 <i>(Pró-forma)</i>
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES OPERACIONAIS:</b>		
Fluxos operacionais antes das variações nos activos e passivos:		
Prémios recebidos, líquidos de resseguro	518.140	440.148
Sinistros pagos, líquidos de resseguro	(215.777)	(174.323)
Comissões de contratos de seguro, de investimento e de prestação de serviços, líquidas	146.049	193.281
Pagamentos a empregados e fornecedores	(332.556)	(336.773)
Outros	(42.884)	(49.650)
	<b>72.972</b>	<b>72.683</b>
(Aumentos) / diminuições nos activos operacionais		
Devedores por operações de seguro directo e resseguro	(31.871)	(63.892)
Devedores por outras operações	(6.866)	1.418
	<b>(38.737)</b>	<b>(62.474)</b>
Aumentos / (diminuições) nos passivos operacionais		
Depósitos recebidos de resseguradores	612	(40.518)
Credores por operações de seguro directo e resseguro	48.587	59.690
Credores por outras operações	39.950	17.224
Outros passivos	(10.997)	23.215
	<b>78.152</b>	<b>59.611</b>
Caixa líquida das actividades operacionais antes de impostos	112.387	69.820
Pagamentos de impostos sobre o rendimento	(23.443)	(28.449)
<b>Caixa líquida das actividades operacionais</b>	<b>88.944</b>	<b>41.371</b>
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO:</b>		
Recebimentos resultantes da venda ou reembolso de:		
Propriedades de investimento	3.985	21.672
Activos tangíveis e intangíveis	223.373	(10.366)
Rendimentos de activos financeiros	84.076	325.648
Outros recebimentos	9.910	-
	<b>321.344</b>	<b>336.954</b>
Pagamentos resultantes da aquisição ou originação de:		
Activos financeiros disponíveis para venda	-	(104.175)
Empréstimos e contas a receber	(83.812)	(159.530)
Propriedades de investimento	(45.615)	(74.914)
Activos tangíveis e intangíveis	(251.099)	(12.773)
Outros	(24)	(983)
	<b>(380.550)</b>	<b>(352.375)</b>
<b>Caixa líquida das actividades de investimento</b>	<b>(59.206)</b>	<b>(15.421)</b>
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO:</b>		
Distribuição de dividendos	(25.282)	(45.465)
<b>Caixa líquida das actividades de financiamento</b>	<b>(25.282)</b>	<b>(45.465)</b>
Aumento (diminuição) líquido de caixa e seus equivalentes	4.456	(19.515)
Caixa e seus equivalentes no início do período	19.590	39.105
Caixa e seus equivalentes no fim do período	24.046	19.590
	<b>4.456</b>	<b>(19.515)</b>

O anexo faz parte integrante da demonstração dos fluxos de caixa no exercício findo em 31 de Dezembro de 2011.



## NOTA INTRODUTÓRIA

As demonstrações financeiras da Garantia – Companhia de Seguros, S.A. foram elaboradas com base nos seus registos contabilísticos e de acordo com o Plano de Contas para as Empresas de Seguros (PCES), aprovado pelo Aviso nº 3/2010, de 28 de Junho, do Banco de Cabo Verde (BCV).

As notas que se seguem respeitam a numeração sequencial definida no Plano de Contas para as Empresas de Seguros, quando aplicável.

### 1. INFORMAÇÕES GERAIS

A Garantia - Companhia de Seguros de Cabo Verde, S.A. (Companhia) resultou da cisão do ex - Instituto de Seguros e Providência Social, EP (ISPS) ocorrida em 30 de Outubro de 1991, nos termos do Decreto-Lei nº 136/91, de 2 de Outubro, tendo-lhe sido transmitidos todos os activos e passivos relacionados com o negócio segurador.

No âmbito do processo de privatização das instituições de crédito e sociedades financeiras com capitais públicos, conforme a resolução nº 46/99, de 27 de Setembro de 1999, do Conselho de Ministros, o Agrupamento constituído pela Caixa Geral de Depósitos, S.A. e pelo Banco Interatlântico, S.A.R.L. adquiriu 95% da participação do Estado na Companhia.

A Companhia dedica-se ao exercício da actividade de seguro directo e de resseguro em todos os ramos e operações, podendo ainda exercer actividades conexas e complementares.

A Companhia tem a sua sede em Chã de Areia, C.P. 138, cidade da Praia, República de Cabo Verde, e delegações nas ilhas do Sal, São Vicente, Boavista, São Nicolau, Fogo e Santo Antão. Para a angariação de apólices de seguro, a Companhia dispõe ainda de uma rede de agentes.

As demonstrações financeiras da Companhia em 31 de Dezembro de 2011 foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 23 de Março de 2012, e estão pendentes de aprovação pela Assembleia Geral. No entanto, o Conselho de Administração da Companhia admite que venham a ser aprovadas sem alterações significativas.

### 2. INFORMAÇÃO POR SEGMENTOS

Para efeito de relato por segmentos de negócio, a Companhia elegeu os seguintes:

<u>Sub-segmento</u>	<u>Ramos do sub-segmento</u>
Vida	
Acidentes e doenças	Acidentes de trabalho Acidentes pessoais Pessoas transportadas Viagens
Doença	Doença
Incêndio e outros danos	Incêndio e elementos da natureza Outros danos
Automóvel	Pessoas transportadas Veículos terrestres Responsabilidade civil de veículos terrestres a motor
Transportes	Marítimo - Mercadorias transportadas Marítimo - Mercadorias transportadas apólices Aéreo - Aeronaves/Casco Aéreo - Mercadorias transportadas Aéreo - Inibição de voo
Responsabilidade civil geral	Responsabilidade civil geral
Diversos	Caução

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011  
(Montantes expressos em milhares de Escudos de Cabo Verde – mCve.)

A Companhia desenvolve a sua actividade em Cabo Verde.

Com referência a 31 de Dezembro de 2011 e 2010, a informação relativa aos segmentos utilizados pela Companhia pode ser resumida da seguinte forma:

	2011								Total
	Não Vida							Não Afectos	
	Vida	Automóvel	Acidentes e doença	Incêndio e outros danos	Transportes	Responsabil dade civil geral	Diversos		
<b>Resultado</b>									
Prémios adquiridos líquidos de resseguro	11.256	287.872	117.948	24.827	41.164	5.947	30.341	-	519.355
Custos com sinistros, líquidos de resseguro	(332)	(209.876)	5.755	(12.000)	(809)	(2.179)	27.676	-	(191.765)
Provisão matemática do ramo vida, líquida de resseguro	226	-	-	-	-	-	-	-	226
Custos e gastos de exploração líquidas	(8.851)	(196.350)	(111.372)	(55.508)	(9.961)	(4.537)	(2.741)	-	(389.320)
Comissões e part. nos result. resseguro	12.411	60.585	12.771	50.933	22.549	4.807	-	-	164.055
	<b>14.710</b>	<b>(57.769)</b>	<b>25.102</b>	<b>8.251</b>	<b>52.942</b>	<b>4.038</b>	<b>55.276</b>	<b>-</b>	<b>102.551</b>
<b>Rendimentos</b>									<b>83.172</b>
Gastos financeiros									(24)
Ganhos líquidos pela venda de activos não financeiros que não estejam classificados como activos não correntes detidos para venda e unidades operacionais descontinuadas									3.985
Outras provisões (variação)									(33.403)
Outros rendimentos / gastos líquidos de resseguro									5.230
Outros rendimentos / gastos									(18.698)
Imposto sobre o rendimento do exercício									(21.502)
									<b>121.311</b>
<b>Activo</b>									
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	-	-	-	-	-	-	-	24.046	24.046
Activos disponíveis para venda	8.700	-	672.938	-	-	-	-	-	681.638
Empréstimos e contas a receber	10.711	318.237	205.286	-	-	-	-	-	534.234
Terrenos e edifícios	7.596	22.231	-	-	-	-	383.967	179.907	593.701
Outros activos tangíveis	-	-	-	-	-	-	-	110.611	110.611
Inventários	-	-	-	-	-	-	-	1.936	1.936
Outros activos intangíveis	-	-	-	-	-	-	-	9.207	9.207
Provisões técnicas de resseguro cedido									
Provisões para prémios não adquiridos	-	57.842	4.599	102.158	12.949	13.204	-	-	190.752
Provisão matemática	8.876	-	-	-	-	-	-	-	8.876
Provisão para sinistros	12.938	292.027	115.017	58.636	(14.197)	7.131	-	-	471.552
Outros devedores por operações de seguros e outras operações									
Contas a receber por operações de seguro directo	-	-	-	-	-	-	-	196.041	196.041
Contas a receber por outras operações de resseguro	-	-	-	-	-	-	-	8.929	8.929
Contas a receber por outras operações	-	-	-	-	-	-	-	108.476	108.476
Activos por impostos									
Activos por impostos correntes	-	-	-	-	-	-	-	21.977	21.977
Activos por impostos diferidos	-	-	-	-	-	-	-	5.604	5.604
Acréscimos e diferimentos	-	-	-	-	-	-	-	14.290	14.290
	<b>48.821</b>	<b>690.337</b>	<b>997.840</b>	<b>160.794</b>	<b>(1.248)</b>	<b>20.335</b>	<b>383.967</b>	<b>681.024</b>	<b>2.981.870</b>
<b>Passivo</b>									
Provisões técnicas									
Provisões para prémios não adquiridos	-	118.995	9.956	113.037	13.325	14.902	9.359	-	279.574
Provisão para seguros e operações do ramo vida	12.430	-	-	-	-	-	-	-	12.430
Provisão para sinistros	9.274	611.166	180.592	62.440	2.352	10.630	13.745	-	890.199
Depósitos recebidos de resseguradores	-	127.639	2.007	21.064	4.778	-	543	-	156.031
Outros credores por operações de seguros e outras operações									
Contas a pagar por operações de seguro directo	-	-	-	-	-	-	-	92.380	92.380
Contas a pagar por outras operações de resseguro	-	-	-	-	-	-	-	191.097	191.097
Contas a pagar por outras operações	-	-	-	-	-	-	-	81.440	81.440
Passivos por impostos									
Passivos por impostos correntes	-	-	-	-	-	-	-	76.994	76.994
Passivos por impostos diferidos	-	-	-	-	-	-	-	117.166	117.166
Outras provisões	-	-	-	-	-	-	-	12.612	12.612
Acréscimos e diferimentos	-	-	-	-	-	-	-	74.377	74.377
	<b>21.704</b>	<b>857.800</b>	<b>192.555</b>	<b>196.541</b>	<b>20.455</b>	<b>25.532</b>	<b>23.647</b>	<b>646.066</b>	<b>1.984.300</b>

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011  
(Montantes expressos em milhares de Escudos de Cabo Verde – mCve.)

	2010							Total	
	Não Vida						Não Afectos		
	Vida	Automóvel	Acidentes e doença	Incêndio e outros danos	Transportes	Responsabili- dade civil geral			Diversos
<b>Resultado</b>									
Prémios adquiridos líquidos de resseguro	12.946	218.966	106.050	29.548	20.806	6.009	25.487	-	419.812
Custos com sinistros, líquidos de resseguro	(1.549)	(170.103)	(13.663)	3.777	860	(3.090)	(20.155)	-	(203.922)
Provisão matemática do ramo vida, líquida de resseguro	(2.914)	-	-	-	-	-	-	-	(2.914)
Custos e gastos de exploração líquidas	(7.935)	(176.110)	(95.695)	(51.030)	(9.332)	(4.080)	(2.400)	-	(346.581)
Custos de aquisição	(5.917)	(37.637)	(31.471)	(30.461)	(8.044)	(3.630)	(1.854)	-	(119.014)
Custos com investimentos	(10)	(3.957)	(120)	(689)	(126)	(11)	(10)	-	(4.922)
Gastos administrativos	(2.008)	(134.516)	(64.104)	(19.880)	(1.162)	(439)	(536)	-	(222.645)
Comissões e part. nos result. resseguro	11.825	104.520	8.611	51.277	30.927	3.242	-	-	210.403
	<b>12.373</b>	<b>(22.727)</b>	<b>5.303</b>	<b>33.572</b>	<b>43.261</b>	<b>2.081</b>	<b>2.932</b>	<b>-</b>	<b>76.797</b>
<b>Rendimentos</b>									<b>50.981</b>
Gastos financeiros									(79)
Outras provisões (variação)									17.346
Ganhos líquidos pela venda de activos não financeiros que não estejam classificados como activos não correntes detidos para venda e unidades operacionais descontinuadas									21.672
Outros rendimentos / gastos líquidos de resseguro									2.444
Outros rendimentos / gastos									(26.090)
Imposto sobre o rendimento do exercício									(26.367)
									<b>116.704</b>
<b>Activo</b>									
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	-	-	-	-	-	-	-	19.590	19.590
Activos disponíveis para venda	8.920	-	-	-	-	-	690.413	-	699.333
Empréstimos e contas a receber	-	339.398	121.475	-	-	-	-	-	460.873
Terrenos e edifícios	7.466	-	-	-	-	-	388.350	186.198	582.014
Outros activos tangíveis	-	-	-	-	-	-	-	92.454	92.454
Inventários	-	-	-	-	-	-	-	2.300	2.300
Outros activos intangíveis	-	-	-	-	-	-	-	15.525	15.525
Provisões técnicas de resseguro cedido									
Provisões para prémios não adquiridos	-	61.162	3.872	62.383	9.751	1.802	-	-	138.970
Provisão matemática	8.224	-	-	-	-	-	-	-	8.224
Provisão para sinistros	12.938	239.327	91.171	63.132	(13.721)	2.169	-	-	395.016
Outros devedores por operações de seguros e outras operações									
Contas a receber por operações de seguro directo	-	31.047	12.594	-	-	-	119.388	27.204	190.233
Contas a receber por outras operações de resseguro	-	-	-	-	-	-	-	19.948	19.948
Contas a receber por outras operações	-	-	-	-	-	-	-	97.932	97.932
Activos por impostos									
Activos por impostos correntes	-	-	-	-	-	-	-	3.629	3.629
Activos por impostos diferidos	-	-	-	-	-	-	-	7.232	7.232
Acréscimos e diferimentos	-	-	-	-	-	-	-	14.453	14.453
	<b>37.548</b>	<b>670.934</b>	<b>229.112</b>	<b>125.515</b>	<b>(3.970)</b>	<b>3.971</b>	<b>1.198.150</b>	<b>486.465</b>	<b>2.747.725</b>
<b>Passivo</b>									
Provisões técnicas									
Provisões para prémios não adquiridos									
Provisão para seguros e operações do ramo vida	12.004	-	-	-	-	-	-	-	12.004
Provisão para sinistros	9.319	597.035	192.626	57.791	2.824	7.014	33.197	-	899.806
Provisão para prémios não adquiridos, parte resseguradores (v)	-	125.496	7.565	72.740	10.192	3.772	9.240	-	229.005
Depósitos recebidos de resseguradoras	-	119.015	1.401	24.196	5.052	-	747	-	150.411
Outros credores por operações de seguros e outras operações									
Contas a pagar por operações de seguro directo	-	-	-	-	-	-	-	83.613	83.613
Contas a pagar por outras operações de resseguro	-	-	-	-	-	-	-	128.210	128.210
Contas a pagar por outras operações	-	-	-	-	-	-	-	41.493	41.493
Passivos por impostos									
Passivos por impostos correntes	-	-	-	-	-	-	-	69.642	69.642
Passivos por impostos diferidos	-	-	-	-	-	-	-	125.369	125.369
Outras provisões	-	-	-	-	-	-	-	35.680	35.680
Acréscimos e diferimentos	-	-	-	-	-	-	-	57.889	57.889
	<b>21.323</b>	<b>841.546</b>	<b>201.592</b>	<b>154.727</b>	<b>18.068</b>	<b>10.786</b>	<b>43.184</b>	<b>541.896</b>	<b>1.833.121</b>

### 3. BASES DE APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E DAS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

#### 3.1. Bases de apresentação

As demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2011 foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, de acordo com os princípios estabelecidos no Plano de Contas para as Empresas de Seguros (PCES), aprovado pelo Aviso nº 3/2010, de 28 de Junho, do Banco de Cabo Verde (BCV).

O normativo consagrado no Plano de Contas para as Empresas de Seguros corresponde às Normas Internacionais de Relato Financeiro (NIRF), excepto no que se refere à aplicação da IFRS 4 – “Contratos de seguros”, relativamente à qual apenas foram adoptados os princípios de classificação do tipo de contrato de seguro.

#### 3.2. Principais políticas contabilísticas

##### 3.2.1. Activos financeiros

Os activos financeiros são registados na data de contratação pelo respectivo justo valor acrescido de custos directamente atribuíveis à transacção. A Companhia não tem activos adquiridos com o objectivo de realização de ganhos como resultado de flutuações de curto prazo nos preços de mercado ou outros activos registados ao justo valor através de resultados, pelo que quando do reconhecimento inicial os activos financeiros foram classificados numa das seguintes categorias definidas na Norma IAS 39:

##### i) Empréstimos e contas a receber

São activos financeiros com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados num mercado activo. Esta categoria inclui títulos de dívida emitidos pelo Estado de Cabo Verde e por empresas cabo-verdianas adquiridos essencialmente para detenção até à maturidade, para os quais não existe mercado secundário activo.

No reconhecimento inicial estes activos são registados pelo seu justo valor, deduzido de eventuais comissões incluídas na taxa efectiva, e acrescido de todos os custos incrementais directamente atribuíveis à transacção. Subsequentemente, estes activos são reconhecidos em balanço ao custo amortizado, deduzido de eventuais perdas por imparidade.

##### ii) Activos financeiros disponíveis para venda

Esta categoria inclui os seguintes instrumentos financeiros não classificados na categoria de “Empréstimos e contas a receber”:

- Acções de empresas;
- Títulos Consolidados de Mobilização Financeira.

Os activos financeiros disponíveis para venda são mensurados ao justo valor, com excepção de instrumentos de capital não cotados num mercado activo e cujo justo valor não possa ser mensurado com fiabilidade, os quais permanecem registados ao custo. Os ganhos ou perdas resultantes da reavaliação são registados directamente em capitais próprios, em “Reservas de reavaliação” (Nota 26). No momento da venda, ou caso seja determinada imparidade, as variações acumuladas no justo valor são transferidas para proveitos ou custos do exercício, sendo registadas nas rubricas de “Resultados de activos financeiros disponíveis para venda” ou “Imparidade de outros activos financeiros, líquida de reversões e recuperações”, respectivamente.

Os dividendos e os rendimentos de instrumentos de capital classificados nesta categoria são registados como proveitos na rubrica “Rendimentos de instrumentos de capital” (Nota 16) quando é estabelecido o direito da Companhia ao seu recebimento.

#### Justo valor

Conforme acima referido, os activos financeiros registados na categoria de “Activos financeiros disponíveis para venda” são valorizados pelo justo valor.

O justo valor de um instrumento financeiro corresponde ao montante pelo qual um activo ou passivo financeiro pode ser vendido ou liquidado entre partes independentes, informadas e interessadas na concretização da transacção em condições normais de mercado.

O justo valor dos instrumentos financeiros dos títulos de rendimento variável não transaccionados em mercados activos (incluindo títulos não cotados ou com reduzida liquidez) é determinado em alguns casos com base em modelos e técnicas de valorização desenvolvidos por uma entidade externa, os quais têm em conta os dados de mercado que seriam utilizados na definição de um preço para o instrumento financeiro, reflectindo as taxas de juro de mercado e a volatilidade, bem como a liquidez e o risco de crédito associado ao instrumento.

#### iii) Imparidade de activos financeiros

A Companhia efectua periodicamente análises de imparidade dos seus activos financeiros, incluindo activos registados ao custo amortizado e activos financeiros disponíveis para venda.

De acordo com a Norma IAS 39, os seguintes eventos são considerados como constituindo indícios de imparidade:

- Dificuldades financeiras significativas do emissor ou do devedor;
- Incumprimentos de cláusulas contratuais, tais como atrasos nos pagamentos de juros ou de capital;
- Reestruturação de operações em resultado de dificuldades financeiras do devedor ou do emissor da dívida;
- Ser provável que o devedor venha a entrar em situação de falência ou dificuldades financeiras;
- O desaparecimento de um mercado activo para esse activo financeiro como resultado de dificuldades financeiras do emissor.

#### Activos financeiros ao custo amortizado

Sempre que sejam identificados indícios de imparidade, a eventual perda por imparidade corresponde à diferença entre o valor actual dos fluxos de caixa futuros que se espera receber (valor recuperável), descontado com base na taxa de juro efectiva original do activo, e o valor inscrito no balanço no momento da análise.

O montante de imparidade apurado é reconhecido em custos, nas rubricas “Perdas de imparidade (líquidas de reversão)”, sendo reflectido em balanço como uma dedução ao valor do activo a que respeita.

#### Activos financeiros disponíveis para venda

Conforme referido na Nota 3.2.1. ii), os activos financeiros disponíveis para venda são registados ao justo valor, sendo as variações no justo valor reflectidas em capital próprio, na rubrica “Reservas de Reavaliação”.

Sempre que exista evidência objectiva de imparidade, as menos - valias acumuladas que tenham sido reconhecidas em reservas são transferidas para custos do exercício sob a forma de perdas por imparidade, sendo registadas na rubrica “Perdas de imparidade (líquidas de reversão)”.

Para além dos indícios de imparidade relativos a activos financeiros registados ao custo amortizado, são ainda considerados os seguintes indícios específicos no que se refere a instrumentos de capital:

- i) Alterações significativas com impacto adverso na envolvente tecnológica, de mercado, económica ou legal em que o emissor opera que indiquem que o custo do investimento não venha a ser recuperado na totalidade;
- ii) Um declínio significativo ou prolongado do valor de mercado abaixo do preço de custo.

Com referência à data das demonstrações financeiras, a Companhia efectua uma análise no sentido de identificar a existência de perdas por imparidade em activos financeiros disponíveis para venda e, conseqüentemente, registar as correspondentes perdas por imparidade.

As perdas por imparidade em instrumentos de capital não podem ser revertidas, pelo que eventuais mais-valias potenciais originadas após o reconhecimento de perdas por imparidade são reflectidas na “Reserva de reavaliação”. Caso posteriormente sejam determinadas menos-valias adicionais, considera-se sempre que existe imparidade, pelo que são reflectidas em resultados do exercício.

Relativamente a activos financeiros registados ao custo, nomeadamente instrumentos de capital não cotados e cujo justo valor não possa ser mensurado com fiabilidade, a Companhia efectua igualmente análises periódicas de imparidade. Neste âmbito, o valor recuperável corresponde à melhor estimativa dos fluxos futuros a receber do activo, descontados a uma taxa que reflecta de forma adequada o risco associado à sua detenção.

O montante de perda por imparidade apurado é reconhecido directamente em resultados do exercício. As perdas por imparidade nestes instrumentos de capital próprio não podem igualmente ser revertidas.

### 3.2.2. Passivos financeiros

Os passivos financeiros são registados na data de contratação pelo respectivo justo valor, deduzido de custos directamente atribuíveis à transacção. Os passivos financeiros são classificados na categoria “Outros passivos financeiros” e respeitam a depósitos recebidos de resseguradores e passivos incorridos para pagamento de prestações de serviços ou compra de activos, registados em “Outros credores por operações de seguros e outras operações”.

Estes passivos financeiros são valorizados pelo custo amortizado sendo os juros, quando aplicável, reconhecidos de acordo com o método da taxa efectiva.

### 3.2.3. Terrenos e edifícios de rendimento

Correspondem a imóveis detidos pela Companhia com o objectivo de obtenção de rendimentos através do arrendamento e/ou da sua valorização.

Os imóveis de rendimento não são amortizados, sendo registados ao justo valor, determinado com base em avaliações de avaliadores externos. As variações no justo valor são reflectidas em resultados, nas rubricas “Ganhos líquidos pela venda de activos não financeiros que não estejam classificados como activos não correntes detidos para venda e unidades operacionais descontinuadas” (Nota 18).

3.2.4. Terrenos e edifícios de uso próprio

Os terrenos e edifícios de uso próprio são valorizados pelo seu custo de aquisição, deduzido de amortizações e perdas por imparidade acumuladas. Os custos de reparação, manutenção e outras despesas associadas ao seu uso são reconhecidos como gasto do exercício, excepto no que se refere às despesas com itens que reúnam as condições para capitalização, os quais são reconhecidos separadamente na rubrica “Outros activos tangíveis” e amortizados ao longo da respectiva vida útil.

Os terrenos e edifícios de uso próprio são avaliados com a periodicidade considerada adequada, de forma a assegurar que o seu valor de balanço não difira significativamente do seu justo valor. A Companhia estabeleceu como período de referência máximo entre avaliações de 2 anos. Se ocorrerem situações que indiciem alterações significativas no valor dos imóveis, estes podem ser reavaliados, a título excepcional, no prazo de um ano.

As amortizações são calculadas pelo método das quotas constantes, às taxas correspondentes à vida útil estimada dos respectivos imóveis de uso próprio. Os terrenos não são objecto de amortização.

Até 1 de Janeiro de 2010, data da transição para o PCES, os imóveis de serviço próprio eram registados ao justo valor, de acordo com as regras definidas pelo Plano de Contas para as Empresas de Seguros. Na transição para as IFRS, o valor de balanço desses imóveis foi considerado como custo, tal como permitido pelo IFRS 1.

3.2.5. Outros activos tangíveis

São registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e perdas por imparidade acumuladas. Os custos de reparação, manutenção e outras despesas associadas ao seu uso são reconhecidos como custo do exercício.

As amortizações são calculadas numa base sistemática ao longo da vida útil estimada do bem, a qual corresponde ao período durante o qual se espera que o activo esteja disponível para uso, que é:

	<u>Anos de vida útil</u>
Equipamento administrativo	2 - 12
Equipamento informático	4 - 5
Material de transporte	3 - 4
Outras imobilizações corpóreas	4 - 12

As despesas com obras e beneficiações em imóveis arrendados são capitalizadas nesta rubrica e amortizadas, em média, ao longo de um período de 5 anos.

As amortizações são registadas em custos do exercício.

Periodicamente são realizadas análises no sentido de identificar evidências de imparidade em outros activos tangíveis. Sempre que o valor líquido contabilístico dos activos tangíveis exceda o seu valor recuperável (maior de entre o valor de uso e o justo valor), é reconhecida uma perda por imparidade com reflexo nos resultados do exercício, na rubrica “Perdas de imparidade (líquidas de reversão)”. As perdas por imparidade podem ser revertidas, também com impacto em resultados do exercício, caso subsequentemente se verifique um aumento no valor recuperável do activo.

A Companhia avalia periodicamente a adequação da vida útil estimada dos seus activos tangíveis.

3.2.6. Outros activos intangíveis

Encontram-se registados nesta rubrica custos com a aquisição, desenvolvimento ou preparação para uso de software utilizado no desenvolvimento das actividades da Companhia.

Os activos intangíveis são registados ao custo de aquisição, deduzido de amortizações e perdas por imparidade acumuladas.

As amortizações são registadas numa base sistemática ao longo da vida útil estimada dos activos, a qual corresponde normalmente a um período de 3 anos.

As despesas com manutenção de software são contabilizadas como custo no exercício em que são incorridas.

3.2.7. Locação financeira

Os activos em regime de locação financeira são registados pelo justo valor em “Outros activos tangíveis” e no passivo, processando-se as respectivas amortizações.

As rendas relativas a contratos de locação financeira são desdobradas de acordo com o respectivo plano financeiro, reduzindo-se o passivo pela parte correspondente à amortização do capital. Os juros suportados são registados em gastos do exercício.

3.2.8. Impostos sobre lucros

Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, a Companhia está sujeita ao Imposto Único sobre os Rendimentos (IUR), à taxa de 25%, e a uma taxa de incêndio de 2% sobre o imposto apurado, o que corresponde a uma taxa agregada de imposto de 25,5%.

Impostos correntes

O imposto corrente é calculado com base no lucro tributável do exercício, o qual difere do resultado contabilístico devido a ajustamentos à matéria colectável resultantes de custos ou proveitos não relevantes para efeitos fiscais, ou que apenas serão considerados noutros períodos contabilísticos.

Impostos diferidos

O total dos impostos sobre lucros registados em resultados engloba os impostos correntes e os impostos diferidos.

Os impostos diferidos correspondem ao impacto no imposto a recuperar / pagar em períodos futuros resultante de diferenças temporárias dedutíveis ou tributáveis entre o valor de balanço dos activos e passivos e a sua base fiscal, utilizada na determinação do lucro tributável.

Os passivos por impostos diferidos são normalmente registados para todas as diferenças temporárias tributáveis, enquanto que os impostos diferidos activos só são reconhecidos até ao montante em que seja provável a existência de lucros tributáveis futuros que permitam a utilização das correspondentes diferenças tributárias dedutíveis ou de reporte de prejuízos fiscais. Adicionalmente, não são registados impostos diferidos activos nos casos em que a sua recuperabilidade possa ser questionável devido a outras situações, incluindo questões de interpretação da legislação fiscal em vigor.

Apesar disto, não são registados impostos diferidos relativos a diferenças temporárias originadas no reconhecimento inicial de activos e passivos em transacções que não afectem o resultado contabilístico ou o lucro tributável.

As principais situações que originam diferenças temporárias ao nível da Garantia correspondem aos impactos da adopção das NIRF e à valorização de activos financeiros disponíveis para venda.



Os impostos diferidos são calculados com base nas taxas de imposto que se antecipa estarem em vigor à data da reversão das diferenças temporárias, as quais correspondem às taxas aprovadas ou substancialmente aprovadas na data de balanço.

Os impostos sobre o rendimento (correntes ou diferidos) são reflectidos nos resultados do exercício, excepto nos casos em que as transacções que os originaram tenham sido reflectidas noutras rubricas de capital próprio (por exemplo, no caso da reavaliação de activos financeiros disponíveis para venda). Nestas situações, o correspondente imposto é igualmente reflectido por contrapartida de capital próprio, não afectando o resultado do exercício.

### 3.2.9. Provisões e passivos contingentes

Procede-se à constituição de provisões quando existe uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de eventos passados relativamente à qual seja provável o futuro dispêndio de recursos, e este possa ser determinado com fiabilidade. O montante da provisão corresponde à melhor estimativa do valor a desembolsar para liquidar a responsabilidade na data do balanço.

Caso não seja provável o futuro dispêndio de recursos, trata-se de um passivo contingente. Os passivos contingentes são apenas objecto de divulgação, a menos que a possibilidade da sua concretização seja remota.

As “Outras provisões” destinam-se a fazer face à revisão da taxa de sinistralidade no ramo automóvel e a contingências resultantes da actividade da Companhia.

### 3.2.10. Benefícios dos empregados

A Companhia não assumiu quaisquer responsabilidades quanto ao pagamento de pensões de reforma aos seus colaboradores.

### 3.2.11. Princípio da especialização de exercícios

Os proveitos e os custos são reconhecidos de acordo com o princípio da especialização de exercícios, sendo registados à medida que são gerados, independentemente do momento do seu pagamento ou recebimento.

### 3.2.12. Conversão de saldos e transacções em moeda estrangeira

Os activos e passivos em divisas são convertidos em Escudos de Cabo Verde às taxas de câmbio oficiais em vigor à data das demonstrações financeiras. Os proveitos e custos relativos a diferenças cambiais geradas pelas transacções em divisas registam-se no período em que ocorrem. As diferenças cambiais originadas pela actualização cambial dos activos e passivos expressos em moeda estrangeira, à data das demonstrações financeiras, são também reflectidas na demonstração de resultados.

Nos exercícios de 2011 e 2010, o câmbio do Escudo de Cabo Verde face ao Euro manteve-se fixo em 1 Euro/110,265 Escudos de Cabo Verde.

### 3.2.13. Caixa e seus equivalentes

Para efeitos da preparação da demonstração de fluxos de caixa, a Companhia considera como “Caixa e seus equivalentes” o total da rubrica “Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem”.

### 3.2.14. Ajustamentos para recibos por cobrar

A rubrica “Ajustamentos de recibos por cobrar” tem por objectivo reduzir o montante dos prémios em cobrança ao seu valor estimado de realização, tendo como limite mínimo o valor calculado de acordo com o Aviso nº 2/2005, do Banco de Cabo Verde.

3.3 Estimativas contabilísticas críticas e aspectos julgamentais mais relevantes na aplicação das políticas contabilísticas

Na aplicação das políticas contabilísticas acima descritas, é necessária a realização de estimativas pelo Conselho de Administração da Companhia. As estimativas com maior impacto nas demonstrações financeiras da Companhia incluem as abaixo apresentadas.

Determinação dos passivos por contratos de seguros

A determinação das responsabilidades da Companhia por contratos de seguros é efectuada com base nas metodologias e pressupostos descritos na Nota 4.1. Estes passivos reflectem uma estimativa quantificada do impacto de eventos futuros nas contas da Companhia, efectuada com base em pressupostos actuariais, histórico de sinistralidade e outros métodos aceites no sector.

Face à natureza da actividade seguradora, a determinação das provisões para sinistros e outros passivos por contratos de seguros reveste-se de um elevado nível de subjectividade, podendo os valores reais a desembolsar no futuro vir a ser significativamente diferentes das estimativas efectuadas.

No entanto, a Companhia considera que os passivos por contratos de seguros reflectidos nas demonstrações financeiras reflectem de forma adequada a melhor estimativa na data de balanço dos montantes a desembolsar.

Determinação de perdas por imparidade em activos financeiros disponíveis para venda

Conforme descrito na Nota 3.2.1., iii), as menos-valias resultantes da valorização destes activos são reconhecidas por contrapartida das “Reservas de reavaliação”. Sempre que exista evidência objectiva de imparidade, as menos-valias acumuladas que tenham sido reconhecidas nas Reservas de reavaliação devem ser transferidas para custos do exercício.

No caso de instrumentos de capital, a determinação da existência de perdas por imparidade pode revestir-se de alguma subjectividade. A Companhia determina a existência ou não de imparidade nestes activos através de uma análise específica em cada data de balanço e tendo em consideração os indícios definidos na Norma IAS 39 (ver Nota 3.2.1., iii)).

Valorização de instrumentos financeiros não transaccionados em mercados activos

De acordo com a Norma IAS 39, a Companhia valoriza ao justo valor todos os instrumentos financeiros, com excepção dos registados ao custo amortizado. Na valorização de instrumentos financeiros não negociados em mercados líquidos, são utilizadas avaliações externas tal como descrito na Nota 3.2.1. iii). As valorizações obtidas correspondem à melhor estimativa do justo valor dos referidos instrumentos na data do balanço.

Determinação de impostos sobre lucros

Os impostos sobre os lucros (correntes e diferidos) são determinados pela Companhia com base nas regras definidas pelo enquadramento fiscal em vigor. No entanto, em algumas situações a legislação fiscal não é suficientemente clara e objectiva e pode dar origem a diferentes interpretações. Nestes casos, os valores registados resultam do melhor entendimento dos órgãos responsáveis da Garantia sobre o correcto enquadramento das suas operações, o qual é no entanto susceptível de ser questionado pelas Autoridades Fiscais.

3.4. Adopção pela primeira vez das Normas Internacionais de Relato Financeiro

As demonstrações financeiras relativas ao exercício de 2011 são as primeiras apresentadas pela Garantia de acordo com o PCES. Deste modo, tal como definido na Norma “IFRS 1 - Adopção pela primeira vez das normas internacionais de relato financeiro” (IFRS 1), foram utilizadas as Normas e Interpretações em vigor em 31 de Dezembro de 2011.

Até 31 de Dezembro de 2010, as demonstrações financeiras da Garantia foram preparadas de acordo com os princípios contabilísticos estabelecidos no anterior Plano de Contas para as Seguradoras, aprovado pelo Aviso nº 1/98, de 22 de Junho, do BCV.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011  
(Montantes expressos em milhares de Escudos de Cabo Verde – mCve.)

Na Nota 35 é apresentado o impacto da adopção das IFRS nas demonstrações financeiras à data de transição – 1 de Janeiro de 2010. De acordo com a Norma IFRS 1, as demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2010 e para o exercício então findo, apresentadas para efeitos comparativos (demonstrações financeiras pró-forma) foram elaboradas e re-expressas com base nas normas em vigor em 31 de Dezembro de 2011.

4. NATUREZA E EXTENSÃO DAS RUBRICAS E DOS RISCOS RESULTANTES DE CONTRATOS DE SEGURO E ACTIVOS DE RESSEGURO4.1. Provisões técnicas de seguro directo

Estas provisões foram calculadas em conformidade com o Aviso nº 5/2010, de 28 de Dezembro, do Banco de Cabo Verde.

4.1.1. Provisão para prémios não adquiridos

A provisão para prémios não adquiridos corresponde ao valor dos prémios emitidos de contratos de seguro imputáveis a exercícios seguintes, ou seja, a parte correspondente ao período desde a data de encerramento do balanço até ao final do período a que o prémio se refere. É calculada, para cada contrato em vigor, através da aplicação do método “Pró-rata temporis” aos respectivos prémios brutos emitidos.

As despesas incorridas com a aquisição de contratos de seguro não vida, incluindo comissões de mediação e as restantes despesas imputadas à função de aquisição, são diferidas ao longo do período a que se referem, sendo reconhecidas como uma dedução ao valor das provisões técnicas de contratos de seguros desse valor, e reflectidas na rubrica “Provisões para prémios não adquiridos”.

De acordo com o previsto pelas normas do BCV, os custos de aquisição diferidos para cada ramo técnico não podem ultrapassar 18% dos respectivos prémios diferidos.

Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, esta provisão tem a seguinte composição:

Ramos Técnicos	2011		
	Seguro directo	Resseguro cedido	Líquido
Automóvel	(118.995)	57.842	(61.153)
Incêndio e outros danos	(113.037)	102.158	(10.879)
Diversos	(9.359)	-	(9.359)
Acidentes e doença	(9.956)	4.599	(5.357)
Responsabilidade civil geral	(14.902)	13.204	(1.698)
Transportes	(13.325)	12.949	(376)
	<u>(279.574)</u>	<u>190.752</u>	<u>(88.822)</u>

Ramos Técnicos	2010		
	Seguro directo	Resseguro cedido	Líquido
Automóvel	(125.496)	61.162	(64.334)
Incêndio e outros danos	(72.740)	62.383	(10.357)
Diversos	(9.240)	-	(9.240)
Acidentes e doença	(7.565)	3.872	(3.693)
Responsabilidade civil geral	(3.772)	1.802	(1.970)
Transportes	(10.192)	9.751	(441)
	<u>(229.005)</u>	<u>138.970</u>	<u>(90.035)</u>

Nos exercícios de 2011 e 2010, a Companhia celebrou um tratado de resseguro proporcional para o ramo automóvel com os resseguradores Partner Re e R+V Versicherung AG, através do broker PM Re, com uma taxa de retenção de 50% (Notas 6.3 e 15).

4.1.2. Provisão para sinistros

Regista o valor estimado das indemnizações a pagar por sinistros já ocorridos, incluindo os sinistros ocorridos e não participados (IBNR), e os custos administrativos a incorrer com a regularização futura dos sinistros que actualmente se encontram em processo de gestão e dos sinistros IBNR.

*Provisão para sinistros de acidentes de trabalho*

A provisão para sinistros do ramo acidentes de trabalho inclui a provisão matemática, a qual tem por objectivo registar as responsabilidades da Companhia por sinistros ocorridos até à data das demonstrações financeiras, que envolvam pagamentos de pensões vitalícias, já homologadas pela Junta Médica e também uma estimativa das responsabilidades por pensões referentes a incapacidades permanentes, relativas a sinistros já ocorridos e que se encontrem pendentes de decisão da Junta Médica. Esta provisão é calculada sinistro a sinistro, mediante a utilização dos seguintes pressupostos:

Tábua de mortalidade	PF 60/64
Taxa de juro	6%
Carga de gestão	4%
Pensão anual máxima	mCve. 108

A Companhia constitui ainda uma provisão para sinistros ocorridos e não declarados à data do balanço. De acordo com o Aviso nº 1/2000, deverá ser constituída uma provisão mínima correspondente a 2% das indemnizações do exercício relativas a sinistros declarados. Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, as percentagens aplicadas no ramo automóvel e no ramo de acidentes de trabalho são as seguintes:

	<u>2011</u>	<u>2010</u>
Ramo automóvel	9,1%	10,7%
Ramo acidentes de trabalho	15,3%	11,9%

A Companhia constitui também uma provisão para despesas com regularização de sinistros que se destina a fazer face aos encargos administrativos a incorrer com a regularização futura dos sinistros dos ramos automóvel e acidentes de trabalho que actualmente se encontram em processo de gestão.

A provisão para sinistros dos restantes ramos é calculada processo a processo pelo respectivo gestor e actualizada em função da informação disponível.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011  
(Montantes expressos em milhares de Escudos de Cabo Verde – mCve.)

Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, esta provisão tem a seguinte composição:

Ramos Técnicos	2011				Líquido
	Seguros directos	Resseguros aceites	resseguros aceites	Resseguros cedidos	
Acidentes de trabalho					
Provisão matemática					
- Pensões definitivas	63.393	-	63.393	-	63.393
- Pensões presumíveis	24.981	-	24.981	-	24.981
	<u>88.374</u>	<u>-</u>	<u>88.374</u>	<u>-</u>	<u>88.374</u>
Provisão para outras prestações e custos					
- Sinistros declarados	86.179	-	86.179	(115.017)	(28.838)
- IBNR	5.165	-	5.165	-	5.165
	<u>91.344</u>	<u>-</u>	<u>91.344</u>	<u>(115.017)</u>	<u>(23.673)</u>
Provisão para despesas com regularização de sinistros	721	-	721	-	721
	<u>180.439</u>	<u>-</u>	<u>180.439</u>	<u>(115.017)</u>	<u>65.422</u>
Automóvel					
Provisão matemática					
- Pensões definitivas	120.209	19	120.228	-	120.228
- Pensões presumíveis	14.582	-	14.582	-	14.582
	<u>134.791</u>	<u>19</u>	<u>134.810</u>	<u>-</u>	<u>134.810</u>
Provisões para outras prestações e custos					
- Sinistros declarados	425.919	-	425.919	(273.808)	152.111
- IBNR	39.750	-	39.750	(18.219)	21.531
	<u>465.669</u>	<u>-</u>	<u>465.669</u>	<u>(292.027)</u>	<u>173.642</u>
Provisão para despesas com regularização de sinistros	10.724	-	10.724	-	10.724
	<u>611.184</u>	<u>19</u>	<u>611.203</u>	<u>(292.027)</u>	<u>319.176</u>
Outros ramos					
Provisão para outras prestações e custos					
- Sinistros declarados	88.353	34	88.387	(64.508)	23.879
- IBNR	896	-	896	-	896
	<u>89.249</u>	<u>34</u>	<u>89.283</u>	<u>(64.508)</u>	<u>24.775</u>
	<u>880.872</u>	<u>53</u>	<u>880.925</u>	<u>(471.552)</u>	<u>409.373</u>

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011  
(Montantes expressos em milhares de Escudos de Cabo Verde – mCve.)

Ramos Técnicos	2010				Líquido
	Seguros directos	Resseguros aceites	resseguros aceites	Resseguros cedidos	
Acidentes de trabalho					
Provisão matemática					
- Pensões definitivas	63.655	-	63.655	-	63.655
- Pensões presumíveis	14.944	-	14.944	-	14.944
	<u>78.599</u>	<u>-</u>	<u>78.599</u>	<u>-</u>	<u>78.599</u>
Provisão para outras prestações e custos					
- Sinistros declarados	109.176	-	109.176	(72.163)	37.013
- IBNR	3.799	-	3.799	-	3.799
	<u>112.975</u>	<u>-</u>	<u>112.975</u>	<u>(72.163)</u>	<u>40.812</u>
Provisão para despesas com regularização de sinistros	431	-	431	-	431
	<u>192.005</u>	<u>-</u>	<u>192.005</u>	<u>(72.163)</u>	<u>119.842</u>
Automóvel					
Provisão matemática					
- Pensões definitivas	127.505	19	127.524	-	127.524
- Pensões presumíveis	20.296	-	20.296	-	20.296
	<u>147.801</u>	<u>19</u>	<u>147.820</u>	<u>-</u>	<u>147.820</u>
Provisões para outras prestações e custos					
- Sinistros declarados	396.640	-	396.640	(216.937)	179.703
- IBNR	44.781	-	44.781	(22.391)	22.390
	<u>441.421</u>	<u>-</u>	<u>441.421</u>	<u>(239.328)</u>	<u>202.093</u>
Provisão para despesas com regularização de sinistros	7.794	-	7.794	-	7.794
	<u>597.016</u>	<u>19</u>	<u>597.035</u>	<u>(239.328)</u>	<u>357.707</u>
Outros ramos					
Provisão para outras prestações e custos					
- Sinistros declarados	100.578	34	100.612	(83.525)	17.087
- IBNR	835	-	835	-	835
	<u>101.413</u>	<u>34</u>	<u>101.447</u>	<u>(83.525)</u>	<u>17.922</u>
	<u>890.434</u>	<u>53</u>	<u>890.487</u>	<u>(395.016)</u>	<u>495.471</u>

A provisão para sinistros declarados de resseguro cedido do ramo Acidentes de trabalho tem uma parcela relativa a pensões registada na provisão matemática.

#### 4.1.3. Provisão para compromissos de taxa

A provisão para compromissos de taxa é constituída relativamente a todos os seguros e operações do ramo «Vida» em que exista uma garantia de taxa de juro, sempre que a taxa de rendibilidade efectiva das aplicações que se encontram a representar as provisões matemáticas de determinados contratos de seguro, seja inferior à taxa técnica de juro utilizada na determinação das provisões matemáticas desses contratos.

Em 31 de Dezembro de 2011 a Companhia não efectuou qualquer registo desta provisão.

#### 4.1.4. Provisão para estabilização de carteira

A provisão para estabilização de carteira é constituída relativamente aos contratos de seguro de grupo, anuais renováveis, garantindo como cobertura principal o risco de morte, com vista a fazer face ao agravamento do risco inerente à progressão da média etária do grupo seguro, sempre que aqueles sejam tarifados com base numa taxa única, a qual, por compromisso contratual, se deva manter por um certo prazo.

Em 31 de Dezembro de 2011 a Companhia não efectuou qualquer registo desta provisão.

4.1.5. Provisão para desvios de sinistralidade

A provisão para desvios de sinistralidade destina-se a fazer face a sinistralidade excepcionalmente elevada nos ramos de seguros em que, pela sua natureza, se preveja que aquela tenha maiores oscilações. Esta provisão é constituída para o seguro de crédito e seguro de caução, de acordo com o estabelecido pelas normas do BCV.

Em 31 de Dezembro de 2011 a Companhia não efectuou qualquer registo desta provisão.

4.1.6. Provisão para riscos em curso

É calculada para todos os seguros não vida e destina-se a fazer face às situações em que os prémios imputáveis a exercícios seguintes relativos aos contratos em vigor à data das demonstrações financeiras não sejam suficientes para pagar as indemnizações e despesas imputáveis aos respectivos ramos técnicos. Esta provisão é calculada com base nos rácios de sinistralidade, de custos de exploração, de cedência e de rendimentos, em conformidade com o definido pelo BCV.

Em 31 de Dezembro de 2011 a Companhia não efectuou qualquer registo desta provisão por não ser aplicável, uma vez que de acordo com o Aviso n.º 5/2010 do BCV, apenas é obrigada a sua constituição se os prémios do referido ramo forem superiores a 4% do total dos prémios emitidos.

4.1.7. Provisões técnicas de resseguro cedido

São determinadas aplicando os critérios descritos acima para o seguro directo, tendo em consideração as percentagens de cessão, bem como outras cláusulas específicas existentes nos tratados em vigor.

4.1.8. Provisão matemática do ramo vida

Destina-se a fazer face aos encargos futuros decorrentes dos contratos de seguros em vigor. As provisões matemáticas para os seguros de vida são calculadas para cada apólice de acordo com as bases actuariais definidas pela Portaria nº 110/78, de 31 de Dezembro.

Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, esta provisão tem a seguinte composição:

	2011	2010
Activo		
Resseguro cedido:		
Vida grupo	8.250	7.503
Vida individual	598	455
Vida crédito hipotecário	28	266
	<u>8.876</u>	<u>8.224</u>
Passivo		
Seguro directo:		
Vida grupo	(11.745)	(11.625)
Vida individual	(652)	(494)
Vida crédito hipotecário	(33)	115
	<u>(12.430)</u>	<u>(12.004)</u>

Em 31 de Dezembro de 2011, a provisão matemática de seguros “Vida grupo” do activo e passivo inclui mCve. 5.918 e mCve. 9.135, respectivamente (mCve. 4.768 e mCve. 5.298, respectivamente, em 31 de Dezembro de 2010), relativos a uma apólice subscrita pelo Banco Comercial do Atlântico, S.A..

4.1.9. Reconhecimento de proveitos e custos

Os prémios de contratos de seguro não vida e de contratos de seguro vida são registados quando devidos na rubrica “Prémios adquiridos líquidos de resseguro” na demonstração de resultados.

Os prémios emitidos relativos a contratos de seguro não vida e os respectivos custos de aquisição são reconhecidos como proveito e custo ao longo dos correspondentes períodos de risco, através da movimentação da provisão para prémios não adquiridos.

As responsabilidades decorrentes da emissão dos contratos de seguro do ramo vida são reconhecidas através da constituição da provisão matemática do ramo vida, sendo o custo contabilizado no momento em que são registados os proveitos relativos aos prémios emitidos.

4.1.10. Reconciliação de alterações nos passivos e activos de contratos de seguro

A reconciliação de alterações nos passivos resultantes de contratos de seguros, nos activos resultantes de contratos de resseguro e nos custos de aquisição diferidos relacionados encontra-se apresentada nos Anexos 2 e 3.

4.2. Risco específico de seguro

Classificação de contratos de seguro e contratos de investimento

O registo das transacções associadas aos contratos de seguro emitidos e aos contratos de resseguro celebrados pela Companhia é efectuado de acordo com o normativo do Banco de Cabo Verde. No âmbito da transição para o novo Plano de Contas para as Empresas de Seguros, foram incorporados neste normativo os princípios de classificação de contratos estabelecidos pela norma IFRS 4 – “Contratos de seguro”, no âmbito dos quais os contratos sem risco de seguro significativo são considerados contratos de investimento e contabilizados de acordo com os requisitos do IAS 39.

Considera-se que um contrato de seguro ou de investimento contém participação nos resultados com uma componente discricionária quando as respectivas condições contratuais prevêm a atribuição ao segurado, em complemento da componente garantida do contrato, de benefícios adicionais caracterizados por:

- Ser provável que venham a constituir uma parte significativa dos benefícios totais a atribuir no âmbito do contrato; e
- Cujo montante ou momento da distribuição dependam contratualmente da discricção do emissor; e
- Estejam dependentes da performance de um determinado grupo de contratos, de rendimentos realizados ou não realizados em determinados activos detidos pelo emissor do contrato, ou do resultado da entidade responsável pela emissão do contrato.

Todos os contratos emitidos pela Companhia no exercício de 2011 foram classificados como contratos de seguros, uma vez que a Companhia aguarda ainda a aprovação do diploma relativo aos incentivos fiscais para dar início a comercialização dos produtos de capitalização (produtos financeiros).

Apresenta-se de seguida uma descrição sintética das políticas de aceitação e gestão de riscos em vigor na Companhia e que têm por objectivo reduzir os riscos de subscrição.



a) Subscrição de riscos

A delegação de poderes para a aceitação e tarificação de riscos encontra-se estruturada em 4 níveis de aceitação hierárquicos, de acordo com o modelo de delegação de poderes em vigor na Companhia, definido pela Ordem de Serviço nº 04/2009:

Nível de aceitação	Titular
1	Director Comercial
2	Gerente
3	Responsável de Balcão
4	Recepção Comercial/ Front - Office

A referida ordem de serviço estabelece o limite de delegação de poderes para a aceitação e tarificação de riscos para seguros novos, renovações, renegociações, alteração dos contratos existentes e ainda a concessão de descontos para todos os produtos comercializados pela Companhia nos ramos Não Vida, devidamente enquadrados por normas e procedimentos escritos, baseados nos seguintes critérios:

- Produtos com clausulado standard;
- Riscos ou actividades com um histórico de sinistralidade baixo;
- Universo de risco homogéneo e de fácil identificação;
- Capitais de pequenos montantes que permitam uma diluição de risco elevada;
- Riscos com uma acumulação conhecida e controlável, no que respeita a coberturas e/ou dispersão geográfica;
- Prémios de acordo com uma tarifa do produto, ajustáveis por desconto delegado de reduzida dimensão.

Os titulares acima referidos contam com um conjunto de instrumentos que visam facilitar a aplicação da política de subscrição, nomeadamente as tarifas, os simuladores, os manuais de subscrição e normas de delegação de competências, manuais de produtos, condições gerais, as propostas de seguros, declarações padronizadas, questionários técnicos e normas respeitantes a circuitos e procedimentos.

Cabe ao Administrador do Pelouro da Área Comercial a aceitação da subscrição dos riscos não delegados nos 4 níveis de aceitação hierárquicos definidos na tabela acima.

Cabe ainda a Administração a aceitação da subscrição de qualquer seguro do ramo Vida, bem como a aceitação da alteração do capital subscrito.

Em alguns casos de risco particularmente elevado e/ ou envolvendo grau de incerteza elevado, as decisões de aceitação são analisadas e tomadas pela Comissão Executiva.

A política de aceitação de riscos da Companhia baseia-se em padrões técnicos rigorosos, com o objectivo de permitir a análise e identificação de riscos envolvendo perdas potencialmente elevadas em termos de gravidade e frequência, a aplicação de termos contratuais ajustados e a adequação dos prémios praticados aos riscos assumidos, de modo a garantir um crescimento sustentado da carteira e um resultado técnico equilibrado. Todos os riscos não enquadráveis nos tratados de resseguro são analisados caso a caso pelo Gabinete Técnico para efeitos de colocação em resseguro facultativo.

Quando os riscos a ressegurar não se enquadram nos Manuais de Tarificação dos Resseguradores ou nas condições de aceitação previamente definidas, estes são remetidos aos resseguradores para análise e decisão de aceitação.

b) Gestão técnica

A gestão técnica dos ramos envolve o desenho de produtos, a definição de cláusulas e preços, a definição e controlo da política de subscrição, a avaliação de cúmulo de risco e o controlo dos resultados técnicos, destacando o acompanhamento da evolução da receita processada, do número de contratos de seguros emitido, da distribuição da carteira por ramos de risco e garantias, dos prémios médios, do perfil dos riscos, da sinistralidade e margem técnica.

No âmbito do controlo acima referido, são elaborados regularmente relatórios com os indicadores de gestão bem como a análise do resultado técnico por ramos para dar suporte à negociação dos Tratados de Resseguro.

c) Instrumentos de gestão para controlo do risco

Riscos internos da Companhia

Por forma a controlar e minimizar o risco interno da Companhia, as normas e procedimentos de aceitação e os manuais de produto estão publicados e são de acesso e conhecimento geral, sendo o seu cumprimento objecto de acompanhamento e supervisão regular pelas áreas competentes.

Estudos de perfil da carteira

São elaborados estudos regulares sobre o perfil de risco das carteiras, por ramos /responsabilidades assumidas. São também efectuados estudos regulares sobre o comportamento da sinistralidade dos produtos para efeitos de ajustamentos das tarifas e/ou saneamento das carteiras ou alteração dos produtos em comercialização ou a criação de novos.

Análises periódicas da evolução da carteira

A Companhia procede ao acompanhamento regular da evolução da sua carteira de seguros, nomeadamente o comportamento do movimento de apólices (quantidade de apólices em vigor, quantidade de apólices novas emitidas, quantidade de apólices anuladas) e a evolução dos prémios por ramos de Seguros não vida e vida.

A Companhia procede também a análise regular do comportamento dos sinistros nos seus aspectos essenciais, designadamente a frequência por ramos de subscrição e global e a respectiva taxa de sinistralidade.

As medidas acima referidas são implementadas em todos os ramos de negócio, principalmente no ramo automóvel que tem um enorme peso na carteira da Companhia (40,5% e 43,5%, em 2011 e 2010, respectivamente).

Seleção e saneamento da carteira

Com o objectivo de promover uma melhor rentabilidade da carteira, a Companhia tem implementado a prática de selecção e saneamento de carteira, com maior incidência no ramo automóvel obrigatório e facultativo, consubstanciada quer pelo saneamento de riscos deficitários (frequência e/ou sinistralidade elevadas) quer pela alteração as condições contratuais (coberturas, franquias e prémios). Estas medidas visaram principalmente as viaturas de aluguer (Táxis e Hiaces).

Concentrações de risco de seguro

A Companhia efectua estudos regulares sobre o perfil de risco da sua carteira por ramos de seguros/responsabilidades assumidas a fim de se obter indicadores que permitam estimar o impacto de eventuais alterações a coberturas, avaliar o impacto de eventuais alterações aos tratados de resseguro, á política de retenção e ainda o impacto de ocorrência de um cenário de sinistros catastróficos na carteira.

Suficiência dos prémios e constituição de provisão para riscos em curso

Os resultados técnicos dos ramos Não- Vida foram positivos no exercício findo a 31 de Dezembro de 2011, evidenciando um crescimento de 3,2% face ao resultado técnico do exercício de 2010, graças a política de selecção e saneamento da carteira que tem sido implementada pela Companhia.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011  
(Montantes expressos em milhares de Escudos de Cabo Verde – mCve.)Seguro directo

Os prémios de seguro directo não-vida da Companhia revelaram-se suficientes e adequados em todos os ramos face às responsabilidades com as indemnizações do exercício, os custos de exploração associados e aos custos de investimentos.

Assim, o cálculo da provisão para riscos em curso efectuado nos termos do Aviso nº 5/2010, de 28 de Junho do Banco de Cabo Verde, para todos os ramos de seguros não-vida, demonstrou que a Companhia não tem a necessidade de constituir a Provisão para riscos em curso.

Líquido de resseguro

Os prémios líquidos de resseguro da Companhia mostraram-se suficientes no exercício de 2011 para fazer face aos custos de exploração para todos os ramos. Por isso a Companhia não teve a necessidade de proceder a constituição da provisão para riscos em curso, nos termos do Aviso nº 5/2010, de 28 de Junho do Banco de Cabo Verde.

Comparação de sinistros estimados e efectivos

A provisão para sinistros dos ramos não vida a 31 de Dezembro de 2010 ascende a mCve. 664.034. Ao longo do exercício de 2011, para os sinistros ocorridos em 2010 e anos anteriores, a Companhia pagou o montante de mCve. 195.597.

Em 31 de Dezembro de 2011 resultaria do consumo natural um provisionamento de mCve. 408.490. Entretanto, verificou-se um reajustamento negativo no montante de mCve. 59.947.

De sublinhar que o ramo responsabilidade civil geral é o único ramo no qual ocorreu um reajustamento cujo peso sobre o consumo natural das provisões é superior a 20%.

Desenvolvimento da provisão para sinistros para outras prestações e custos relativa a sinistros ocorridos em exercícios anteriores e dos seus reajustamentos (correções)

RAMOS / GRUPOS DE RAMOS	Provisão para sinistros em 31/12/2010 (1)	Custos com sinistros * - Montantes pagos no exercício (2)	Provisão para sinistros * em 31/12/2011 (3)	Reajustamentos* (3) + (2) - (1)
Não vida				
Acidentes e doença	114.099	21.596	79.977	(12.526)
Incêndio e outros danos	57.792	11.138	47.987	1.333
Automóvel	449.177	150.237	268.588	(30.352)
Transportes	2.824	54	2.051	(719)
Responsabilidade civil geral	7.014	10.660	6.628	10.274
Diversos	33.128	1.912	3.259	(27.957)
<b>TOTAL</b>	<b>664.034</b>	<b>195.597</b>	<b>408.490</b>	<b>(59.947)</b>

\* Sinistros do ano de subscrição de N-1 e anteriores

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011  
(Montantes expressos em milhares de Escudos de Cabo Verde – mCve.)6. INSTRUMENTOS FINANCEIROS6.1. Inventário de participações e instrumentos financeiros

Conforme mapa Anexo I.

Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, os investimentos registados em “Activos financeiros disponíveis para venda” têm a seguinte composição:

	2011	2010
Instrumentos de capital	679.651	697.598
Imparidade:		
Instrumentos de capital	(18.675)	(18.675)
	<u>660.976</u>	<u>678.923</u>
Títulos Consolidados de Mobilização Financeira	<u>20.662</u>	<u>20.410</u>
	<u>681.638</u>	<u>699.333</u>

Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, os instrumentos de capital classificados na categoria de activos financeiros disponíveis para venda apresentam a seguinte composição:

Título	% de participação	2011			2010			Valor de balanço líquido	
		Custo de aquisição	Reserva de reavaliação (Nota 26)	Imparidade	Custo de aquisição	Reserva de reavaliação (Nota 26)	Imparidade		
<u>Instrumentos de capital valorizados ao justo valor</u>									
Banco Comercial do Atlântico, S.A.	12,52%	165.826	417.652	-	583.478	165.826	435.599	-	601.425
<u>Instrumentos de capital valorizados ao custo histórico</u>									
APromotora, Sociedade de Capital de Risco de cabo Verde, S.A.I	11,11%	50.000	-	(9.931)	40.069	50.000	-	(9.931)	40.069
CVC - Construções de Cabo Verde SARL	4,47%	21.968	-	(8.744)	13.224	21.968	-	(8.744)	13.224
SCT - Sociedade Caboverdiana de Tabacos, S.A.	1,01%	15.505	-	-	15.505	15.505	-	-	15.505
Hiperpeças - Sociedade de Manutenção e Teste de Viaturas Auto para Inspeção, Lda.	7,00%	5.700	-	-	5.700	5.700	-	-	5.700
Promoleasing, Sociedade de Locação Financeira, Sociedade Unipessoal Anónima, S.A.	10%	3.000	-	-	3.000	3.000	-	-	3.000
		<u>96.173</u>	<u>-</u>	<u>(18.675)</u>	<u>77.498</u>	<u>96.173</u>	<u>-</u>	<u>(18.675)</u>	<u>77.498</u>
		<u>261.999</u>	<u>417.652</u>	<u>(18.675)</u>	<u>660.976</u>	<u>261.999</u>	<u>435.599</u>	<u>(18.675)</u>	<u>678.923</u>

As acções do Banco Comercial do Atlântico, S.A. foram valorizadas com base numa avaliação efectuada por uma entidade externa.

A Companhia manteve as participações na Promotora, Sociedade de Capital de Risco de Cabo Verde, S.A.R.L. na Sociedade Caboverdiana de Tabacos e na CVC-Construções de Cabo Verde, S.A.R.L registadas ao custo histórico, encontrando-se registada imparidade de mCve. 18.675, para reduzir o valor de balanço ao seu valor estimado de realização.

No exercício de 2007 a Companhia adquiriu por mCve. 3.775 uma participação correspondente a 7% do capital social da Hiperpeças – Sociedade de Manutenção e Teste de Viaturas Auto para Inspeção, Lda. (Hiperpeças), que iniciou a sua actividade no exercício de 2010. Esta participação encontra-se valorizada ao seu custo de aquisição.

Os Títulos Consolidados de Mobilização Financeira (TCMF) foram emitidos na sequência da Lei nº 64/V/98, que aprovou a criação do “International Support for Cabo Verde Stabilization Trust Fund” (Fundo). Nos termos deste diploma, o Fundo é gerido pelo Banco de Portugal e constitui um património autónomo sendo, como tal, a única entidade a responder pelas dívidas, encargos e responsabilidades resultantes da sua existência, do seu funcionamento e da sua organização.

A política de investimentos do Fundo é definida por um representante do Governo de Cabo Verde, em conjunto com a entidade gestora, com o objectivo de valorização dos seus activos e sendo pautada por critérios de segurança e de rentabilidade.

Os TCMF resultaram da conversão de Obrigações do Tesouro de Cabo Verde que se encontravam vencidas e estão registados pelo valor nominal dos títulos entregues.

De acordo com a Lei nº 70/V/98, de 17 de Agosto, as principais características destes títulos são as seguintes:

- Os TCMF são títulos de crédito perpétuos emitidos pelo Estado de Cabo Verde, através do Tesouro, e incorporam o direito ao recebimento de 90% do resultado líquido anual do Fundo. A Companhia regista em cada exercício o proveito relativo aos rendimentos a receber de TCMF, na rubrica "Rendimentos de instrumentos de capital";
- O Estado obriga-se a adquirir os TCMF num período máximo de vinte anos a contar da data de aprovação da Lei, em termos e condições a definir pelo Governo;
- Durante os primeiros três anos de existência, os TCMF só podiam ser transaccionados entre instituições de crédito devidamente autorizadas a exercer a sua actividade em Cabo Verde. Entre o quarto e o sétimo ano, cada instituição de crédito poderia anualmente transmitir 25% do total de TCMF que detinha ao fim do terceiro ano. A partir do oitavo ano, os TCMF podem ser transaccionados sem restrições.

Os principais movimentos relativos a instrumentos de capital classificados como activos financeiros disponíveis para venda durante o exercício de 2010 foram os seguintes:

Promoleasing, Sociedade de Locação Financeira, Sociedade Unipessoal Anónima, S.A.

No exercício de 2010, a Companhia subscreveu 3.000 acções da Promoleasing – Sociedade de Locação Financeira Unipessoal Anónima, S.A. (Sociedade) representativas de 10,00% do seu capital social pelo valor nominal de mCve. 1 por acção.

Hiperpeças – Sociedade de Manutenção e Teste de Viaturas Auto para Inspeção, Lda.

Em Setembro de 2010, a Companhia participou no aumento do capital social da Hiperpeças, tendo realizado acções no montante mCve. 1.925. Adicionalmente, foram concedidos suprimentos no montante de mCve. 1.405, registados na rubrica "Contas a receber por operações de seguro directo" (Nota 38).

## 6.2. Empréstimos e contas a receber

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2011</u>	<u>2010</u>
Depósitos a prazo	<u>205.287</u>	<u>121.475</u>
Outros depósitos:		
Obrigações de empresas nacionais	180.838	180.838
Obrigações do Tesouro	<u>148.109</u>	<u>158.560</u>
	<u>328.947</u>	<u>339.398</u>
	<u>534.234</u>	<u>460.873</u>

Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, a rubrica "Depósitos a prazo" apresenta a seguinte composição:

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011  
(Montantes expressos em milhares de Escudos de Cabo Verde – mCve.)

	2011		2010	
	Montante	Taxa média	Montante	Taxa média
Depósitos a prazo:				
Banco Comercial do Atlântico, S.A.	110.000		65.000	
Banco Interatlântico, S.A.	78.010		45.723	
Banco Caboverdiano de Negócios, S.A.	11.217		10.753	
Banco Africano de Investimentos Cabo Verde, S.A.	6.060		-	
	<u>205.287</u>	4,98%	<u>121.476</u>	4,87%

Os depósitos em instituições de crédito têm um prazo residual de até três meses.

Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, a rubrica “Obrigações de empresas nacionais” apresenta o seguinte detalhe:

Título	Valor nominal	Quantidade	Taxa de juro	Maturidade	Periodicidade do cupão	Montante
SOGEI - Sociedade de Gestão de Investimentos, S.A.	1	59.949	EUR 6M + 2,75%	19-02-2014	Semestral	59.950
Electra - Empresa de Electricidade e Águas, S.A.R.L. - Tranche A	1	50.000	EUR 6M + 2%	14-06-2012	Semestral	50.000
Banco Interatlântico, S.A.	5	4.612	6,00%	08-07-2018	Semestral	23.060
Tecnici Imobiliária, S.A.	1	20.000	7,50%	26-02-2015	Semestral	20.000
Banco Comercial do Atlântico, S.A.	1	10.710	5,75%	20-12-2017	Semestral	10.710
CVFF - Cabo Verde Fast Ferry, S.A.	1	9.998	9,00%	28-07-2015	Semestral	9.998
Tecnici Indústria, S.A.	1	7.120	7,50%	24-04-2014	Semestral	7.120
						<u>180.838</u>

As obrigações emitidas pela Electra – Empresa de Electricidade e Águas, S.A.R.L. têm aval do Estado de Cabo Verde.

No exercício de 2011, a Companhia adquiriu Obrigações do Tesouro no montante de mCve. 128.560, com vencimento em Janeiro de 2012 e remuneradas a uma taxa líquida de 5%. No exercício de 2010, a Companhia adquiriu Obrigações do Tesouro no montante de mCve. 128.560 e mCve. 30.000, com vencimento em 27 de Julho e 7 de Março de 2011 e remuneradas a uma taxa de juro anual líquida de 5%.

### 6.3. Outros passivos financeiros

Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, a rubrica “Outros passivos financeiros” respeita a depósitos recebidos de resseguradores e tem a seguinte composição:

	2011	2010
PM Re	126.851	118.144
Fidelidade - Tratados	12.317	16.365
Partner Re/Bertoldi	5.949	7.809
Mapfre Re	5.408	4.709
R+V Versicherung AG	4.718	2.473
Scor Re	727	811
Emose	61	61
MCR - Mutuelle Centrale de Reassurance	-	39
	<u>156.031</u>	<u>150.411</u>

Estes valores referem-se às verbas retidas pela Companhia aos seus resseguradores, tendo a natureza de depósitos de caução, como forma de garantir as suas responsabilidades com sinistros.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011  
(Montantes expressos em milhares de Escudos de Cabo Verde – mCve.)6.15. Natureza e extensão dos riscos resultantes de instrumentos financeiros**BALANÇO**

Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, os instrumentos financeiros apresentavam o seguinte valor de balanço:

	2011		
	Valorizados ao justo valor	valorizados ao justo valor	Valor de balanço
		Não	
<b>Activo</b>			
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	-	24.046	24.046
Activos financeiros disponíveis para venda	604.139	77.499	681.638
Empréstimos e contas a receber	-	534.234	534.234
Outros devedores	-	313.446	313.446
	<u>604.139</u>	<u>949.225</u>	<u>1.553.364</u>
<b>Passivo</b>			
Depósitos recebidos de resseguradores	-	156.031	156.031
Outros credores	-	364.917	364.917
	<u>-</u>	<u>520.948</u>	<u>520.948</u>
		Não	
<b>Activo</b>			
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	-	19.590	19.590
Activos financeiros disponíveis para venda	621.835	77.498	699.333
Empréstimos e contas a receber	-	460.873	460.873
Outros devedores	-	308.113	308.113
	<u>621.835</u>	<u>866.074</u>	<u>1.487.909</u>
<b>Passivo</b>			
Depósitos recebidos de resseguradores	-	150.411	150.411
Outros credores	-	253.317	253.317
	<u>-</u>	<u>403.728</u>	<u>403.728</u>

Políticas de gestão dos riscos financeiros inerentes à actividade da Companhia

Os limites de risco e os níveis de exposição autorizados são definidos e aprovados pelo Conselho de Administração tendo em conta a estratégia geral da Companhia e a sua posição no mercado.

Risco cambial

Para diminuir o risco cambial, a Companhia procura celebrar a maioria dos contratos em moeda nacional ou Euros.

O câmbio dos Escudos de Cabo Verde face ao Euro encontra-se fixo em 1 Euro /110,265 Escudos de Cabo Verde, resultante de um acordo de convertibilidade existente entre Cabo Verde e Portugal, pelo que não é considerado pelo Banco de Cabo Verde para efeitos de posição cambial.

#### Risco de liquidez

Este risco é mitigado através de celebração de contratos de resseguros com Companhias de capacidade financeira sólida e através de acompanhamento diário dos fluxos de tesouraria/aplicações de fundos, por forma a coincidir as datas dos compromissos com o rendimento e/ou a maturidade dos investimentos.

#### Risco de taxa de juro

Para eliminar este risco a Companhia celebra todos os contratos à taxa de juros fixa.

#### Risco de crédito

A política nesta matéria, tanto em caso de concepção de seguros a crédito como para seguros de caução, as entidades são criteriosamente seleccionadas e nos casos de montantes significativos são salvaguardados o interesse da Companhia, através de solicitação de garantia reais e assinaturas de livranças.

#### Risco de mercado

A Companhia tem pouca exposição a este tipo de risco na medida em que tenta, ao máximo, a selecção e diversificação de instrumentos da carteira de investimentos financeiros, eliminando sempre os impactos das taxas de juro e de câmbio, através de negociação de taxas fixas.

#### Justo valor de instrumentos financeiros

- O justo valor das aplicações financeiras registadas nas rubricas "Caixa e seus equivalentes e depósitos ordem" é igual ao seu valor de balanço, dado que correspondem essencialmente a depósitos de curto prazo;
- Relativamente aos activos financeiros disponíveis para venda:
  - As acções do Banco Comercial do Atlântico, S.A. foram valorizadas com base numa avaliação efectuada por uma entidade externa.
  - O justo valor dos Títulos Consolidados de Mobilização Financeira foi determinado pela Companhia com base no valor do capital próprio divulgado no relatório anual do "International Support for Cabo Verde Stabilization Trust Fund" ajustado pelo diferencial face ao valor de mercado das obrigações detidas pelo Fundo;
  - O valor das acções da Sociedade Caboverdiana de Tabacos, apurado com base na respectiva cotação na Bolsa de Valores de Cabo Verde nessa data, era inferior ao valor de balanço em mCve. 1.317 e mCve. 3.012, em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, respectivamente. A Companhia manteve as acções ao custo histórico, considerando que a empresa tem-se mantido estável, tendo inclusivamente distribuído dividendos, e pela reduzida liquidez do título na Bolsa de Valores de Cabo Verde;
  - As participações na Promotora, Sociedade de Capital de Risco de Cabo Verde, S.A.R.L. e na CVC – Construções de Cabo Verde, S.A.R.L. foram registadas ao custo histórico, encontrando-se registada imparidade de mCve. 9.931 e mCve. 8.744, respectivamente, para reduzir o valor de balanço ao seu valor estimado de realização.
  - As participações na Promoleasing, Sociedade de Locação Financeira, Sociedade Unipessoal Anónima, S.A. e na Hiperpeças – Sociedade de Manutenção e Teste de Viaturas Auto para Inspeção, Lda. foram registadas ao custo histórico considerando o recente início de actividade das empresas.
- A rubrica "Empréstimos e contas a receber" inclui essencialmente depósitos a prazo. A Companhia considera que o justo valor é igual ao seu valor de balanço, dado que correspondem essencialmente a depósitos de curto prazo.
- Depósitos recebidos de resseguradores – o justo valor é igual ao seu valor de balanço, dado que correspondem a depósitos de curto prazo.





ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011  
(Montantes expressos em milhares de Escudos de Cabo Verde – mCve.)

Os saldos apresentados acima não são comparáveis com os saldos contabilísticos dado incluírem fluxos de caixa projectados e não se encontrarem descontados.

Os principais pressupostos utilizados no apuramento dos fluxos previsionais, foram os seguintes:

- As disponibilidades de caixa e os depósitos à ordem foram classificadas como exigíveis à vista, incluídos no “Até 1 mês”;
- Os valores que constam das rubricas de “Outros devedores” e “Outros credores” são valores exigíveis à vista, sendo classificados como maturidade “Até 1 mês”;
- Os instrumentos de capital foram classificados com maturidade “Indeterminado”;
- Os montantes registados na rubrica “Depósitos recebidos de resseguradores” correspondem a provisões retidas a resseguradores, no âmbito do tratado de resseguro em vigor, sendo renovados ao início de cada exercício, pelo que foram classificados como maturidade de “entre 6 meses a 1 ano”.

Risco de mercado

Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, o detalhe dos instrumentos financeiros por tipo de exposição ao risco de taxa de juro apresenta o seguinte detalhe:

	2011		
	Exposição a taxa fixa	Não sujeito a risco de taxa de juro	Total
<b>Activo</b>			
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	-	24.406	24.406
Activos financeiros disponíveis para venda	-	681.638	681.638
Empréstimos e contas a receber	534.234	-	534.234
Outros devedores	-	313.446	313.446
	<u>534.234</u>	<u>1.019.490</u>	<u>1.553.724</u>
<b>Passivo</b>			
Depósitos recebidos de resseguradores	-	156.031	156.031
Outros credores	-	364.917	364.917
	<u>-</u>	<u>520.948</u>	<u>520.948</u>
	2010		
	Exposição a taxa fixa	Não sujeito a risco de taxa de juro	Total
<b>Activo</b>			
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	-	19.590	19.590
Activos financeiros disponíveis para venda	-	699.333	699.333
Empréstimos e contas a receber	460.873	-	460.873
Outros devedores	-	308.113	308.113
	<u>460.873</u>	<u>1.027.036</u>	<u>1.487.909</u>
<b>Passivo</b>			
Depósitos recebidos de resseguradores	-	150.411	150.411
Outros credores	-	253.317	253.317
	<u>-</u>	<u>403.728</u>	<u>403.728</u>

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011  
(Montantes expressos em milhares de Escudos de Cabo Verde – mCve.)

Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, o detalhe do valor nominal dos instrumentos financeiros com exposição a risco de taxa de juro, em função da sua maturidade ou da data de refixação, tem a seguinte decomposição:

	2011								Total
	Datas de refixação/Datas de maturidade								
	Até 7 dias	Entre 7 dias e 1 mês	Entre 1 mês e 3 meses	Entre 3 e 6 meses	Entre 6 e 12 meses	Entre 12 meses e 3 anos	Mais de 3 anos	Indeterminado	
<b>Activo</b>									
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	-	-	-	-	-	-	-	24.046	24.046
Activos financeiros disponíveis para venda	-	-	-	-	-	-	20.662	660.976	681.638
Empréstimos e contas a receber	10.000	117.277	78.010	128.560	19.550	50.000	130.837	-	534.234
	<u>10.000</u>	<u>117.277</u>	<u>78.010</u>	<u>128.560</u>	<u>19.550</u>	<u>50.000</u>	<u>151.499</u>	<u>685.022</u>	<u>1.239.918</u>
<b>Passivo</b>									
Depósitos recebidos de resseguradores	-	-	-	-	(156.031)	-	-	-	(156.031)
Exposição líquida	<u>10.000</u>	<u>117.277</u>	<u>78.010</u>	<u>128.560</u>	<u>(136.481)</u>	<u>50.000</u>	<u>151.499</u>	<u>685.022</u>	<u>1.083.887</u>

	2010								Total
	Datas de refixação/Datas de maturidade								
	Até 7 dias	Entre 7 dias e 1 mês	Entre 1 mês e 3 meses	Entre 3 e 6 meses	Entre 6 e 12 meses	Entre 12 meses e 3 anos	Mais de 3 anos	Indeterminado	
<b>Activo</b>									
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	-	-	-	-	-	-	-	19.590	19.590
Activos financeiros disponíveis para venda	-	-	-	-	-	-	20.410	678.923	699.333
Empréstimos e contas a receber	-	121.476	30.000	-	-	245.630	63.768	-	460.874
	<u>-</u>	<u>121.476</u>	<u>30.000</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>245.630</u>	<u>84.178</u>	<u>698.513</u>	<u>1.179.977</u>
<b>Passivo</b>									
Depósitos recebidos de resseguradores	-	-	-	-	(150.411)	-	-	-	(150.411)
Exposição líquida	<u>-</u>	<u>121.476</u>	<u>30.000</u>	<u>-</u>	<u>(150.411)</u>	<u>245.630</u>	<u>84.178</u>	<u>698.513</u>	<u>1.029.386</u>

Risco cambial

Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, os instrumentos financeiros apresentam o seguinte detalhe por moeda:

	2011		
	Escudos de Cabo Verde	Dólares Norte Americanos	Total
<b>Activo</b>			
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	22.638	1.408	24.046
Activos financeiros disponíveis para venda	681.638	-	681.638
Empréstimos e contas a receber	534.234	-	534.234
Outros devedores	313.446	-	313.446
	<u>1.551.956</u>	<u>1.408</u>	<u>1.553.364</u>
<b>Passivo</b>			
Depósitos recebidos de resseguradores	156.031	-	156.031
Outros credores	364.917	-	364.917
	<u>520.948</u>	<u>-</u>	<u>520.948</u>

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011  
(Montantes expressos em milhares de Escudos de Cabo Verde – mCve.)

	2010		
	Escudos de Cabo Verde	Dólares Norte Americanos	Total
<b>Activo</b>			
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	18.347	1.243	19.590
Activos financeiros disponíveis para venda	69.933	-	69.933
Empréstimos e contas a receber	460.873	-	460.873
Outros devedores	308.113	-	308.113
	<u>857.266</u>	<u>1.243</u>	<u>858.509</u>
<b>Passivo</b>			
Depósitos recebidos de resseguradores	150.411	-	150.411
Outros credores	253.317	-	253.317
	<u>403.728</u>	<u>-</u>	<u>403.728</u>

8. CAIXA E SEUS EQUIVALENTES E DEPÓSITOS À ORDEM

Esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	2011	2010
<b>Caixa e seus equivalentes:</b>		
Sede	983	2.297
Dependências	1.255	886
	<u>2.238</u>	<u>3.183</u>
<b>Depósitos à ordem:</b>		
Banco Comercial do Atlântico, S.A.	16.460	4.583
Banco Interatlântico, S.A.R.L.	2.636	367
Caixa Económica de Cabo Verde, S.A.R.L.	1.633	1.398
Banco Caboverdiano de Negócios, S.A.	809	4.616
Banco Africano de Investimentos, S.A.	50	5.443
Novo Banco, S.A.	220	-
	<u>21.808</u>	<u>16.407</u>
	<u>24.046</u>	<u>19.590</u>

9. TERRENOS E EDIFÍCIOS

Nos exercícios de 2011 e 2010, o movimento ocorrido nas rubricas de “Terrenos e edifícios” foi o seguinte:

	2011						2010		
	Saldos em 31.12.2010			Movimentos em 2011			Saldos em 31.12.2011		
	Valor bruto	Amortizações acumuladas	Adições	Revalorizações	Regularizações	Amortizações do exercício	Valor bruto	Amortizações acumuladas	Valor Líquido
	(Pró-forma)			(Nota 18)		(Nota 21)			
<b>Terrenos e edifícios:</b>									
De uso próprio	401.385	(7.673)	570	-	(27.322)	(7.175)	374.633	(14.848)	359.785
De rendimento	188.302	-	41.337	4.277	-	-	233.916	-	233.916
	<u>589.687</u>	<u>(7.673)</u>	<u>41.908</u>	<u>4.277</u>	<u>(27.322)</u>	<u>(7.175)</u>	<u>608.549</u>	<u>(14.848)</u>	<u>593.701</u>

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011  
(Montantes expressos em milhares de Escudos de Cabo Verde – mCve.)

	2010							
	Saldos em 01.01.2010				Amortizações do exercício (Nota 21)	Saldos em 31.12.2010		
	Valor bruto (Pró-forma)	Adições	Transferências (Nota 10)	Revalorizações (Nota 18)		Valor bruto	Amortizações acumuladas	Valor Líquido
Terrenos e edifícios:								
De uso próprio	384.000	17.385	-	-	(7.673)	401.385	(7.673)	393.712
De rendimento	113.388	23.732	29.510	21.672	-	188.302	-	188.302
	<u>497.388</u>	<u>41.117</u>	<u>29.510</u>	<u>21.672</u>	<u>(7.673)</u>	<u>589.687</u>	<u>(7.673)</u>	<u>582.014</u>

No exercício de 2010, a Companhia reclassificou os imóveis do Edifício Águia e da Rua do Corvo da rubrica “Terrenos e edifícios – em curso” para “Edifícios”, dado terem terminado as obras que se encontravam em curso (Nota 10).

Terrenos e edifícios de uso próprio

Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, os terrenos e edifícios de serviço próprio detidos pela Companhia apresentam o seguinte detalhe:

Localização	Ano de aquisição	2011			2010		
		Valor bruto	Amortizações acumuladas	Valor líquido	Valor bruto	Amortizações acumuladas	Valor líquido
Praia – Chã de Areia	2004	201.208	(8.649)	192.560	229.303	(4.587)	224.716
Filial São Vicente	1994	44.134	(1.770)	42.363	44.134	(883)	43.251
Apartamento Filial S. Vicente	2001	16.825	(674)	16.151	16.825	(337)	16.488
Armazém Achada Grande	2006	23.764	(953)	22.811	23.764	(475)	23.289
Praia – Av. Guerra Mendes – 2º Plateau	1986	10.542	(423)	10.120	10.542	(211)	10.331
Praia – Av. Guerra Mendes – 4º Plateau	1991	15.824	(634)	15.191	15.824	(316)	15.508
Boavista – Espaço comercial	2007	19.004	(746)	18.259	18.233	(365)	17.868
Sal – Santa Maria – Loja	2008	7.598	(304)	7.294	7.598	(152)	7.446
Agência – Palmarejo	2010	17.385	(696)	16.688	17.385	(348)	17.037
Terreno – Praia - Chã de Areia	2005	9.523	-	9.523	9.523	-	9.523
Terreno – Assomada	2007	6.000	-	6.000	6.000	-	6.000
Terreno – Sal	1993	2.254	-	2.254	2.254	-	2.254
Terreno – São Filipe	2011	570	-	570	-	-	-
		<u>374.633</u>	<u>(14.848)</u>	<u>359.784</u>	<u>401.385</u>	<u>(7.673)</u>	<u>393.712</u>

Conforme referido na Nota 3.2.4, os terrenos e edifícios de uso próprio encontram-se valorizados ao custo de aquisição, de acordo com a opção prevista na IAS 16, tendo o seu justo valor em 1 de Janeiro de 2010 sido considerado como custo de aquisição.

Os edifícios de uso próprio são amortizados ao longo da respectiva vida útil definida em cada avaliação.

O imóvel situado na Praia – Chã de Areia corresponde à parcela da Companhia no edifício da nova Sede das entidades participadas pelo Grupo Caixa Geral de Depósitos em Cabo Verde, cujas obras foram concluídas no exercício de 2004. O terreno onde se encontram construídas estas instalações foi adquirido no exercício de 2005.

No exercício de 2011, as “Regularizações” nos imóveis de uso próprio respeitam a um acerto de contas realizado com o Banco Comercial do Atlântico relativamente ao edifício “Praia – Chã de Areia”.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011  
(Montantes expressos em milhares de Escudos de Cabo Verde – mCve.)Terrenos e edifícios de rendimento

Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, os terrenos e edifícios de rendimento detidos pela Companhia apresentam o seguinte detalhe:

Localização	Ano de aquisição	Custo de aquisição	Valor de balanço	
			2011	2010
Sal – Santa Maria – 1º Dto	2008	39.927	55.615	55.049
Sal – Santa Maria – 1º Esq	2008	35.127	44.270	44.156
Prédio - Rua do Corvo	2010	29.137	29.137	29.137
Edifício Águia	2010	24.104	24.141	24.104
Predio BIA - Av. Cidade Lisboa	2011	23.053	23.203	-
Prédio ASA	2011	18.577	18.577	-
Miramar	2008	17.476	17.835	17.476
Boavista - Espaço comercial	2008	13.068	14.630	13.623
Praia – Palmarejo	2005	4.757	6.506	4.757
		<u>205.225</u>	<u>233.916</u>	<u>188.302</u>

Conforme referido na Nota 3.2.3, os terrenos e edifícios de rendimento encontram-se valorizados ao justo valor, de acordo com o tratamento previsto na IAS 40. Os terrenos e edifícios de rendimento são avaliados, com uma periodicidade mínima anual, por avaliadores externos.

Métodos de avaliação

As avaliações dos terrenos ou edifícios são efectuadas tendo em vista a obtenção do preço pelo qual o terreno ou edifício poderia ser vendido, à data da avaliação, por contrato privado entre um vendedor e um comprador interessados e independentes, entendendo-se que o bem é objecto de uma oferta pública no mercado, que as condições deste permitem uma venda regular e que se dispõe de um prazo normal para negociar a venda, tendo em conta a natureza do bem.

Os métodos de avaliação normalmente utilizados são:

- Método comparativo de mercado: consiste na avaliação do terreno ou edifício por comparação, ou seja, em função de transacções e/ou propostas efectivas de aquisição em relação a terrenos ou edifícios que possuam idênticas características físicas e funcionais, e cuja localização se insira numa mesma área do mercado imobiliário.
- Método do custo: consiste na determinação do valor do edifício através da soma do valor de mercado do terreno e de todos os custos necessários à construção de um edifício de iguais características físicas e funcionais, depreciados em função da sua antiguidade, estado de conservação e estimativa de vida útil e acrescidos das margens de lucro requeridas.

Nos exercícios de 2011 e 2010, os rendimentos reconhecidos na conta de ganhos e perdas relativos a terrenos e edifícios de rendimento foram de mCve. 9.546 e mCve. 8.345, respectivamente (Nota 16).

10. OUTROS ACTIVOS TANGÍVEIS

Nos exercícios de 2011 e 2010, o movimento nas rubricas de “Outros activos tangíveis” foi o seguinte:

	2011									
	Saldos em 31.12.2010				Alienações e abates			Saldos em 31.12.2011		
	Valor bruto	Amortizações acumuladas	Adições	Amortizações do exercício	Saldo bruto	Amortizações	Regularizações	Valor bruto	Amortizações acumuladas	Valor Líquido
	<i>(Pró-forma)</i>									
Equipamento:										
Equipamento administrativo	72.418	(43.380)	4.771	(7.501)	-	-	300	77.189	(50.581)	26.608
Equipamento informático	63.575	(55.005)	13.682	(8.379)	-	-	685	77.257	(62.699)	14.558
Material de transporte	48.249	(31.166)	30.827	(14.398)	(14.778)	11.823	(1.138)	64.724	(34.879)	29.845
Outro equipamento	12.596	(9.819)	2.392	(1.245)	-	-	72	14.988	(10.992)	3.996
Património artístico	3.691	-	160	-	-	-	-	3.851	-	3.851
Despesas em edifícios arrendados	18.301	(12.280)	1.418	(2.017)	-	-	81	19.719	(14.216)	5.503
Activos tangíveis em curso										
Terrenos e edifícios em curso	24.012	-	1.242	-	-	-	-	25.254	-	25.254
Outros	1.262	-	160	-	-	-	-	997	-	997
	<u>244.104</u>	<u>(151.650)</u>	<u>54.652</u>	<u>(33.540)</u>	<u>(14.778)</u>	<u>11.823</u>	<u>-</u>	<u>283.979</u>	<u>(173.367)</u>	<u>110.612</u>

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011  
(Montantes expressos em milhares de Escudos de Cabo Verde – mCve.)

	2010						Saldos em 31.12.2010		
	Saldos iniciais		Adições	Amortizações do exercício (Nota 21)	Transferências	Regularizações	Valor bruto	Amortizações acumuladas	Valor Líquido
	Valor bruto	Amortizações acumuladas							
	<i>(Pró-forma)</i>								
Equipamento:									
Equipamento administrativo	65.707	(35.858)	4.538	(7.522)	2.173	(2.173)	72.418	(43.380)	29.038
Equipamento informático	58.958	(48.303)	4.617	(6.702)	-	-	63.575	(55.005)	8.570
Material de transporte	44.516	(19.646)	3.733	(11.520)	497	(497)	48.249	(31.166)	17.083
Outro equipamento	12.596	(8.531)	-	(1.288)	-	-	12.596	(9.819)	2.777
Património artístico	3.473	-	218	-	-	-	3.691	-	3.691
Despesas em edifícios arrendados	11.610	(9.239)	6.691	(3.041)	-	-	18.301	(12.280)	6.021
Activos tangíveis em curso									
Terrenos e edifícios em curso	50.600	-	2.922	-	(29.510)	-	24.012	-	24.012
Outros	3.133	-	799	-	(2.670)	-	1.262	-	1.262
	<u>250.593</u>	<u>(121.577)</u>	<u>23.518</u>	<u>(30.073)</u>	<u>(29.510)</u>	<u>(2.670)</u>	<u>244.104</u>	<u>(151.650)</u>	<u>92.454</u>

Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010 a rubrica “Activos tangíveis em curso” refere-se a imóveis adquiridos pela Companhia nos quais estão a ser realizadas obras.

No exercício de 2010, a Companhia reclassificou os imóveis do Edifício Águia e da Rua do Corvo da rubrica “Terrenos e edifícios – em curso” para “Terrenos e edifícios de rendimento”, dado terem terminado as obras que se encontravam em curso (Nota 9).

Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, estão em vigor contratos de leasing para aquisição de viaturas, registados nas seguintes rubricas de balanço:

	2011	2010
Equipamento de transporte		
. Valor bruto	24.043	2609
. Amortizações acumuladas	(6.204)	(861)
	<u>17.839</u>	<u>1.748</u>
Fornecedores de imobilizado em locação financeira	<u>14.574</u>	<u>1.720</u>

Os pagamentos mínimos das locações operacionais relativos a equipamentos de transporte em 31 de Dezembro de 2011 e 2010 é detalhado conforme se segue:

	2011	2010
Rendas		
. Até 1 ano	5.253	593
. Mais de 1 ano	7.879	970
	<u>13.132</u>	<u>1.563</u>
Valor residual	<u>1.442</u>	<u>157</u>
	<u>14.574</u>	<u>1.720</u>

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011  
(Montantes expressos em milhares de Escudos de Cabo Verde – mCve.)

## 11. AFECTAÇÃO DOS INVESTIMENTOS E OUTROS ACTIVOS

Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, a afectação dos investimentos e outros activos a contratos de seguro, pode ser resumida da seguinte forma:

	2011			
	Seguros de vida	Seguros não vida	Não afectos	Total
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	-	-	24.046	24.046
Activos financeiros disponíveis para venda	8.700	672.938	-	681.638
Empréstimos concedidos e contas a receber	10.711	523.523	-	534.234
Terrenos e edifícios	7.596	406.198	179.907	593.701
Outros activos tangíveis	-	-	110.611	110.611
	<u>27.007</u>	<u>1.602.659</u>	<u>314.564</u>	<u>1.944.230</u>

	2010			
	Seguros de vida	Seguros não vida	Não afectos	Total
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	-	-	19.590	19.590
Activos financeiros disponíveis para venda	8.920	690.413	-	699.333
Empréstimos concedidos e contas a receber	-	460.874	-	460.874
Terrenos e edifícios	7.466	388.350	186.198	582.014
Outros activos tangíveis	-	-	92.454	92.454
	<u>16.386</u>	<u>1.539.637</u>	<u>298.242</u>	<u>1.854.265</u>

## 12. ACTIVOS INTANGÍVEIS

Nos exercícios de 2011 e 2010, o movimento nas rubricas de “Outros activos intangíveis” foi o seguinte:

	2011						
	Saldos em 31.12.2010			Saldos em 31.12.2011			
	Valor bruto	Amortizações acumuladas	Aquisições	Amortizações do exercício	Regularizações	Valor bruto	Amortizações acumuladas
	<i>(Pró-forma)</i>			<i>(Nota 21)</i>			
Sistemas de tratamento automático de dados (software)	71.030	(55.505)	3.894	(9.099)	(1.113)	75.100	(65.893)

	2010						
	Saldos iniciais			Saldos em 31.12.2010			
	Valor bruto	Amortizações acumuladas	Aquisições	Transferências	Amortizações do exercício	Valor bruto	Amortizações acumuladas
	<i>(Pró-forma)</i>				<i>(Nota 21)</i>		
Sistemas de tratamento automático de dados (software)	58.497	(46.910)	11.656	877	(8.595)	71.030	(55.505)
Activos intangíveis em curso	877	-	-	(877)	-	-	-
	<u>59.374</u>	<u>(46.910)</u>	<u>11.656</u>	<u>-</u>	<u>(8.595)</u>	<u>71.030</u>	<u>(55.505)</u>



ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011  
(Montantes expressos em milhares de Escudos de Cabo Verde – mCve.)13. OUTRAS PROVISÕES E AJUSTAMENTOS DE CONTAS DE ACTIVO

O movimento dos ajustamentos nos exercícios de 2011 e 2010 foi o seguinte:

	<u>01-01-2010</u> (Pró-forma)	<u>Variação por resultados</u>	<u>Utilizações</u>	<u>Saldos em 31-12-2010</u>	<u>Variação por resultados</u>	<u>Utilizações</u>	<u>Saldos em 31-12-2011</u>
Provisão para recibos por cobrar (Nota 38)	57.689	(17.347)	-	40.342	33.403	1	73.746
Provisão para recibos por cobrança duvidosa							
Devedores por operações de resseguro	4.202	-	(524)	3.678	-	-	3.678
Outros devedores	13.258	-	(6.768)	6.490	-	-	6.490
	<u>17.460</u>	<u>-</u>	<u>(7.292)</u>	<u>10.168</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>10.168</u>
Provisão para riscos e encargos							
Revisão da taxa de sinistralidade - Ramo automóvel	42.172	-	(15.476)	26.696	-	(23.068)	3.628
Devedores por operações de resseguro	38	-	-	38	-	-	38
Outras	8.946	-	-	8.946	-	-	8.946
	<u>51.156</u>	<u>-</u>	<u>(15.476)</u>	<u>35.680</u>	<u>-</u>	<u>(23.068)</u>	<u>12.612</u>
	<u>126.305</u>	<u>(17.347)</u>	<u>(22.768)</u>	<u>86.190</u>	<u>33.403</u>	<u>(23.067)</u>	<u>96.526</u>

Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, o saldo relativo a “Revisão da taxa de sinistralidade – Ramo automóvel” reflecte o possível impacto nas comissões recebidas no âmbito do tratado de resseguro para o ramo automóvel (Nota 15) de uma eventual revisão da taxa de sinistralidade relativa ao exercício de 2009.

No exercício de 2011, a Companhia realizou os seguintes acertos de comissão:

- mCve. 28.622 no âmbito da revisão da taxa de sinistralidade de 2010, tendo utilizado a estimativa de acréscimo de gastos no montante de mCve. 9.330 (Nota 40). O diferencial foi reconhecido na rubrica “Comissões e participação nos resultados de resseguro”.
- mCve. 23.068 no âmbito da revisão da taxa de sinistralidade de 2009, tendo utilizado a provisão para outros riscos e encargos registada no montante de mCve. 23.068.

No exercício de 2010 a Companhia realizou o acerto da comissão no montante de mCve. 41.286 no âmbito da revisão da taxa de sinistralidade de 2009, tendo utilizado a estimativa de acréscimo de gastos e a provisão para outros riscos e encargos registadas nos montantes de mCve. 25.809 e mCve. 15.476, respectivamente.

14. PRÉMIOS ADQUIRIDOS LÍQUIDOS DE RESSEGURO

Nos exercícios de 2011 e 2010, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

Ramos Técnicos	2011			2010		
	Seguro directo	Resseguro cedido	Líquido	Seguro directo	Resseguro cedido	Líquido
<b>Prémios brutos emitidos</b>						
Ramo vida:	50.902	(39.646)	11.256	44.625	(31.679)	12.946
Ramo não vida:						
Automóvel	592.760	(308.069)	284.691	600.125	(358.186)	241.939
Incêndio e outros danos	293.547	(268.198)	25.349	274.878	(245.913)	28.965
Acidentes e doença	163.472	(43.859)	119.613	141.736	(36.176)	105.560
Transportes	260.792	(219.696)	41.096	254.620	(237.886)	16.734
Diversos	30.460	-	30.460	28.116	-	28.116
Responsabilidade civil geral	70.888	(65.213)	5.675	37.032	(31.145)	5.887
	<u>1.411.919</u>	<u>(905.035)</u>	<u>506.884</u>	<u>1.336.507</u>	<u>(909.305)</u>	<u>427.202</u>
	<u>1.462.821</u>	<u>(944.681)</u>	<u>518.140</u>	<u>1.381.132</u>	<u>(940.984)</u>	<u>440.148</u>

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011  
(Montantes expressos em milhares de Escudos de Cabo Verde – mCve.)

A variação da provisão para prémios não adquiridos para o exercício de 2011 e 2010 apresenta a seguinte composição:

Ramos Técnicos	2011			2010		
	Seguro directo	Resseguro cedido	Líquido	Seguro directo	Resseguro cedido	Líquido
<b>Varição da provisão para prémios não adquiridos:</b>						
Ramo não vida:						
Automóvel	6.500	(3.319)	3.181	3.676	(26.649)	(22.974)
Incêndio e outros danos	(40.295)	39.777	(518)	(19.819)	20.392	573
Acidentes e doença	(2.390)	728	(1.662)	(787)	1.276	489
Transportes	(3.130)	3.195	65	243	3.829	4.072
Diversos	(123)	-	(123)	(2.629)	-	(2.629)
Responsabilidade civil geral	(11.130)	11.402	272	743	(611)	132
	<u>(50.568)</u>	<u>51.783</u>	<u>1.215</u>	<u>(18.573)</u>	<u>(1.763)</u>	<u>(20.337)</u>

15. COMISSÕES RECEBIDAS DOS CONTRATOS DE RESSEGURO

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2011	2010
Vida:	12.411	11.825
Não Vida:		
Automóvel	60.585	104.520
Incêndio e outros danos	50.933	51.277
Transportes	22.549	30.927
Acidentes e doença	12.771	8.611
Responsabilidade civil	4.806	3.243
	<u>164.055</u>	<u>210.403</u>

16. RENDIMENTOS DE INVESTIMENTOS

Nos exercícios de 2011 e 2010, as rubricas de rendimentos de investimentos, apresentam a seguinte composição:

	2011				2010			
	Juros	Dividendos	Rendas	Total	Juros	Dividendos	Rendas	Total
Investimentos afectos às provisões técnicas dos ramos não-vida:								
Terrenos e edifícios	-	-	9.546	9.546	-	-	2.005	2.005
Activos financeiros disponíveis para venda	649	47.273	-	47.922	1.448	16.876	-	18.324
Empréstimos concedidos e contas a receber	19.206	-	-	19.206	17.438	-	-	17.438
Depósitos à ordem em instituições de crédito	6.498	-	-	6.498	6.874	-	-	6.874
	<u>26.353</u>	<u>47.273</u>	<u>9.546</u>	<u>83.172</u>	<u>25.760</u>	<u>16.876</u>	<u>2.005</u>	<u>44.641</u>
Investimentos não afectos:								
Terrenos e edifícios	-	-	-	-	-	-	6.340	6.340
	<u>26.353</u>	<u>47.273</u>	<u>9.546</u>	<u>83.172</u>	<u>25.760</u>	<u>16.876</u>	<u>8.345</u>	<u>50.981</u>

17. GANHOS E PERDAS REALIZADOS EM INVESTIMENTOS

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, as perdas líquidas decorrentes de alienações de activos tangíveis ascendem a mCve. 66 e mCve. 424, respectivamente (Nota 41).

18. GANHOS E PERDAS PROVENIENTES DE AJUSTAMENTOS DE JUSTO VALOR EM INVESTIMENTOS

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, estas rubricas incluem essencialmente a variação no justo valor dos terrenos e edifícios de rendimento (Nota 9).

19. GANHOS E PERDAS EM DIFERENÇAS DE CÂMBIO

Nos exercícios de 2011 e 2010, as diferenças de câmbio líquidas ascenderam a mCve. 490 e mCve. 498, respectivamente (Nota 41).

20. CUSTOS DE FINANCIAMENTO

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, os custos de financiamento incluem juros de depósitos recebidos de resseguradores e de activos em locação operacional nos montantes de mCve. 5.008 e mCve. 761, respectivamente (mCve. 5.397 e mCve. 54, respectivamente, no exercício de 2010) (Nota 21).

21. GASTOS DIVERSOS, POR NATUREZA E FUNÇÃO

Os gastos diversos apresentam a seguinte composição por natureza:

	<u>2011</u>	<u>2010</u>
Gastos com pessoal (Nota 22)	<u>195.733</u>	<u>167.730</u>
Fornecimentos e serviços externos:		
Trabalhos especializados	37.381	29.057
Publicidade e propaganda	16.762	17.212
Electricidade	12.732	10.202
Comunicação	11.705	11.888
Custos com trabalho independente	9.508	12.581
Conservação e reparação	9.470	8.339
Impressos e material de escritório	8.968	4.903
Deslocações e estadas	7.713	5.653
Seguros	5.757	5.484
Artigos para oferta	4.556	1.834
Vigilância e segurança	4.527	3.854
Rendas e alugueres	4.495	6.404
Prevenção	4.072	2.406
Combustíveis	3.585	2.243
Despesas com cobrança de recibos	3.143	4.738
Limpeza, higiene e conforto	2.729	2.226
Contencioso e notariado	1.340	355
Despesas de representação	495	1.360
Outros	4.374	3.871
	<u>153.312</u>	<u>134.610</u>
Taxa para o Banco de Cabo Verde	10.748	10.358
Imposto sobre o valor acrescentado	7.823	14.402
Fundo de garantia automóvel	5.661	5.548
Encargos com juros (Nota 20)	5.769	5.451
Encargos com comissões	337	20
Imposto do selo	14	21
Outros	4.235	288
	<u>34.587</u>	<u>36.088</u>
Depreciações e amortizações do exercício		
Terrenos e edifícios de uso próprio (Nota 9)	7.175	7.673
Activos fixos tangíveis (Nota 10)	33.540	30.073
Activos intangíveis (Nota 12)	9.099	8.595
	<u>49.814</u>	<u>46.341</u>
	<u>433.446</u>	<u>384.769</u>

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011  
(Montantes expressos em milhares de Escudos de Cabo Verde – mCve.)

Nos exercícios de 2011 e 2010, as rubricas da demonstração de ganhos e perdas onde estes custos se encontram registados apresentam o seguinte detalhe:

	2011			2010		
	Conta técnica vida	Conta técnica não vida	Total	Conta técnica vida	Conta técnica não vida	Total
Custos de aquisição:						
Custos imputados	5.649	110.064	115.713	5.224	96.659	101.883
Comissões de mediação	936	17.070	18.006	639	16.492	17.131
	<u>6.585</u>	<u>127.134</u>	<u>133.719</u>	<u>5.863</u>	<u>113.151</u>	<u>119.014</u>
Gastos administrativos:						
Custos imputados	2.255	247.807	250.062	2.008	220.637	222.645
Gastos com investimentos (Nota 20):						
Custos imputados	11	5.528	5.539	10	4.912	4.922
Custos com sinistros - Montantes pagos:						
Custos imputados	-	62.132	62.132	-	55.319	55.319
Custos técnicos	-	2.049	2.049	-	-	-
	<u>-</u>	<u>64.181</u>	<u>64.181</u>	<u>-</u>	<u>55.319</u>	<u>55.319</u>
Total dos custos de exploração imputados	<u>7.915</u>	<u>425.531</u>	<u>433.446</u>	<u>7.242</u>	<u>377.527</u>	<u>384.769</u>

22. GASTOS COM PESSOAL

Nos exercícios de 2011 e 2010, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	2011	2010
Remunerações		
Órgãos sociais	12.706	12.784
Pessoal	100.432	86.364
Subsídios	24.871	20.910
Encargos sobre remunerações	19.877	16.990
Prémio de produtividade	15.779	9.714
Cursos de formação de colaboradores	4.838	7.344
Gastos de acção social	3.069	1.123
Seguros obrigatórios	4.802	4.890
Outros gastos com o pessoal	9.359	7.611
	<u>195.733</u>	<u>167.730</u>

Em 2011 e 2010, o número médio de trabalhadores, por categorias, é o seguinte:

	2011	2010
Administradores	5	5
Directores	4	3
Chefias	17	16
Técnicos	35	32
Administrativos	40	38
Pessoal auxiliar	19	18
	<u>120</u>	<u>112</u>

**23. OBRIGAÇÕES COM BENEFÍCIOS AOS EMPREGADOS**

A Companhia não assumiu quaisquer responsabilidades quanto ao pagamento de pensões de reforma aos seus colaboradores.

**24. IMPOSTOS**

A Companhia está sujeita ao Imposto Único sobre os Rendimentos (IUR), à taxa de 25%, e a uma taxa de incêndio de 2% sobre o imposto apurado, o que corresponde a uma taxa agregada de imposto de 25,5%.

Os saldos de activos e passivos por impostos em 31 de Dezembro de 2011 e 2010 eram os seguintes:

	2011	2010
<u>Activos por impostos correntes</u>		
Imposto Único sobre os Rendimentos:		
Pagamentos por conta	14.779	-
Retenções na fonte	6.163	3.629
Outros	1.035	-
	<u>21.977</u>	<u>3.629</u>
<u>Passivos por impostos correntes</u>		
Imposto sobre o rendimento:		
Imposto Único sobre os Rendimentos a pagar	(55.394)	(32.029)
Imposto do selo	(10.628)	(12.249)
Fundo de Garantia Automóvel	(3.861)	(6.397)
Taxa do Banco de Cabo Verde	(2.644)	(10.670)
Retenções na fonte	(2.418)	(2.252)
Contribuições para a segurança social	(1.441)	(2.036)
Imposto sobre o valor acrescentado	-	(3.537)
Outros	(607)	(472)
	<u>(76.993)</u>	<u>(69.642)</u>
	<u>(55.016)</u>	<u>(66.013)</u>
Activos por impostos diferidos	5.604	7.232
Passivos por impostos diferidos	(117.166)	(125.369)
	<u>(111.562)</u>	<u>(118.137)</u>

O movimento ocorrido nas rubricas de impostos diferidos durante os exercícios de 2011 e 2010 foi o seguinte:

	2011			Saldo em 31.12.2011
	Saldo em 31.12.2010	Variação em		
		Capital Próprio	Resultados	
Valorização de activos financeiros disponíveis para venda	(110.370)	4.633	-	(105.737)
Ajustamentos de transição para PCES:				
Reconhecimento de imparidade em				
Activos financeiros disponíveis para venda	4.762	-	(1.191)	3.572
Terrenos e edifícios:				
- De uso próprio	(1.815)	-	450	(1.365)
- De rendimento	(10.655)	-	2.691	(7.964)
Outros	(59)	-	(9)	(68)
	<u>(7.767)</u>	<u>-</u>	<u>1.941</u>	<u>(5.825)</u>
	<u>(118.137)</u>	<u>4.633</u>	<u>1.941</u>	<u>(111.562)</u>

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011  
(Montantes expressos em milhares de Escudos de Cabo Verde – mCve.)

	2010			Saldo em 31.12.2010
	Saldo inicial 01.01.2010	Variação em		
		Capital Próprio	Resultados	
Valorização de activos financeiros disponíveis para venda	(85.103)	(25.267)	-	(110.370)
Ajustamentos de transição para PCES:				
Reconhecimento de imparidade em				
Activos financeiros disponíveis para venda	4.762	-	-	4.762
Terrenos e edifícios:				
- De uso próprio	(3.772)	-	1.957	(1.815)
- De rendimento	(10.764)	-	109	(10.655)
Outros	(75)	-	16	(59)
	(9.849)	-	2.082	(7.767)
	(94.952)	(25.267)	2.082	(118.137)

Nos termos do Decreto-Lei nº 14/2010, de 26 de Abril, os impactos de transição para as NIRF apurados com referência a 1 de Janeiro de 2010 com efeitos nos capitais próprios, que sejam considerados fiscalmente relevantes nos termos do regulamento do IUR, concorrem para a formação do resultado tributável em partes iguais pelo período de cinco anos.

Os custos com impostos sobre lucros registados em ganhos e perdas, bem como a carga fiscal, medida pela relação entre a dotação para impostos sobre lucros e o lucro do exercício antes de impostos, podem ser apresentados como se segue:

	2011	2010
Impostos correntes	23.443	28.449
Impostos diferidos	(1.941)	(2.082)
Total de impostos em resultados	21.502	26.367
Lucro antes de impostos	142.813	143.071
Carga fiscal	15,06%	18,43%

A reconciliação entre a taxa nominal e a taxa efectiva de imposto, verificada nos exercícios de 2011 e 2010, pode ser demonstrada como se segue:

	2011		2010	
	Taxa	Imposto	Taxa	Imposto
Resultado antes de impostos		142.813		143.071
Imposto apurado com base na taxa nominal	25,50%	36.417	25,50%	36.483
Benefícios fiscais:				
Dividendos de instrumentos de capital	(8,44%)	(12.055)	(2,93%)	(4.189)
Donativos e mecenato	(3,43%)	(4.898)	(0,12%)	(175)
Outros	1,43%	2.037	(4,02%)	(5.752)
Imposto sobre lucros do exercício	15,06%	21.502	18,43%	26.367

Nos termos da legislação em vigor, os rendimentos de Títulos Consolidados de Mobilização Financeira e os dividendos pagos por entidades admitidas à cotação na Bolsa de Valores de Cabo Verde encontram-se isentos de tributação.

Nos termos da legislação em vigor, os rendimentos obtidos em títulos emitidos pelo Tesouro de Cabo Verde e que tenham sido colocados no mercado secundário, estão isentos de tributação. Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, estes rendimentos ascendem a mCve. 19.206 e mCve. 17.438, respectivamente.

Nos termos do Código Geral Tributário aprovado pela Lei 37/IV/ 92, as autoridades fiscais têm a possibilidade de rever a situação fiscal da Companhia durante um período de cinco anos, podendo resultar, devido a diferentes interpretações da legislação fiscal, eventuais correcções ao lucro tributável. Na opinião do Conselho de Administração, não é previsível que qualquer correcção seja significativa para as demonstrações financeiras da Companhia em 31 de Dezembro de 2011.

## 25. CAPITAL

Em 31 de Dezembro de 2011 e de 2010, o capital da Companhia está representado por 200.000 acções, com valor nominal de dois mil Escudos de Cabo Verde e mil Escudos de Cabo Verde cada, respectivamente, encontrando-se integralmente subscrito e realizado, sendo detido pelas seguintes entidades:

	%	Número de Acções
Caixa Geral de Depósitos, S.A.	45,90	91.789
Banco Comercial do Atlântico, S.A.R.L.	35,00	70.000
INPS - Instituto Nacional de Previdência Social, EP	12,20	24.380
CCV - Correios de Cabo Verde, EP	4,50	9.000
Estado de Cabo Verde	2,40	4.831
	<u>100,00</u>	<u>200.000</u>

Na Assembleia Geral da Companhia realizada em 14 de Abril de 2011 foi deliberado um aumento de capital social de 200.000 mCve para mCve. 400.000, por incorporação de reservas. Na mesma data, a Assembleia Geral deliberou que os resultados estatutários de 2010 fossem aplicados da seguinte forma:

Aplicação de resultados do exercício:	
Reserva legal	10.113
Dividendos	25.282
Outras reservas	65.733
	<u>101.128</u>



ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011  
(Montantes expressos em milhares de Escudos de Cabo Verde – mCve.)26. RESERVAS, RESULTADOS TRANSITADOS E RESULTADO DO EXERCÍCIO

Em 31 de Dezembro de 2011 e de 2010, as rubricas de reservas e resultados transitados têm a seguinte composição:

	<u>2011</u>	<u>2010</u>
Reservas de reavaliação:		
Por ajustamentos no justo valor:		
- De activos financeiros disponíveis para venda	416.092	433.787
Reserva por impostos diferidos:		
- De activos financeiros disponíveis para venda	(105.737)	(110.370)
	<u>310.355</u>	<u>323.417</u>
Outras reservas		
- Reserva legal	87.414	77.302
- Reserva estatutária	17.763	152.030
- Outras reservas	14.709	14.708
	<u>119.886</u>	<u>244.040</u>
Resultados transitados	<u>46.019</u>	<u>30.443</u>
Resultado do exercício	<u>121.311</u>	<u>116.704</u>
	<u><u>597.571</u></u>	<u><u>714.604</u></u>

De acordo com a legislação em vigor, uma percentagem não inferior a 10% dos lucros líquidos de cada exercício, deverá ser transferida para a reserva legal, até à concorrência do capital. A reserva legal não pode ser distribuída, podendo ser utilizada para aumentar o capital ou para a cobertura de prejuízos acumulados.

As “Reservas de reavaliação” reflectem as mais e menos valias potenciais em activos financeiros disponíveis para venda e em terrenos e edifícios de uso próprio.

27. RESULTADOS POR ACÇÃO

O resultado por acção em 2011 e 2010 foi determinado como segue:

	<u>2011</u>	<u>2010</u>
Resultado líquido do exercício	121.311	116.704
Nº médio de acções em circulação	200.000	200.000
Resultado por acção (mCve.)	<u>0,607</u>	<u>0,584</u>

28. DIVIDENDOS POR ACÇÃO

Durante o exercício de 2011, a Companhia efectuou a distribuição de dividendos relativos ao resultado líquido obtido em 2010, conforme apresentado no quadro seguinte:

Resultado líquido atribuído (mCVE)	25.282
Nº acções	200.000
Dividendos por acção (Escudos)	<u><u>126,410</u></u>



Órgãos de gestão

Em 2011, os custos suportados relativos à remuneração e outros benefícios atribuídos aos membros dos Conselhos de Administração da Companhia ascenderam a mCve. 20.473 (mCve. 16.529 no exercício de 2010).

30. DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA

A Demonstração de fluxos de caixa para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2011 e 2010 encontra-se apresentada em separado.

31. COMPROMISSOS

A Companhia não tem quaisquer compromissos contratuais referentes à aquisição de activos fixos tangíveis e intangíveis, para além dos contratos de locação financeira (Nota 10).

32. PASSIVOS CONTINGENTES

A Companhia não tem nenhum passivo contingente adicional para além dos passivos contingentes relacionados com a actividade normal da Companhia (sinistros).

34. ELEMENTOS EXTRAPATRIMONIAIS

Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, a Companhia não tinha assumido qualquer compromisso por garantias prestadas, para além das que decorrem da actividade corrente, nomeadamente, dos seguros do ramo caução.

35. AJUSTAMENTOS DE TRANSIÇÃO PARA O NOVO REGIME CONTABILÍSTICO E RESPECTIVOS IMPACTOS

O impacto da adopção do normativo consagrado no Plano de Contas para as Empresas de Seguros pode ser resumido como segue:

	Nota	Capital próprio		Resultado
		31.12.2010	01.01.2010	2010
Saldos de acordo com o PCSB		801.296	690.910	101.128
<b>Impacto da adopção das NIRF</b>				
Valorização dos activos financeiros disponíveis para venda	(a)	246.603	171.461	-
Amortizações de terrenos e edifícios de uso próprio	(b)	(16.612)	-	(7.673)
Valorização de terrenos e edifícios de rendimento	(c)	-	-	21.672
Outros activos tangíveis	(d)	412	841	(426)
Custo amortizado dos empréstimos e contas a receber	(e)	1.042	1.121	(79)
Impostos diferidos	(f)	(118.137)	(94.952)	2.082
		<u>113.308</u>	<u>78.471</u>	<u>15.576</u>
<b>Saldos de acordo com NIRF - contas pró-forma</b>		<u><u>914.604</u></u>	<u><u>769.381</u></u>	<u><u>116.704</u></u>

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011  
(Montantes expressos em milhares de Escudos de Cabo Verde – mCve.)

- (a) Este impacto corresponde à valorização de instrumentos de capital, detalhado do seguinte modo:

	Capital próprio 31.12.2010	Capital próprio 01.01.2010
Valorização da participação		
Banco Comercial do Atlântico, S.A.	252.127	169.483
Títulos Consolidados de Mobilização Financeira	(1.812)	1.096
	<u>250.315</u>	<u>170.579</u>
Anulação da variação de justo valor de 2010 e registo de imparidade		
A Promotora, Sociedade de Capital de Risco, S.A.R.L.	(733)	-
CVC - Construções de Cabo Verde, S.A.R.L.	(3.631)	-
SCT - Sociedade Caboverdiana de Tabacos, S.A.	652	882
	<u>(3.712)</u>	<u>882</u>
	<u>246.603</u>	<u>171.461</u>

De acordo com as normas anteriores, estes activos eram valorizados com base na percentagem correspondente do capital próprio da respectiva empresa. De acordo com a Norma IAS 39, os instrumentos de capital não cotados num mercado activo e cujo justo valor não possa ser mensurado com fiabilidade permanecem registados ao custo, sendo sujeitos a testes de imparidade.

- (b) Reconhecimento das amortizações do exercício dos imóveis de uso próprio. A Companhia reconheceu nas suas demonstrações financeiras amortizações dos seus imóveis de uso próprio calculadas a partir de 1 de Janeiro de 2010. Este impacto pode ser detalhado do seguinte modo:

Capital próprio 31.12.2010	01.01.2010			2010		
	Reserva de justo valor	Resultados transitados	Capital próprio	Reserva de justo valor	Resultados transitados	Capital próprio
Terrenos e edifícios de serviço próprio						
Transferência das valias potenciais						
registadas em 01.01.2010 para resultados	(8.939)	(14.792)	14.792	-	(8.939)	-
Registo de amortizações do exercício	(7.673)	-	-	-	(7.673)	(7.673)
	<u>(16.612)</u>	<u>(14.792)</u>	<u>14.792</u>	<u>-</u>	<u>(8.939)</u>	<u>(16.612)</u>

- (c) Este impacto resulta do registo na conta de ganhos e perdas do efeito da valorização ao justo valor dos terrenos e edifícios de rendimento. De acordo com as normas anteriores, estes activos eram valorizados ao justo valor, ficando as mais e menos valias potenciais reflectidas na "Flutuação de valores". Em 01.01.2010 e 31.12.2010 as valias potenciais transferidas para resultados transitados ascenderam a mCve. 42.212 e mCve. 21.672, respectivamente.
- (d) Estes impactos resultam da alteração da vida útil dos outros activos tangíveis. De acordo com a IAS 16, a amortização dos activos tangíveis deve ser baseada na sua vida útil estimada (sujeita a revisão periódica), reflectindo o padrão pelo qual os benefícios económicos gerados pela utilização do activo são consumidos pela entidade. A Companhia efectuou uma revisão da vida útil atribuída a activos tangíveis, nomeadamente a equipamentos de transporte, os quais passaram a ser amortizados em 3 anos em detrimento de 4 anos.
- (e) Este impacto resulta essencialmente do reconhecimento das comissões associadas às obrigações detidas pela Companhia pelo método da taxa efectiva, as quais eram registadas anteriormente em resultados na data de aquisição do título.
- (f) De acordo com as normas anteriores e a prática no sector segurador em Cabo Verde, a Companhia não registava impostos diferidos. O valor apresentado corresponde ao cálculo dos impostos diferidos no âmbito da Norma IAS 12, relativos aos ajustamentos de conversão para NIRF (Nota 24).

37. OUTRAS INFORMAÇÕES

Com o objectivo de facilitar a leitura das demonstrações financeiras da Garantia em 31 de Dezembro de 2011, apresentam-se de seguida, algumas notas adicionais (Notas 38 a 41), não obrigatórias.

38. OUTROS DEVEDORES POR OPERAÇÕES DE SEGUROS E OUTRAS OPERAÇÕES

A composição desta rubrica é a seguinte:

	<u>2011</u>	<u>2010</u>
Contas a receber por operações de seguro directo:		
Recibos por cobrar:		
Ramo automóvel	31.193	46.005
Ramo acidentes de trabalho	14.482	17.309
Outros ramos	153.440	111.987
	<u>199.115</u>	<u>175.302</u>
Reembolsos de sinistros:		
Ramo automóvel	3.387	1.966
Reembolsos emitidos de outros ramos	39.800	26.104
	<u>43.187</u>	<u>28.069</u>
Mediadores:		
Comissões	2.027	391
Co-seguradores:		
Contas correntes	5.548	5.548
Outros saldos	19.910	21.265
	<u>27.485</u>	<u>27.204</u>
	<u>269.787</u>	<u>230.575</u>
Ajustamentos de recibos por cobrar (Nota 13)	<u>(73.746)</u>	<u>(40.342)</u>
	<u>196.041</u>	<u>190.233</u>
Contas a receber por outras operações de resseguro:		
Contas correntes de resseguradores	8.912	19.931
Contas correntes de ressegurados	3.695	3.695
	<u>12.607</u>	<u>23.626</u>
Ajustamentos de créditos de cobrança duvidosa (Nota 13)	<u>(3.678)</u>	<u>(3.678)</u>
	<u>8.929</u>	<u>19.948</u>
Contas a receber por outras operações:		
Devedores diversos	89.066	79.865
Pessoal	25.900	23.726
Outros	-	831
	<u>114.966</u>	<u>104.422</u>
Ajustamentos de créditos de cobrança duvidosa (Nota 13)	<u>(6.490)</u>	<u>(6.490)</u>
	<u>108.476</u>	<u>97.932</u>
	<u>313.446</u>	<u>308.113</u>

Em 31 de Dezembro de 2011 e de 2010, os ajustamentos para devedores de cobrança duvidosa afecta a devedores por operações de resseguro refere-se a um litígio com um ressegurador, aos saldos de resseguradores considerados de difícil cobrabilidade e a saldos a receber de ressegurados.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011  
(Montantes expressos em milhares de Escudos de Cabo Verde – mCve.)

Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, a rubrica “Devedores diversos” apresenta o seguinte detalhe por entidade:

	<u>2011</u>	<u>2010</u>
MSF - Engenharia, S.A.	12.790	16.952
Electra EP	9.079	144
Cabo Verde Motors, S.A.R.L	5.560	3.893
Olicar, Lda.	4.570	1.653
Hiperpeças - Sociedade de Manutenção e Teste de Viaturas Auto para inspeção, Lda.	4.200	6.069
Etermar CV, S.A.	4.083	-
Oficina Joel Évora	3.090	1.144
Atlantictours	2.700	2.700
A Semana	2.398	-
Sambala	2.366	309
Stand Moderno	2.317	2.802
Auto Center	2.281	-
Tecnicil Imobiliária	2.092	2.092
Tudodirecto.com	2.073	2.073
Câmara Municipal	1.820	-
Paradise Beach Resort	1.465	-
Hiperpeças - Suprimentos	1.405	1.405
RTC	1.292	379
Moura Company	1.262	1.861
Emanuel Vieira	1.106	-
C.V Gold Fish	1.074	-
Sogei - Engenharia e Construção, S.A.	1.012	1.012
Banco Interatlântico	404	1.023
CVC - Construções de Cabo Verde, S.A.	-	8.380
Halcyonair Caboverde Airways	-	7.395
Outros	18.627	18.579
	<u>89.066</u>	<u>79.865</u>

Em 31 de Dezembro de 2011 e de 2010 o valor a receber da MSF – Engenharia, S.A. e CVC – Construções de Cabo Verde, S.A. corresponde a prémios em dívida para os quais existe um acordo entre as partes para a sua liquidação.

Em 31 de Dezembro de 2010 o valor a receber da Halcyonair Caboverde Airways corresponde a um prémio em dívida para o qual existe um acordo entre as partes para a sua liquidação de acordo com um plano de reembolso.

Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010 o valor a receber no montante de mCve. 1.405 da Hiperpeças – suprimentos corresponde a suprimentos concedidos remunerados a uma taxa fixa de 4,5% e com data de reembolso em Abril de 2010. Este montante encontra-se vencido.

Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, os valores a receber da Cabo Verde Motors, S.A.R.L., Stand Moderno, Oficina Joel Évora, Hiperpeças e Olicar, Lda. correspondem a montantes adiantados pela Companhia no âmbito de protocolos de fornecimento de peças para reparação de automóveis em consequência de sinistros ocorridos.

O valor que se encontra em dívida por parte da Fidelidade - Mundial diz respeito ao depósito de caução efectuado pela Companhia no âmbito do protocolo estabelecido com aquela seguradora, nos termos do qual esta assegura, em Portugal, a gestão dos sinistros ao nível da assistência médica e hospitalar a sinistrados de acidentes de trabalho e de acidentes de viação da responsabilidade da Companhia.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011  
(Montantes expressos em milhares de Escudos de Cabo Verde – mCve.)

Periodicamente, a Companhia efectua uma análise colectiva do risco de cobrabilidade dos recibos por cobrar registados em balanço, de modo a identificar e quantificar as perdas por imparidade a registar como “Ajustamentos de recibos por cobrar” (Nota 13). Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, o valor de balanço dos recibos por cobrar de segurados apresentava a seguinte composição:

2011							
	Recibos vencidos à menos de 30 dias	Recibos vencidos entre 30 e 90 dias	Recibos vencidos entre 90 a 180 dias	Recibos vencidos entre 180 dias a 1 ano	Recibos vencidos à mais de 1 ano	Perdas por imparidade	Total
Ramo Vida	774	242	494	706	7.409	(3.288)	6.337
Ramo não vida:							
Automóvel	11.584	1.490	1.827	3.501	18.233	(17.290)	19.345
Acidentes de trabalho e doença	2.113	4.164	1.235	2.199	2.036	(7.054)	4.692
Incêndio e outros danos	16.527	1.575	4.659	68.197	15.099	(39.084)	66.372
Transportes	4.543	8.109	356	141	4.065	(5.687)	11.527
Responsabilidade civil	12.746	97	2.353	468	1.533	(906)	16.291
Outros	128	391	-	-	123	(437)	205
	47.640	15.826	10.430	74.505	41.089	(70.458)	119.032
	48.414	16.068	10.924	75.212	48.498	(73.746)	125.369

2010							
	Recibos vencidos à menos de 30 dias	Recibos vencidos entre 30 e 90 dias	Recibos vencidos entre 90 a 180 dias	Recibos vencidos entre 180 dias a 1 ano	Recibos vencidos à mais de 1 ano	Perdas por imparidade	Total
Ramo Vida	40	153	255	4.072	5.484	(4.556)	5.448
Ramo não vida:							
Automóvel	20.757	10.304	1.932	2.999	10.485	(16.924)	29.554
Acidentes de trabalho e doença	2.282	4.799	2.465	486	3.096	(4.715)	8.412
Incêndio e outros danos	22.240	6.814	9.862	6.571	15.509	(8.408)	52.587
Transportes	3.907	9.757	12.701	8.101	5.664	(5.036)	35.094
Responsabilidade civil	2.167	361	179	1.369	62	(543)	3.594
Outros	57	272	-	-	101	(160)	270
	51.410	32.306	27.138	19.526	34.917	(35.786)	129.512
	51.450	32.459	27.393	23.598	40.402	(40.342)	134.959

39. OUTROS CREDORES POR OPERAÇÕES DE SEGUROS E OUTRAS OPERAÇÕES

Estas rubricas têm a seguinte composição:

	2011	2010
Contas a pagar por operações de seguro directo:		
Mediadores:		
Conta corrente	1.377	1.936
Comissões a pagar	485	1.122
Comissões a receber	371	386
Tomadores de seguro:		
Estornos a pagar	16.264	22.986
Prémios recebidos antecipadamente	52.830	34.776
Co-seguradoras:		
Conta corrente	949	949
Outros saldos	20.104	21.458
	92.380	83.613
Contas a pagar por outras operações de resseguro:		
Contas correntes de resseguradores	191.097	128.210
Contas a pagar por outras operações:		
Credores diversos	46.171	15.903
Fornecedores	33.745	23.803
Pessoal	1.481	1.518
Outros	43	270
	81.440	41.494
	364.917	253.317

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011  
(Montantes expressos em milhares de Escudos de Cabo Verde – mCve.)

A rubrica “Credores diversos” apresenta a seguinte composição:

	<u>2011</u>	<u>2010</u>
Promoleasing - Sociedade de Locação Financeira, S.A	14.574	1.720
Protege Corretora	6.313	34
CAB- Cerâmica Asfalto e Betão, LDA	3.329	10
BCA - Acidentes de Viação	2.375	2.375
Fidelidade	2.267	-
TACV- Transportes Aéreos de Cabo Verde	1.000	-
Outros	16.313	11.763
	<u>46.171</u>	<u>15.903</u>

Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010 o valor a pagar à Promoleasing – Sociedade de Locação Financeira, S.A. corresponde ao valor em dívida no âmbito dos contratos de locação financeira no montante total de mCve. 14.574 e mCve. 1.720, respectivamente (Nota 10).

40. ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2011</u>	<u>2010</u>
<b>Activo</b>		
Acréscimos de proveitos		
Juros a receber de obrigações	6.698	6.096
Outros	2.943	2.482
	<u>9.641</u>	<u>8.578</u>
Gastos diferidos:		
Seguros	949	1.707
Comissões relativas a obrigações	585	782
Publicidade e propaganda	-	1.051
Outros	3.115	2.335
	<u>4.649</u>	<u>5.875</u>
	<u>14.290</u>	<u>14.453</u>
	<u>2011</u>	<u>2010</u>
<b>Passivo</b>		
Proveitos diferidos:		
Outros proveitos diferidos	1	1
Acréscimos de gastos:		
Acerto de comissões de resseguro cedido - Ramo automóvel	19.875	9.330
Encargos com férias e subsídio de férias	23.718	19.906
Prémio de produtividade a pagar aos colaboradores	9.700	8.026
Acordos de comutação	-	1.308
Juros a liquidar	22	2
Outros acréscimos de custos	21.061	19.316
	<u>74.377</u>	<u>57.889</u>



Em 31 de Dezembro de 2011 e de 2010 a rubrica “Outros gastos diferidos” corresponde a pensões pagas antecipadamente.

Em 31 de Dezembro de 2010, o saldo da rubrica “Acréscimos de gastos – Acordos de comutação” corresponde a recebimentos de resseguradores no âmbito da comutação de responsabilidades em tratados de resseguro cedido, em excesso dos activos registados da data de comutação.

#### 41. OUTROS RENDIMENTOS / GASTOS

Esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	<u>2011</u>	<u>2010</u>
Outros rendimentos / gastos técnicos, líquido de resseguro:		
Rendimentos e ganhos não correntes		
Outros	<u>2.770</u>	<u>-</u>
Rendimentos e ganhos financeiros		
Juros obtidos	641	710
Diferenças de câmbio favoráveis (Nota 19)	585	961
Outros rendimentos e ganhos financeiros	<u>753</u>	<u>758</u>
	<u>1.979</u>	<u>2.429</u>
Ganhos em outros activos tangíveis (Nota 17)	434	-
Outros	<u>47</u>	<u>15</u>
	<u><u>5.230</u></u>	<u><u>2.444</u></u>
Outros rendimentos / gastos:		
Gastos e perdas não correntes		
Donativos	(3.114)	(8.369)
Mecenato	(13.358)	(14.851)
Multas e penalidades	-	(15)
	<u>(16.472)</u>	<u>(23.235)</u>
Gastos e perdas financeiras		
Diferenças de câmbio desfavoráveis (Nota 19)	(95)	(463)
Outros gastos e perdas financeiras	<u>(1.631)</u>	<u>(1.967)</u>
	<u>(1.726)</u>	<u>(2.430)</u>
Perdas em outros activos tangíveis (Nota 17)	(500)	(424)
	<u>(18.698)</u>	<u>(26.090)</u>

INVENTÁRIO DE PARTICIPAÇÕES E INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Anexo 1

(Montantes expressos em milhares de Escudos de Cabo Verde)

Designação	Quantidade	Montante do valor nominal	% do valor nominal	Preço médio de aquisição	Valor total de aquisição	Valor de balanço	
						Unitário*	Total
<b>1- Instrumentos de capital e unidades de participação</b>							
1.1 - Acções							
Banco Comercial do Atlântico, S.A.	165.826	165.826		1,00	165.826	3,519	583.478
A Promotora, Sociedade de Capital de Risco de Cabo Verde, S.A.R.L	50.000	50.000		1,00	50.000	0,801	40.069
CVC - Construções de Cabo Verde S.A.R.L.	2.637	21.968		8,33	21.968	5,015	13.224
SCT - Sociedade Caboverdiana de Tabacos, S.A.	2.417	15.505		6,41	15.505	6,415	15.505
Hiperpeças - Sociedade de Manutenção e Teste de Viaturas Auto para Inspeção, Lda	5.700	5.700		1,00	5.700	1,000	5.700
Promoleasing, Sociedade de Locação financeira, Sociedade Unipessoal Anónima, S.A.	3.000	3.000		1,00	3.000	1,000	3.000
<b>sub-total</b>					<b>261.999</b>		<b>660.976</b>
1.2 - Títulos de participação							
Títulos Consolidados de Mobilização Financeira	22.222	22.222		1,00	22.222		20.662
<b>sub-total</b>					<b>22.222</b>		<b>20.662</b>
<b>2 - Títulos de dívida</b>							
2.1 -De dívida pública							
Obrigações							
Obrigações do Tesouro Caboverdiano		128.560	100		128.560		128.560
Obrigações do Tesouro Caboverdiano		19.549	100		19.549		19.549
<b>sub-total</b>					<b>148.109</b>		<b>148.109</b>
2.1 -De outros emissores públicos							
Obrigações							
Electra - Empresa de Electricidade e Águas, S.A.R.L - Tranche A	50.000	50.000	100		50.000	1,000	50.000
<b>sub-total</b>					<b>50.000</b>		<b>50.000</b>
2.1 -De outros emissores							
Obrigações							
SOGEI- Sociedade de Gestão e Investimentos, S.A.	59.949	59.950	100		59.950	1,000	59.949
Banco Interatlântico, S.A	4.612	23.060	100		23.060	5,000	23.060
Tecniciil Imobiliária, S.A.	20.000	20.000	100		20.000	1,000	20.000
Banco Comercial do Atlântico, S.A.	10.710	10.710	100		10.710	1,000	10.710
CVFF- Cabo Verde Fast Ferry, S.A.	9.998	9.998	100		9.998	1,000	9.998
Tecniciil Indústria, S.A	7.120	7.120	100		7.120	1,000	7.120
<b>sub-total</b>					<b>130.838</b>		<b>130.837</b>
<b>3 - TOTAL GERAL</b>					<b>613.168</b>		<b>1.010.584</b>

**Desenvolvimento da Provisão para Sinistros Relativa a Sinistros Ocorridos  
em Exercícios Anteriores e dos seus Reajustamentos (Correcções)**

Anexo 2

(Montantes expressos em milhares de Escudos de Cabo Verde)

<b>RAMOS / GRUPOS DE RAMOS</b>	<b>Provisão para sinistros em 31/12/2010</b>	<b>Custos com sinistros * - Montantes pagos no exercício</b>	<b>Provisão para sinistros * em 31/12/2011</b>	<b>Reajustamentos*</b>
	<b>(1)</b>	<b>(2)</b>	<b>(3)</b>	<b>(3) + (2) - (1)</b>
Não vida				
Acidentes e doença	114.099	21.596	79.977	(12.526)
Incêndio e outros danos	57.792	11.138	47.987	1.333
Automóvel	449.177	150.237	268.588	(30.352)
Transportes	2.824	54	2.051	(719)
Responsabilidade civil geral	7.014	10.660	6.628	10.274
Diversos	33.128	1.912	3.259	(27.957)
<b>TOTAL</b>	<b>664.034</b>	<b>195.597</b>	<b>408.490</b>	<b>(59.947)</b>

\* Sinistros do ano de subscrição de N-1 e anteriores

## DISCRIMINAÇÃO DOS CUSTOS COM SINISTROS

Anexo 3

(Montantes expressos em milhares de Escudos de Cabo Verde)

RAMOS / GRUPOS DE RAMOS	MONTANTES PAGOS (Prestações)	MONTANTES PAGOS (Custos de gestão de sinistros imputados)	VARIACÃO DA PROVISÃO PARA SINISTROS	CUSTOS COM SINISTROS
	(1)	(2)	(3)	(4) = (1) + (2) + (3)
Vida	5.000	-	168	5.168
Não vida:				
Seguro directo				
Acidentes e doença	36.026	987	10.483	47.496
Incêndio e outros danos	25.553	857	(4.782)	21.628
Automóvel	407.265	30.780	(40.932)	397.113
Transportes	1.037	123	472	1.632
Responsabilidade civil geral	10.906	1.922	(3.616)	9.212
Diversos	5.384	82	33.141	38.607
<b>TOTAL</b>	<b>486.171</b>	<b>34.751</b>	<b>(5.234)</b>	<b>515.688</b>
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>491.171</b>	<b>34.751</b>	<b>(5.066)</b>	<b>520.856</b>

## DISCRIMINAÇÃO DE ALGUNS VALORES POR RAMOS

**Anexo 4**

(Montantes expressos em milhares de Escudos de Cabo Verde)

RAMOS / GRUPOS DE RAMOS	PRÉMIOS BRUTOS EMITIDOS	PRÉMIOS BRUTOS ADQUIRIDOS	CUSTOS COM SINISTROS BRUTOS *	CUSTOS DE EXPLORAÇÃO BRUTOS *	SALDO DE RESSEGURO
<b>SEGURO DIRECTO</b>					
Vida	50.902	50.902	5.168	(8.851)	(35.146)
Não vida					
Acidentes e doença	163.472	163.472	47.496	(111.372)	(10.845)
Incêndio e outros danos	293.547	293.547	21.628	(55.508)	(209.232)
Automóvel	592.760	592.760	397.113	(196.350)	(42.287)
Transportes	260.792	260.792	1.632	(9.961)	(216.619)
Responsabilidade civil geral	70.888	70.888	9.212	(4.537)	(39.546)
Diversos	30.460	30.460	38.607	(2.741)	-
<b>TOTAL</b>	<b>1.411.919</b>	<b>1.411.919</b>	<b>515.688</b>	<b>(380.469)</b>	<b>(518.529)</b>
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>1.462.821</b>	<b>1.462.821</b>	<b>520.856</b>	<b>(389.320)</b>	<b>(553.675)</b>

\* Sem dedução da parte dos Resseguradores.





# Garantia seguros

Relatório & Contas 2011

[www.garantia.cv](http://www.garantia.cv)